



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS:
CULTURA, DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Barnabé Loewenstein

**OS VOTOS EVANGÉLICOS NAS ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS EM 2022: O CASO DE FEIRA DE SANTANA,
BAHIA**

**CACHOEIRA – BAHIA
2024**

B827v Loewenstein, Barnabé.

Os votos evangélicos nas eleições presidenciais de 2022: o caso de Feira de Santana, Bahia. / Barnabé Loewenstein. Cachoeira, BA, 2024.
128f.:il.: color.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Ferreira da Silva.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento, 2024.

1. Religião. 2. Política. 3. Feira de Santana (BA). I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 320.55

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB
Responsável pela Elaboração – Liliam Góes Lima (Bibliotecária – CRB-5/ 1905)
(Os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

BARNABÉ LOEWENSTEIN

**OS VOTOS EVANGÉLICOS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS EM
2022: O CASO DE FEIRA DE SANTANA, BAHIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Dr. Mauricio Ferreira da Silva

**CACHOEIRA - BA
2024**

BARNABÉ LOEWENSTEIN

**OS VOTOS EVANGÉLICOS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS EM 2022: O CASO
DE FEIRA DE SANTANA, BAHIA**

Dissertação submetida à avaliação para
obtenção do grau de Mestre em Ciências
Sociais do Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia.

Cachoeira, 26 de fevereiro de 2025.

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Maurício Ferreira da Silva

(UFRB – Orientador)

Documento assinado digitalmente
 MAURICIO FERREIRA DA SILVA
Data: 07/03/2025 18:11:30-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dra. Maria Inês Caetano Ferreira

(UFRB – Examinador)

Documento assinado digitalmente
 MARIA INES CAETANO FERREIRA
Data: 10/03/2025 10:52:51-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Péricles Moraes de Andrade Junior

(UFS – Examinador)

Documento assinado digitalmente
 PERICLES MORAIS DE ANDRADE JUNIOR
Data: 08/03/2025 07:40:27-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

CACHOEIRA/BA

2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais com todos os docentes, os secretários, pessoal da portaria e da limpeza.

Agradeço aos professores que ministraram disciplinas na pós-graduação.

Agradeço aos membros da banca de qualificação aos professores Maria Inês Caetano e Péricles Andrade Jr. por suas valiosas observações que contribuíram para novos horizontes e caminhos de análise e escrita.

Agradeço ao professor Maurício Ferreira da Silva por ter aceitado a orientação e acompanhado a realização deste trabalho.

Agradeço aos meus colegas de pós-graduação com quem trocamos experiências e conhecimentos.

Agradeço a prefeitura de Conceição da Feira – Bahia, que possibilitou um período para a dedicação aos estudos.

Agradeço a minha família, a companheira Telma de todas as lutas e sonhos e nossa filha Maria Clara que sempre prestativa buscava contribuir de algum modo.

RESUMO

O presente trabalho visou analisar a interligação entre religião e política. A separação entre o espaço privado da religião e o espaço público do Estado na sociedade brasileira sempre se deu de forma pouco definida, o que faz da laicidade presente na Constituição de 1988 algo em construção, gerando conflito em muitos momentos. É possível observar, na contemporaneidade, um avanço de grupos religiosos na esfera política, sobretudo a partir de 2018. O objetivo do trabalho foi compreender como essa dinâmica ocorreu durante o processo eleitoral para a Presidência da República de 2022 no município de Feira de Santana, localizado no estado da Bahia, que colocou em lados opostos os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro. A pesquisa desenvolveu-se a partir de entrevistas com membros de igrejas evangélicas do ministério da Assembleia de Deus Cristianismo sem Fronteira, da Igreja Quadrangular Labareda de Fogo e da Igreja Universal do Reino de Deus que possuem sedes no município. Os dados coletados revelaram um forte empenho por parte de lideranças das igrejas pesquisadas para direcionar votos nos candidatos que possuíam afinidade com a igreja e com as pautas morais e de costumes.

Palavras-chave: Esfera Pública. Política. Religião. Evangélicos. Democracia. Feira de Santana.

ABSTRACT

This work aims to analyze the interconnection between religion and politics. The separation between the private space of religion and the public space of the State in Brazilian society has always been unclear, which makes the secularism present in the 1988 Constitution something under construction, generating conflicts at many times. It is possible to observe, in contemporary times, an advance of religious groups in the political sphere, mainly since 2018. The objective of the work was to understand how this dynamic occurred during the electoral process for the Presidency of the Republic of 2022 in the municipality of Feira de Santana, located in the state of Bahia, which placed candidates Luiz Inácio Lula da Silva and Jair Bolsonaro on opposite sides. The research was developed based on interviews with members of the ministry of the Assembly of God Christianity without Borders, the Quadrangular Church Labareda de Fogo and the Universal Church of the Kingdom of God who have headquarters in the municipality. The data collected revealed a strong commitment on the part of leaders of the churches surveyed to direct votes to candidates who had internal properties with the church and with moral and customs guidelines.

Keywords: Public Sphere. Politics. Religion. Pentecostalism. Democracy. Feira de Santana.

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

IQLF – Igreja Quadrangular Labareda de Fogo

IADCF – Igreja Assembleia de Deus Cristianismo sem Fronteira

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra

PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos

PIB – Produto Interno Bruto

PT – Partido dos Trabalhadores

PSL - Partido Social Liberal

PL – Partido Liberal

PRB – Partido Republicano Brasileiro

CNPB - Conselho Nacional dos Pastores do Brasil

AEVB - Associação Evangélica Brasileira

ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1: Mapa de Localização do Município de Feira de Santana – Bahia

Figura 2: Mapa de Feira de Santana – Bairros e área urbana

Figura 3: Presença de Igrejas Assembleia de Deus em Feira de Santana

Figura 4: Presença de Igrejas Quadrangular em Feira de Santana

Figura 5: Presença da Igreja Universal do Reino de Deus em Feira de Santana

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
1.1	METODOLOGIA: CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE PIERRE BOURDIEU	12
2	A LAICIDADE DO ESTADO BRASILEIRO	19
2.1	OS CENÁRIOS QUE MOVIMENTAM A LAICIDADE BRASILEIRA	22
2.2	AS RELIGIÕES E O ESTADO	27
2.3	EVANGÉLICOS E A POLÍTICA NO BRASIL	30
2.3.1	Evangélicos e o apoio à candidatura de Collor	34
2.3.2	A conversão ao centro-esquerda: de Lula ao impeachment de Dilma	40
2.3.3	Evangélicos e a adesão ao bolsonarismo	45
3	O CAMPO PENTECOSTAL EM FEIRA DE SANTANA	55
3.1	FEIRA DE SANTANA – CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO	55
3.1.1	Aspectos socioeconômicos de Feira de Santana	58
3.2	PRESENÇA RELIGIOSA EM FEIRA DE SANTANA	62
3.2.1	Igreja Assembleia de Deus	64
3.2.2	Igreja Quadrangular	67
3.2.3	Igreja Universal do Reino de Deus	68
4	O “MARTELAMENTO” DOS PREGADORES DA SALVAÇÃO E DO REINO DE DEUS – A VOZ DOS FIÉIS	71
4.1	DEFINIÇÃO DE “MARTELAMENTO”	72
4.2	ENTREVISTAS – MEMBRESIAS EVANGÉLICAS	74
4.2.1	Pautas morais: família tradicional, ideologia de gênero	74
4.2.2	Escolha de candidatos evangélicos	86
4.2.3	O “voto econômico” e a preferência por redistribuição de renda	98
4.3.4	Política pública: o bolsa-família	103
4.3.5	Teologia da prosperidade	107
4.4	ROTEIRO DE PESQUISA – TEOLOGIA NAS PREGAÇÕES NOS CULTOS	110
4.4.1	Bispo e deputado: Visitas aos cultos na IURD	111
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
	REFERÊNCIAS	121

1 INTRODUÇÃO

Algumas Igrejas evangélicas pentecostais¹ e, principalmente as neopentecostais, tem crescido constantemente nos últimos 60 anos no Brasil isso em grande medida ligado ao êxodo rural e ao crescimento das áreas urbanas periféricas. A década de 1970 foi marcada por uma guinada política e social no Brasil quando a população urbana superou os residentes em áreas

1 Os Pentecostais e Neopentecostais são semelhantes em atribuir a Deus a cura das pessoas. Os cultos são marcados por momentos fortes de oração na busca de curar enfermos. A ação é dada ao Espírito Santo. E junto a isso o falar em línguas. A origem Pentecostal se dá principalmente após o evento da rua Azusa em Los Angeles, nos Estados Unidos, com o pastor William Joseph Seymour, pastor Metodista, em 1906. “Por isso, Azusa Street se tornou o cadinho em que se produziria uma religiosidade que valorizaria alguns traços da tradição negra: oralidade da liturgia; teologia e testemunhos oralmente apresentados; inclusão de êxtase, sonhos e visões nas formas públicas de adoração; holismo quanto às relações corpo-alma; ênfase nos aspectos xamânicos da religião; uso de coreografias e de muita música no culto”. (Campos, 2005, p.112). Além disso, as igrejas pentecostais empregam esse nome no sentido de se originarem na manifestação do Espírito Santo aos discípulos no dia de Pentecostes, descrito no livro dos Atos do Apóstolos (Atos, 2, 1ss.). Esse fato, cinquenta dias após a páscoa, é descrito: “E todos ficaram repletos do Espírito Santo e começaram a falar em outras línguas” (Atos 2, 3). Além da glossolalia, curas, expulsão dos demônios são características dos Pentecostais sua origem nos EUA. Os neopentecostais assumem essas características dos pentecostais e acrescentam a teologia da prosperidade, as batalhas espirituais e o uso dos meios de comunicação. E quanto ao aspecto econômico as Neopentecostais dão forte ênfase a Teologia da Prosperidade. “A Teologia da Prosperidade neopentecostal, por sua vez, prega uma ética econômica voltada para o mundo, onde possuir e ascender são sinais de que Deus, e não o diabo, age em sua vida”. (Almeida, 2017, p.14). É importante destacar que a religião tem um inimigo que atenta e busca derrubar as pessoas, ou seja, o diabo não quer a prosperidade e qualquer evento contrário, perda econômica, é vista como o diabo agindo e querendo derrubar os eleitos de Deus. Isso também faz entender porque os evangélicos são tão assíduos nos cultos. Isso porque é preciso estar vigilante para que o diabo não encontre espaço na vida do fiel. “Possessão pode ser definida como a invasão do corpo de uma pessoa por uma personalidade exterior. A religiosidade brasileira está intensamente marcada por essa crença, com salienta Schultz (2005, p. 2008).: “Nas igrejas neopentecostais a pessoa pode ser possuída por um demônio e também pelo Espírito Santo. Nos terreiros de candomblé e de umbanda os espíritos dos ancestrais ou a própria divindade-orixá pode baixar ou virar no pai, na mãe ou filhos e filhas de santo. No espiritismo, espíritos de luz ou trevas incorporam em médiuns”. (Dias, 2018, p.78). Amais, para “os pentecostais, o Pentecostes se repete infinita e frequentemente pelo derramamento do Espírito Santo (ou batismo com o Espírito Santo, expressão, inclusive, mais popular entre eles) e pela concessão que este faz de dons espirituais. Em outras palavras, Deus continua sempre a enviar os mesmos dons espirituais vistos na Igreja Primitiva aos cristãos de todas as épocas”. (Dias, 2018, p.80). Contudo, o surgimento dos pentecostais não se restringe em Los Angeles no Estados Unidos, ou na rua Azusa, seus traços podem ser encontrados em “três movimentos – montanismo, holiness e pietismo – constituíram [...] os primeiros passos para a criação de uma herança que os pentecostais incorporaram para a formação de seu próprio movimento. O movimento pentecostal é o resultado de um longo percurso em busca da liberação, como afirmamos acima, do sagrado selvagem” (Dias, 2018, p.82). Entendendo o sagrado selvagem como a manifestação do Espírito que tem entre seus traços o falar em línguas ou a glossolalia, ou seja, “o movimento de falar em línguas pode ser entendido como uma resposta a uma sociedade fria e secularizada” (Dias, 2018, 84). Destaca Mariano (1988, p. 21): “No neopentecostalismo, ser cristão constitui o meio primordial para permanecer liberto do Diabo e obter prosperidade financeira, saúde e triunfo nos empreendimentos terrenos”. Seu discurso mobiliza as massas, seus templos arrecadam grandes somas de dinheiro e seus pastores aparecem cada vez mais na televisão. (Dias, 2018, p.88). Nesta pesquisa das três igrejas em que fiéis foram entrevistados da Assembleia de Deus Cristianismo sem Fronteiras é Pentecostal e a Quadrangular Labareda de Fogo e a Universal do Reino de Deus são consideradas Neopentecostais. Neste trabalho empregaremos a nomenclatura evangélicos para se referir principalmente às igrejas pentecostais e neopentecostais, tendo em vista as igrejas de referência nesta pesquisa em Feira de Santana.

rurais. Esse fenômeno brasileiro favoreceu um novo cenário e projeção dos grupos de denominação evangélicas, como bem explica Zwetsch (2022, p.1): “Somente a partir dos anos de 1970 as igrejas de corte pentecostal passaram a ganhar maior projeção. Antes, elas foram pioneiras no uso massivo do rádio e da TV para seus programas de cunho religioso e proselitista”. E, com o advento das cidades, a Igreja Católica foi perdendo espaço e fiéis, isso pela dificuldade de adaptação de seus líderes religiosos, bem como de estrutura religiosa para as efervescentes igrejas pentecostais.

As eleições de 2018 e 2022, mostraram um aprofundamento das fases propostas por Camurça (2020), onde foi apresentado uma aliança ou forte apoio entre segmentos evangélicos ao candidato de extrema direita. A linguagem e uso do nome de Deus e família na campanha eleitoral de 2018, é a demonstração de que a política de Bolsonaro acomodou em sua plataforma de campanha e governo um segmento religioso que não só nega pautas de alguns grupos como a questão do aborto ou do movimento feminista, mas propõe uma sociedade cristã ou “terrivelmente evangélico”² muito distante do que preconiza a Constituição Federal de 1988, em relação a laicidade.

O presente trabalho tem como fio condutor um olhar para a atuação dos evangélicos na política nacional. Tendo em vista que a redemocratização despertou em alguns grupos o crescente desejo de se firmar e se afirmar na sociedade, em grande medida, na busca de visibilidade e superação da estigmatização social, proliferadas principalmente por parte da Igreja Católica e grupos de meios de comunicação sociais. Isso é observável nas alianças com candidatos em diversas campanhas desde Collor de Melo em 1989, Fernando Henrique em 1994, passando pelo centro-esquerda de Lula em 2002 e na atualidade com Bolsonaro em 2018 e 2022, mostra uma sistemática busca ou aproximação com poder político. A compreensão de algumas lideranças religiosas ligados à Igreja Universal do Reino de Deus, tem se colocado como candidatos a deputados, prefeitos e apoiados as candidaturas a presidência do Brasil. Assim, a visão majoritária de segmentos evangélicos na política nacional com seus desdobramentos até se fazer sentir entre os membros de igrejas pentecostais e neopentecostais em Feira de Santana na eleição de 2022. A historicidade interliga a trajetória de grupos evangélicos desde a redemocratização deixando a posição ou atitude alheia a política eleitoral para se tornarem aguerridos defensores e apoiadores de candidaturas seja em âmbito local como prefeitos ou em âmbito nacional na escolha de candidatos à presidência da República.

² Fonte: **Carta Capital**. Mendonça no STF: um Estado Laico terrivelmente evangélico? < <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/mendonca-no-stf-um-estado-laico-terrivelmente-evangelico/> > Acesso em 06/10/2024.

Assim, tendo em vista que uma das linhas deste trabalho é trazer a voz dos fiéis por meio de entrevistas na busca de compreender como a religião nos grupos de lideranças pentecostais e neopentecostais afetam o modo como os membros das igrejas fazem escolhas eleitorais. Essa indagação colocada no período das eleições de 2022, refletem dois cenários que se conjugam. O primeiro deles é a crescente linguagem religiosa e presença em cultos de igrejas por parte do ainda presidente Bolsonaro. Para a opinião comum pode dar a entender que a maior parte do membros das igrejas evangélicas votaram e apoiaram o governo de extrema-direita, mas na prática isso não se confirma plenamente.

O segundo cenário é a decisão de muitas lideranças evangélicas e mais fortemente os pentecostais e neopentecostais em assumirem uma postura de engajamento político eleitoral. Isso vem do período da redemocratização após a Ditadura Militar e se desdobra e aprofunda. A política passa a não ser vista como alheia ao segmento religioso mas, sobretudo, é nela que muitas lideranças viram como forte aliada em defesa de seus interesses e ideais. A Igreja católica que historicamente prevaleceu ligada ao Estado era vista por lideranças evangélicas um poder que ameaçava a presença e crescimento de outras denominações cristãs. Além disso, as possibilidades de governos comunistas assumirem o poder político, não deixava de também ser uma ameaça.

Nesse sentido, cabe perguntar por que vemos uma irrupção de mobilização política de grupos religiosos? Acima já indicamos os ensaios iniciais. Para além disso, essas motivações iniciais se desdobraram num empenho em eleger candidatos ligados às igrejas evangélicas, sendo principalmente aquelas ligadas a Assembleia de Deus e do Evangelho Quadrangular. E anos mais tarde a Igreja Universal do Reino de Deus. Desse modo, se na origem estão algumas motivações de resistência e sobrevivência aos poucos, conforme candidatos eram eleitos e o número de fiéis aumentavam, ampliaram o sentido de empenho na formação da sociedade sugerindo temas e rejeitando outros. Assim, conforme grupos sociais ocupavam espaço e se colocavam como força política cresceu a tendência de influir no poder do Estado mediante escolhas dos governos e direcionamento das instituições.

O Estado brasileiro desde a primeira Constituição da República de 1891, estabeleceu a laicidade nacional como princípio. Essa postura é subentendida como nenhuma religião deve prevalecer na autonomia política das instituições bem como nenhuma religião deve ficar fora da salvaguarda do Estado em sua coexistência tolerante. Perante esse cenário perguntamos por que identidades religiosas desprivatizadas, ou seja, rompem os umbrais da esfera privada e adentram a esfera pública com diversas estratégias de mobilização e ocupação? A autonomia das instituições do Estado parece muito claro frente às identidades religiosas. A questão se

mostra aguda quando se percebe que a separação do Estado e religiões pode provocar o que Habermas indica a “possibilidade de resolução de conflitos valorativos no plano político com o auxílio das religiões”. Assim, numa crítica ao avanço de identidades religiosas na esfera pública, de outro lado, cabe a questão do sentido que as religiões podem dar na construção de uma sociedade democrática.

Na prática observamos um esforço de eleger candidatos, no legislativo, muitos deles fazendo parte do que se convencionou a se chamar de “bancada evangélica.”³ E uma das características da maioria desses parlamentares é sua ligação com os partidos denominados de direita conservadora. Contudo, nem todos os chamados evangélicos ou da bancada evangélica são opositores aos partidos de esquerda. O caso mais significativo é a deputada federal Benedita da Silva (PT) pertencente da Igreja Assembleia de Deus. Ela afirma em depoimento: “Eu sou a primeira evangélica dentro dos partidos de esquerda, das assembleias de Deus”.⁴

Contudo, além “da filiação religiosa, os integrantes da bancada evangélica compartilham afinidade com pautas ligadas a ‘defesa da família’, incluindo propostas legislativas restritivas a direitos reclamados por movimentos de mulheres, negros, indígenas e LGBT+, entre outros”.⁵ Ou como afirmou a deputada federal Benedita sobre a candidatura de Lula e parte dos evangélicos: “O assunto é o mesmo desde a primeira vez que ele saiu candidato. A Universal distribui milhões de jornaizinhos. Dizem que ele era a besta do Apocalipse, que ele ia fechar as igrejas, que ele ia tomar o terreno das pessoas.”⁶

Tomando como referência as eleições de 2022, mostraram que Lula obteve 72,12% dos votos válidos no segundo turno na Bahia. Enquanto Jair Bolsonaro candidato do (PL) obteve 27,88% dos votos⁷. Mostra de um lado a força que Lula ainda exerce no Nordeste como no estado da Bahia, ficando atrás apenas do Piauí onde Lula recebeu 76,84% dos votos no segundo

³ A bancada evangélica é constituída por parlamentares evangélicos. “A Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional atualmente tem 228 integrantes: 202 deputados federais e 26 senadores. Composta por 15 partidos, só 26 congressistas podem ser contabilizados como aliados ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT)”. BUSS, Gabriel e JULIÃO, Fabrício. Saiba quem comanda e quem integra a bancada evangélica no Congresso. **Poder 360**, 28 de janeiro de 2024. Destes 228 integrantes 104 deputados federais são bolsonaristas e 22 lulistas e 76 independentes; dos senadores 15 são bolsonaristas, 4 lulistas e 7 independentes.

fonte < <https://www.poder360.com.br/poder-congresso/congresso/saiba-quem-comanda-e-quem-integra-a-bancada-evangelica-no-congresso/> > acesso em 04/07/2024. Portanto, os números apontam a maior inclinação ao bolsonarismo, mas há de se notar também a relevante posição de independência.

⁴ Carta Capital < <https://www.cartacapital.com.br/politica/benedita-da-silva-hoje-nos-temos-muito-mais-evangelicos-votando-no-pt/> > acesso em 16 de agosto de 2023.

⁵ Fonte:< <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/veja-quais-deputados-e-senadores-fazem-parte-da-bancada-evangelica/> > acesso em 06/12/2022.

⁶ Carta Capital < <https://www.cartacapital.com.br/politica/benedita-da-silva-hoje-nos-temos-muito-mais-evangelicos-votando-no-pt/> > Acesso em 16 de agosto de 2023

⁷ Fonte: < <https://g1.globo.com/ba/bahia/eleicoes/2022/noticia/2022/10/30/lula-vence-com-72percent-dos-votos-da-bahia-bolsonaro-triunfa-em- apenas-duas-cidades-do-estado.ghtml> > acesso em 29/11/2022.

turno. A grande vantagem da esquerda mostra o Lula forte nessa região, mas persistem quase 30% de votos na extrema direita. Quanto aos votos na eleição em Feira de Santana “Lula (PT) foi o candidato mais votado para a Presidência da República em Feira de Santana (BA). Ele recebeu 221.406 votos, o equivalente a 64,03% do total da cidade. Já Jair Bolsonaro (PL) foi a escolha de 35,97% dos eleitores e recebeu 124.354 votos”⁸. Podemos constatar forte inclinação na escolha do candidato de esquerda do PT.

E saber até que ponto o segmento evangélico contribuiu para esses números pode se mostrar significativo. Isso porque, como terceiro ponto, o então presidente da República e candidato à reeleição recebeu 49,10% do votos nacionais, houve polarização eleitoral. ⁹Além disso, o candidato do PL utilizou a linguagem típica dos evangélicos: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. E seu lema: “Deus, Pátria, Família”. Mas também, coadunada com o movimento internacional capitaneada por candidatos populistas-neoliberais. A vantagem eleitoral da esquerda no Nordeste segundo a tese de Silva (2020) pode ser compreendida pela maior presença católica na região, no entanto, ressalva-se que setores ligados ao catolicismo como os carismáticos católicos com suas lideranças nacionais externaram explícito apoio a Bolsonaro nas eleições de 2022.

Contudo, tendo em vista a tese de Silva (2019) de que segmentos pentecostais e neopentecostais tendem ao conservadorismo religioso em torno de temas que envolvem a família tradicional, a legalização do aborto, casamentos homossexuais, regulamentação da maconha etc. Quanto as posturas políticas eleitorais, tendem ao viés de direita ou extrema-direita. Nesse sentido, buscamos entender as razões, argumentos e posturas dos fiéis evangélicos pertencentes ao segmento pentecostal em Feira de Santana, se restringindo a Igreja Quadrangular Labareda de Fogo, a Igreja Assembleia de Deus Cristianismo sem Fronteira e a Igreja Universal do Reino de Deus, na busca de compreender a defesa dos costumes morais que em última instância referendam políticas econômicas e sociais liberais ou neoliberais com base ou articulação em princípios religiosos.

Desse modo, para buscar compreender essas possíveis contradições ou sua razão de ser, realizamos a pesquisa do campo religioso em contato com os fiéis e prática diligente a ponto de perceber o modelo que dá sentido ou articula o *habitus*. Assim, a análise será sobre a fala dos

⁸ G1 Bahia < <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/10/31/eleicoes-em-feira-de-santana-ba-veja-como-foi-a-votacao-no-2o-turno.ghtml> > Acesso em 03/01/2014.

⁹ Fonte: < <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/31/apuracao-dos-votos-100percent-das-urnas-sao-totalizadas.ghtml> > Acesso em 08/12/2022.

entrevistados e as marcas nas contradições, antagonismos e posturas que refletem ideias conservadoras e, as vezes, contestatórias com base em pautas morais e de costumes tendo em vista o modelo que articula e dá razão as ações e posturas dos fiéis. Essas mesmas aparentes contradições serão o foco nas observações etnográficas nas visitas das casas dos fiéis e nos cultos das igrejas e denominações referidas.

Nesse propósito, após a introdução e apresentação da metodologia com base nas ideias ou conceitos fundamentais de Pierre Bourdieu (1930-2002), com a finalidade de análise, principalmente das entrevistas. E, no primeiro capítulo, ligado ao empenho político por parte de líderes religiosos trazemos a discussão sobre a laicidade brasileira como forma de perceber o jogo de interesses e cenários presentes na sociedade que envolvem Estado e religião. Além disso, buscamos compreender ou delinear a trajetória de segmentos evangélicos em seu envolvimento com a política nacional. O marco temporal se dá com a redemocratização, com a eleição de Collor de Melo em 1989.

No segundo capítulo, apresentamos o contexto de Feira de Santana, seja a história e a região urbana do Município. Também abordamos brevemente algumas igrejas pentecostais e neopentecostais que atuam em Feira de Santana. As entrevistas semiestruturadas foram gravadas, transcritas, analisadas e dispostas em textos o que almejamos favorecer ao leitor um olhar aproximado das imbricações entre segmentos evangélicos e a política com foco no pleito eleitoral de 2022.

A parte das entrevistas são apresentadas no terceiro capítulo, no que foi chamado de “voz dos fiéis”. Nelas analisamos os recortes das entrevistas com vista a perceber as posições frente aos temas de costumes, políticos, econômicos e sociais. Portanto, são junções e disjunções que formam modos de se posicionar e argumentar frente a tópicos de diversos temas perguntados.

1.1 METODOLOGIA: CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE PIERRE BOURDIEU

Aqui buscamos trazer alguns conceitos básicos como ferramenta metodológica de análise das entrevistas que serão objeto e apresentadas no terceiro capítulo deste trabalho. As ideias básicas para análise são do pensador francês Pierre Bourdieu (1930-2002). Isso por entender que suas ideias ou conceitos fundamentais, assumem relevância de análise dos agentes sociais ou da sociedade e ajudam a compreender o meio social de pessoas e grupos. E, isso em

grande medida no que concerne à religião. Os conceitos que utilizaremos são: reflexividade, campo, *habitus*, *doxa* e *illusio*.

Antes de tudo, o livro “A miséria do mundo” de Bourdieu (2008) foi iluminador a este trabalho de pesquisa. A afirmação de que fazer ciência não deve ser um arrancar, mas um cultivar e estar junto da ceara e nela coletar numa escuta e olhar atentos se mostra indicativo importante. Sendo a pesquisa qualitativa uma tentativa de compreender o sentido dos grupos sociais, especificamente neste trabalho com os fiéis religiosos das igrejas pentecostais e seus entrelaços com a política. Por isso, perceber uma ciência que seja rigorosa e capaz de indicar ao pesquisador um aproximar, ouvir e compreender a realidade em questão não é tarefa fácil. Isso para ter condições necessárias para ver o ouvir os agentes sociais e não ficar preso às ideias e, muitas vezes, “preconceitos aos pentecostais” (Frestom, 1993, p. 06).

Desse modo, assumimos a chave de leitura bourdieusiana “*reflexividade reflexa*”, como uma espécie de retroalimentação que diz que nada está pronto, seguro e determinado. Só a reflexividade, que é sinônimo de método, mas uma *reflexividade reflexa*, baseada num “trabalho”, num “olho sociológico”, permite perceber e controlar no campo, na própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura social na qual ela se realiza. (BOURDIEU, 2008, p.692). Desse modo:

A partir da elaboração do conhecimento praxiológico, a teoria da religião de Bourdieu está associada à delimitação metodológica de compreendê-la a partir do par conceitual campo/*habitus*. A religião é compreendida enquanto um dos campos constituintes da ótica bourdieusiana da sociedade, analisada a partir de uma perspectiva pluridimensional, com diversos microcosmos ou espaços de relações objetivas, que possuem lógicas próprias, não reproduzidas e irreduzíveis às lógicas que regem outros campos. (Andrade, Pessoa e Silveira, 2019, p. 786).

Podemos perceber que a religião é entendida como um campo com suas especificidades próprias que a distingue dos demais campos. E campo para ser compreendido adequadamente não pode prescindir de *habitus*. Assim, a equação “[*(habitus)* (capital)] + campo = prática” (MATON, 2021, p.76). Essa equação tem a finalidade possibilitar um olhar sociológico das práticas sociais. “Dito de outro modo, nós não podemos compreender as práticas dos atores em termos apenas de seus *habitus* – o *habitus* representa simplesmente uma parte da equação; a natureza dos campos onde ele está ativo é igualmente crucial” (Maton, 2021, p. 76).

Desse modo, cabe explicar ou acrescentar como é formado o capital do *habitus*. O “*habitus* enfoca nossos modos de agir, sentir, pensar e ser” (Maton, 2021, p.77). E isso é produto

de um capital que foi sendo produzido e agregado ao longo do tempo. É fruto de como nós carregamos nossa história, “como trazemos essa história para nossas circunstâncias atuais e então como fazemos escolhas de agir de certos modos e não de outros” (Maton, 2021, p. 77). Assim, a prática de ir aos cultos regularmente entre os agentes sociais e pertencentes a igreja pentecostal precisa o campo aberto para as jogadas ao oferecer o culto, igreja e pastores para conduzirem o culto. Desse modo, ir ao culto pode se tornar algo habitual, cotidiano e algo que o fiel se decidiu como membro do grupo ou igreja. Nesse sentido, a “relação entre o *habitus* e o campo é primeiramente uma relação de condicionamento: o campo estrutura o *habitus* [...]. Mas ela é também uma relação de conhecimento ou de construção cognitiva: o *habitus* contribui à constituição do campo como mundo significativo” (Bourdieu & Wacquant, 2005 [1992: 102-103] apud Maton, 2021, p.77).

O campo é algo como a identidade do grupo, tanto serve para traçar semelhanças e reconhecimentos quanto refutar e estabelecer diferenças com os demais campos. Nele estão contidos certas regras que são apropriadas e cultivadas pelos agentes sociais e funcionam como uma espécie de distintivo de outros campos. As lógicas próprias muitas vezes só são perceptíveis com investigações empíricas e comparativas. Portanto, na compreensão e relação de campo e *habitus* temos:

O campo só funciona na medida em que existem indivíduos compatíveis, que sofreram a aprendizagem. Dito de outro modo, ele é definido como o conjunto de 'traços' distintivos (gestos, comportamentos, símbolos, vestimentas, linguagem, etc.) de um determinado grupo social, em oposição a outros grupos ou segmentos. Ele conforma e orienta a ação, pressupondo um conjunto de esquemas generativos que presidem a escolha, reportando a um sistema de classificação que é anterior à ação, e se refere ao social e ao individual (Andrade, 2006, p.109)

O campo é o que possibilita alguém querer fazer parte dele por possuir uma estrutura mais o menos estabelecida e conformada pelo grupo. Por isso, “os empreendimentos de mobilização coletiva não podem ter sucesso sem um mínimo de concordância entre os *habitus* dos agentes mobilizadores e as disposições daqueles cujas aspirações eles se esforçam em exprimir”. (Andrade, 2006, p. 108-109). Até aqui nos reportamos ao campo como um distintivo vivenciado, estruturado por determinado grupo social.

Desse modo, tendo em vista “a teoria da religião de Bourdieu é a imagem do campo como um “mercado”, o que implica sua tese mais destacada em relação à religião. Essa imagem está diretamente associada à ideia da constituição de um campo religioso em constante disputa”

(Andrade, Pessoa e Silveira, 2019, p. 785). Essas aproximações entre Marx e apropriadas por Bourdieu mobilizadas pelos autores em artigo “No caminho de uma teoria da religião em Bourdieu: as apropriações marxianas” compreendem o campo em disputa seja macro quanto micro. Na esfera micro isso se dá internamente onde pode ser concebido entre os produtores de conhecimento religioso e os leigos sendo os consumidores do que foi produzido, ou macro quando buscam pela hegemonia em disputa concorrencial nos demais campos na sociedade.

Acima já apontamos que os campos na sociedade travam disputa pela hegemonia. Cada campo se articula em disputas na sociedade na tentativa de imprimir o domínio no campo simbólico. Isto é, a sociedade como campo de luta o que “Bourdieu chama de campo de poder o lugar em que se colocam em relação campos e capitais diversos. É aí que se confrontam os dominantes dos diferentes campos, "um campo de lutas pelo poder entre detentores de poderes diferentes"” (Corcuff, 2001, p.54-56 apud Andrade, 2006, p. 110). Vimos no primeiro capítulo que grupos pentecostais visam influir na sociedade, ou seja, é o campo evangélico na arena social e articulação de interesse de poder ou influência nos demais campos sociais.

Ainda sobre o campo entendido num conjunto de interesses em disputa pelo poder onde transparece os dominadores e os dominados na análise social do campo religioso:

O desenvolvimento de um corpo de especialistas encarregados da gestão dos bens de salvação, preparados e legitimados para o exercício monopolizado dessa função, constitui outro aspecto da divisão social do trabalho que contribuiu com a gênese da religião como campo autônomo. De fato, a formação de um campo religioso pressupõe uma distinção entre especialistas religiosos, detentores de capital religioso, e leigos profanos, destituídos desse tipo de capital. (Catani, 2017, p. 93).

Sendo o campo, “Eu o uso no sentido de Bourdieu, isto é, como um espaço de consenso e conflito”. (Loyola, 2021, p. 240). Ou seja, o campo não é sem ausência de conflitos. Nele se encontram as disputas de poder hegemônico dominadores e dominados. Os dominadores são os especialistas, no caso religioso, pastores e bispos. E os dominados são os leigos, que recebem a mensagem, ouvem os discursos produzidos e mais ou menos os replicam em seus cotidiano. Estes, ainda, não são os produtores de conhecimento do sagrado ou do transcendente, mas os consumidores. Assim, por mais que haja entendimento da linguagem próprio do campo é justamente por isso que também possibilita a gestação do conflito e as disputas pelo poder.

Assim estruturada, a religião é um sistema simbólico que funciona como princípio que constrói a experiência. Ela delimita o que merece ser discutido e o que deve ser admitido sem discussão, como dogma ou mistério da fé. Ela converte os preceitos implícitos de um ethos desejável, consagrando-os como normas éticas explícitas, racionalizadas e sistematizadas. A religião, portanto, cumpre uma função ideológica possível de ser mobilizada por um grupo ou classe na medida em que permite a consagração das propriedades características de um estilo de vida determinado. (Catani, 2017, p. 94).

Vimos que o campo tem influência no modo de se comportar das pessoas e exige uma prática ou conduta própria de cada um deles. O *habitus* diz respeito a história de cada um que se desdobra numa prática convergindo numa atualização no tempo. Além disso, o *habitus* tem uma ligação com seus pares membros do campo que agem em certo acordo. Assim, o *habitus* tem imbricações com o campo e ambos fornecem elementos para a compreensão social do grupo.

O *habitus* fornece, ao mesmo tempo, um princípio de sociação e de individuação: sociado porque as nossas categorias de juízo e de ação, vindas da sociedade, são partilhadas por todos aqueles que foram submetidos a condições e condicionamentos sociais similares (assim podemos falar de um *habitus* masculino, de um *habitus* nacional, de um *habitus* burguês, etc.); individuação porque cada pessoa, ao ter uma trajetória e uma localização fincadas no mundo, internaliza uma combinação incomparável de esquemas. (Catani, 2017, p.215)

Isso pode ser entendido nas falas dos entrevistados que estando ou falando de um campo religioso, com sua historicidade comum e compreensível pelo grupo, as decisões que cada fiel toma para si é uma escolha que conjuga e julga as escolhas que passam pelo crivo dos caminhos e vicissitudes de cada um. Assim, a “ideia de *habitus* do Bourdieu, que ele define como o social incorporado nos indivíduos. (Loyola, 2021, p. 240). Ou ainda, o “*habitus* não só interioriza o exterior, mas também exterioriza o interior”. (Andrade, 2006, p. 103).

Por isso,

Bourdieu falava então em agentes e não em sujeitos, nos quais a ação não é simplesmente a execução e obediência a regras. Aos poucos ele percebia que os indivíduos, tanto nas sociedades arcaicas, como nas complexas, não são apenas autômatos regulados como relógios, segundo leis mecânicas que lhes escapam (Andrade, 2006, p.101)

A observação apresentada acima indica que o campo com suas regras e normas exerce influência nos agentes, mas não são determinantes. Isto diz que do ponto de vista social a estrutura não tem o poder total sobre seus membros. Cada um deles exerce um poder de decisão ou de conduta que muitas vezes dizem respeito ao *habitus*, ou seja, a trajetória e formação histórica de cada agente.

Além disso, mesmo tendo em mira a Igreja Católica, Bourdieu compreende a religião em dois pontos que podem ser estendidos ao campo religioso.

Do ponto de vista filosófico, adota a perspectiva da religião enquanto alienação, na condição de deformações e diversos aspectos que intervêm na visão do mundo social que os atores foram entre si e que obscurece a percepção do mundo social, como legitimação da dominação e atravessada pelos conflitos de classes. Do ponto de vista político, Bourdieu assume a perspectiva marxiana de compreender a religião como meio empregado pela classe dominante para legitimar seu poder e impedir qualquer revolta dos dominados. (Andrade, Pessoa e Silveira, 2019, p. 784)

Os dois aspectos atravessados pela religião ressoam a crítica de Marx à religião como “ópio do povo”. Isso aparece na forma de alienação, na medida em que a religião trabalha aliada ao poder do Estado que escamoteia os conflitos de classe. Além disso, a aliança com a classe dominante que impede que os dominados compreendam a exploração e impede a revolta dos dominados. Outro conceito buerdiesiano que utilizaremos em nossa análise é a *doxa*. Esta articulada com *habitus* e campo define e possibilita as condições e o lugar que cada agente social do campo exerce. É a *doxa* que possibilita o reconhecimento, prestígio e poder que indivíduos específicos tem no campo. Portanto:

A *doxa*, como uma forma simbólica de poder, exige que aqueles submetidos a ela não questionem sua legitimidade nem a legitimidade daqueles que a exercem. O reconhecimento é o subproduto de normas não questionadas que foram internalizadas pelos agentes, mais do que qualquer pressão externa exercida sobre eles. Em um campo, a *doxa* assume a forma de uma sujeição compartilhada e desconhecida às “regras do jogo” por parte de agentes com *habitus* semelhantes. Em contraste com a noção de regra da maioria, que pressupõe o surgimento de um campo de opinião com respostas legítimas diferentes dadas a perguntas explícitas sobre a ordem estabelecida, a *doxa* está ao mesmo tempo na raiz e no coração de respostas unânimes. (Deer, 2021, p.158).

O fato de ocupar um lugar de destaque como é o caso do pastor da pastora ou do bispo o coloca na condição de ser um representante escolhido a exercer o ofício sagrado. E isso não é questionado por seus membros ou melhor é aceito naturalmente. Também, ainda no campo religioso, o lugar que as escrituras ocupam nos locais de culto é uma forma simbólica de poder. E os fiéis cumprem essas regras do jogo, que faz parte do campo religioso. Em “Meditações pascalianas” encontramos: “Como o campo artístico, cada universo erudito possui sua *doxa* específica, conjunto de pressupostos inseparavelmente cognitivos e avaliativos cuja a aceitação é inerente à própria pertinência” (Bourdieu, 2001, p. 122)

Por fim, a *illusio*, que é a relação do agente com o campo. É estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena ou que vale a pena jogar. Demonstra que o agente possui espírito estruturado de acordo com as estruturas do mundo social no qual você está jogando, tudo lhe parecerá evidente e a própria questão de saber se o jogo vale a pena não é nem colocada (Andrade, Pessoa e Silveira, 2019, p. 789).

A *illusio* é a sintonia entre o agente e o campo ou ausência de ruídos que coloquem em dúvida o campo. São as explicações ou modelos que persistem à outras evidências ou explicações possíveis. Thomas Kun observou isso no campo da ciência em seu livro em “A Filosofia da Ciência” em relação a quebra de paradigmas ou quando estas deixam de explicar certas realidades, alguns teóricos e seus defensores se apegavam ciosamente na busca de um rearranjo para justificar suas estruturas como verdade.

2 A LAICIDADE DO ESTADO BRASILEIRO

A Constituição brasileira de 1988 onde trata dos direitos individuais e coletivos prevê em seu Art. 5º: “VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. O artigo visa garantir que o Estado brasileiro se comprometa com a proteção das religiões reafirmando a laicidade do mesmo como forma de convivência pacífica e tolerante. O que é apresentado na Constituição Federal vem de ideias que foram prescritas em diversos Estados democráticos criados no início da modernidade, isso como princípio de convivência social e para apaziguar os conflitos religiosos entre católicos e protestantes. Assim,

O princípio de separação da igreja e do Estado como forma de secularização do poder estatal, se constituiu como a resposta adequada as guerras religiosas no início da modernidade. Ele objetivou garantir os direitos individuais de culto e liturgia às minorias religiosas e constituiu o Estado como mantenedor da ordem pública. O aparato estatal assumiu a postura de neutro perante a diversidade religiosa. (Neto e Prondi, 2017, p. 839)

A laicidade surge como uma resposta aos conflitos religiosos e como garantia da liberdade religiosa (Blancarte, 2022, p. 41-42) isso em contexto europeu inicialmente entre Lutero e a Igreja católica. Portanto, o Estado ao proclamar a sua laicidade confere junto a isso a liberdade religiosa. Não há como afirmar a laicidade onde são cerceadas a liberdade religiosa. Assim, afirma Blancarte (2022, p. 42, tradução nossa): “Não há, pelo contrário, em locais onde as religiões são perseguidas (China, por exemplo) ou onde o Estado patrocina uma em especial e proíbe ou limita o exercício de outras (Arábia Saudita, Mianmar ou Rússia, por exemplo).”¹⁰ A laicidade se firma em Estados onde a democracia é consolidada, em Estados com democracia liberal convergem com a laicidade. Portanto, a laicidade prescinde de um Estado democrático liberal, do contrário, surgem deficiências e anomalias. Surge então a questão, é possível se falar em laicidade em regimes autoritários, como o caso do Brasil no período da ditadura militar?

¹⁰ Democracia e Laicidade de Blancarte, 2022, p. 42, tradução nossa): “No la hay, por el contrario, allí donde las religiones son perseguidas (China, por ejemplo) o donde el Estado patrocina una en especial y prohíbe o limita el ejercicio de otras (Arabia Saudita, Myanmar o Rusia, por ejemplo)”.

Um olhar reverso poderíamos afirmar que onde há limitação e proibição no livre exercício religioso e de liberdade de expressão, não é possível falar em laicidade consolidada no Estado. Portanto, em regimes autoritários a democracia liberal é cerceada e a laicidade também.

Por isso, a democracia e a laicidade não coadunam com grupos religiosos que visam implementar uma sociedade calcada em princípios morais e de costumes exclusivos bem como com governos autoritários e populistas:

Isto pôde ser evidenciado nas declarações de Jair Bolsonaro, quando ainda preparava-se para obter uma legenda com fins de candidatar-se à presidência: “Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico não! O Estado é cristão e a minoria que for contra, que se mude. As minorias têm que se curvar às maiorias”. (Camurça, 2020, p. 96)

O discurso do candidato populista compreende a laicidade como a imposição da vontade da maioria sobre as minorias e se julga cumprir os princípios da democracia. Sendo que compreendemos a democracia como sendo a livre escolha de governos e a implementação de políticas públicas que favoreçam o bem comum. Nesse sentido, é onde o Estado laico tem a ação estatal como salvaguarda da coexistência das religiões num ambiente de tolerância religiosa. A não laicidade do Estado indica um modelo já vivenciado no Brasil de padroado e hegemonia católica presentes até a Constituição de 1891, quando se decreta a laicidade do Estado Brasileiro. No discurso acima, pelo então candidato eleito em 2018, traz como mensagem central de o Estado ser cristão. E isso não abarca, evidentemente, só os evangélicos, mas se incluem aí os católicos ou parte deles. Isto é, a forma de agradar seus eleitores cristãos dava mostras de que a Constituição Federal que tem prescrito a laicidade como um valor social e político do Estado poderia ser negligenciada, ideias que comportavam a anuência e recebiam amplo apoio, principalmente entre os pentecostais.

E essa mudança de postura por parte de igrejas pentecostais é vista como contradição:

Além disso, como frisou Pierucci (1989), no momento da Constituinte pós-ditadura de 1988, diante de um discurso expansionista evangélico e, mais recentemente lembrou Almeida (2019), historicamente os evangélicos no Brasil se inscreveram no espaço público com a consigna da liberdade religiosa, invocando garantias protetivas a eles próprios, enquanto uma minoria religiosa. Mas não apenas na sua história longínqua, pois justificando sua entrada na política em 1985, os evangélicos firmaram um documento “Os evangélicos e a Constituinte”, onde exigiam “a separação entre a Igreja e o Estado, o respeito às liberdades e aos direitos humanos”,

afirmando, pasmem!: “Somos pela existência de um Estado Leigo. Preconizamos um tratamento equânime, da parte do Estado, para todos os credos e confissões religiosas” (Mariano, 2011, p. 250). Aqui, uma nítida contradição de discurso, de quando se julgavam uma minoria e quando agora julgam estar no campo da maioria. (Camurça, 2020, p. 96)

O candidato ao dar mostras de estar inclinado a governar sob os princípios cristãos e ao utilizar imagem majoritária evocado por segmentos evangélicos e “por Bolsonaro serve muito mais para expressar sua concepção de gestão do Estado. Concepção esta marcada por uma ideia de subjugação do que consideram minorias e não pela garantia da livre expressão da pluralidade”. (Camurça, 2020, p. 97). A laicidade, como vimos acima, tem como fundamento a livre expressão religiosa do contrário, deixa de ser um Estado laico.

A laicidade é prerrogativa do Estado uma vez que é um valor Constitucional. O Estado pode ser laico, na medida em que institui as leis e direitos. Dessa forma, os governos assumem responsabilidades com as leis, ou seja, com a Constituição Federal. E em muitos aspectos a postura dos candidatos pode se configurar com esses compromissos assumidos e outorgados ou não. E, nesse dilema político de conquistar o eleitor via aliança com instituições religiosas, a esquerda democrática perde o fio da meada, como é o caso com os pentecostais que defendem a exclusividade e gestos que conflitam com a democracia liberal. E isso transparece mais claramente em período de eleição ou com governos eleitos, como descrito o olhar de Edir Macedo da Igreja Universal em relação ao comportamento dos candidatos Lula e Bolsonaro:

Interessante aqui, também, foi o seu comentário de que “no passado, ele convidou para ir à igreja um outro candidato presidencial, que acabou virando presidente”, mas que este não teria ido. Sem especificar quem teria sido esse presidente, o bispo diferencia Bolsonaro como aquele que se submete à autoridade divina representada por ele, de outro que preferiu a neutralidade que o seu cargo requeria dentro dos limites de um Estado laico. (Camurça, 2020, p. 100).

A laicidade do Estado brasileiro não é um farol somente para as igrejas e religiões. Ela tem a função de reconhecer a pluralidade cultural brasileira. E, junto a isso, prevê governos que trabalhem para a convivência social tolerante em vista do bem comum. Desse modo, a laicidade também indica os limites e responsabilidades éticas dos administradores públicos. A seguir abordaremos como a laicidade tem construído frentes de interesses e disputas em jogo, bem como modos distintos de compreender e dar sentido à laicidade do Estado brasileiro.

2.1 OS CENÁRIOS QUE MOVIMENTAM A LAICIDADE BRASILEIRA

Camurça (2017) escreve artigo “A questão da laicidade no Brasil: mosaico de configurações e arena de controvérsias”, na busca de compreender como os modelos de laicidade funcionam no Brasil. Uma vez tendo em conta que a laicidade é melhor compreendida quando comparada com outros países de onde salta aos olhos modelos e modos na relação entre Estado e religião ou “o lugar do religioso nos espaços públicos” (Camurça, 2017, p. 859). Isto é, como a laicidade tenciona e é apropriada dentro dos campos sociais no âmbito da sociedade em determinado território nacional. O mesmo autor alerta para os cuidados com a normatividade, ou seja, um olhar aprovativo ou reprovativo das religiões na esfera pública. O que se percebe no Brasil é:

Longe de ser um processo unilateral e unívoco, a relação entre Estado, esfera pública e as religiões no Brasil comporta tanto iniciativas de forças laicistas no sentido de reverter presenças religiosas no Estado consolidadas ao longo dos anos, quanto de novas ações provenientes das religiões de se apropriar de espaços ainda não ocupados no domínio público, ambos ao mesmo tempo e de forma contraditória. (Camurça, 2017, p. 860)

O lugar do religioso no espaço público não está dado e acabado em lugar ou Estado nenhum. No Brasil, as forças sociais esgarçam, esticam e acomodam modos de conceber o religioso no espaço público e que se modificam ao longo do tempo. Neste sentido, Camurça toma como sentido de análise “Arena”, “mosaico” e “configuração” isso porque “passam a ideia de formas onde convivem as diferenças em acomodação ou conflito e a referência a uma ‘tradição comum, partilhada’ revela também que todas as diferenças reivindicam uma pertença dentro de um *locus* comum, no meu caso, a laicidade”. (Camurça, 2017, p. 861). Desse modo, ele reúne o mosaico em quatro grupos de movimento do religioso na esfera pública:

a) ações religiosas no campo da moral inibindo iniciativas de defesa de direitos de minorias e direitos humanos; b) entronizações de símbolos religiosos em ambientes laicos e públicos, onde ambas implicam em movimentos de expansão da religião no espaço público; e as duas seguintes; c) ações para retirada de símbolos religiosos na esfera pública; d) ações jurídico-legais contra a intolerância e vilipêndio religioso, que redundam em movimentos de contenção desta expansão religiosa através de legislação e marcos legais. (Camurça, 2017, p. 861-62).

Esses quatro grupos com visões distintas em atuação na sociedade brasileira vamos abordar sucintamente. O objetivo é compreender como essas posturas interagem mas, sobretudo, geram conflitos e embates no campo social e político brasileiro. Além disso, apontam a entender as dicotomias e doxologias presentes e mobilizadas nos diversos grupos de interesses.

Nesse sentido, as iniciativas no campo da moral têm se avolumado com os pentecostais desde a constituição de 1988, originárias de um processo histórico, social e político que tem levado a posturas reativas as pautas ou demandas sociais muitas delas apresentadas em governos Lula-Dilma. Entre as medidas advindas dos leigos, sendo projetos de lei e medidas governamentais ao 3º Plano Nacional de Direitos Humanos de 2010, em que previa as questões:

[...] descriminalização do aborto, união civil homossexual, criminalização da homofobia, adoção de crianças por pais homossexuais, inclusão de direitos sexuais reprodutivos no rol dos direitos humanos, políticas educacionais de distribuição em escolas públicas de material informativo sobre a sexualidade, como prevenção contra a homofobia, regulamentação das funções de profissionais do sexo, ensino laico sem interferência religiosa, pesquisas científicas com células-tronco (Camurça, 2017, p.863).

A oposição ao projeto de iniciativa leiga ganha, por parte dos grupos religiosos, seja católicos, evangélicos e espíritas, impulso e impõem recuos dos governos. “Lula retirou a descriminalização do aborto do PNH3. E Dilma Rousseff assumiu compromisso com a bancada evangélica de vetar e ser contra: ‘contra a vida e os valores da família’, de rejeitar o casamento homossexual, o projeto de lei que criminaliza a homofobia” (Camurça, 2017, p. 864). O peso das religiões católica e evangélicas faz dobrar governos e direcionar políticas públicas. A estreita relação entre governos e religiões se dá por interesses de ambas as partes. As religiões visam direcionar políticas públicas ou cerceá-las e, por parte dos governos, garantir apoio dos grupos religiosos para se manterem no poder. Desse modo, a depender das forças dos distintos atores sociais seja do Estado quanto das religiões a laicidade se torna mais ou menos maleável. Isto é, o mosaico da laicidade nunca é determinado de pronto, sempre podendo ser introduzido mais uma peça na arena de disputa de poder e coação social. Por isso, o “Estado em relação aos valores religiosos, ou seja, sua concepção de como funciona e o que é o dispositivo e arranjo da laicidade no país”. (Camurça, 2017, p. 864).

A separação entre Estado e religiões sob o princípio da laicidade, onde os governos eleitos democraticamente tomam decisões ou assumem políticas públicas direcionadas as demandas sociais laicas mesmo que conflitam com princípios morais e de costumes das religiões

seja católica quanto evangélicas, parece estar mais no campo do ideal. Sabendo que no Brasil perfazem 86,8%, segundo censo do IBGE de 2010, desses sendo católicos (64,6%) e evangélicos (22,2%) a laicidade é confrontada pelos números de fiéis e a força dessas instituições presentes em todo território nacional. Assim, as demandas acima apresentadas pela sociedade civil laica, por mais que sejam demandas sociais legítimas, precisam digladiar com as demais e forças sociais religiosas que por sua estrutura tendem a serem majoritárias.

Junto a isso, Camurça (2017) percebe um movimento ou mudança de estratégia que abandona a posição de contrapor e passam a desenvolver a estratégia de propor. Assim, “que este ‘avanço religioso’ não se dá de forma extra-laica, mas sim utilizando a mediação do modelo estatal, laico, republicano (partidos, lobbies, petições, atos públicos, aprovações de leis nos parlamentos e tribunais)”. (Camurça, 2017, p. 865). Isto é, a laicização à brasileira compõem em seu conjunto de forças e conflitos inerentes com o campo democrático.

O segundo modelo de laicidade em solo brasileiro está ligado aos símbolos religiosos que foram sendo introduzidos ao longo do tempo e dominação católica em locais públicos. Sejam imagens de santos ou crucifixos em paredes de órgãos públicos. Ou a leitura e entronização de Bíblia nas Assembleias legislativas e Câmaras municipais em todo país. A requisição e defesa do uso desses símbolos religiosos em espaços públicos se dá mediante a argumentação por parte das autoridades religiosas de que:

Esta convergência católico-evangélica para a aposição de símbolos religiosos no espaço público nutre-se da ideia de que valores espirituais devem se constituir como reserva moral da nação. E aqui, segundo Ranquetat Jr, o argumento toma um “víeis culturalista”, ou seja, de procurar relacionar o fundamento da nação brasileira ao cristianismo (Camurça, 2017, p.866).

Aqui nesse ponto podemos entender que grupos em posições opostas e em disputa entre católicos e evangélicos atuam para implementar símbolos que caracterizam sua religião. A cruz, a imagem de Maria se convencionou a atribuir aos católicos e a bíblia aos evangélicos. Ter esses símbolos postos em locais públicos seja em praças e estabelecimentos é a visibilidade mediática e a força política que transparece nos grupos religiosos de origem cristã.

Por outro lado, a laicidade também é recorrida por grupos leigos, ou seja, pessoas sem vínculo a religião ou que tenham uma compreensão mais aberta e visam a contenção das religiões no espaço público. Essas são ações, como exemplo, que intentam para a retirada de símbolos religiosos nos espaços públicos. O argumento e visão dos leigos está no princípio da

separação entre Igreja e Estado. Estes argumentam que a permanência de símbolos religiosos em recintos públicos podem provocar ações em quem neles trabalham, não pautados na conduta pública e sim em princípios religiosos, nesse caso cristãos:

Desde meados dos anos 2000 por reflexo de uma interpretação da Constituição Federal de 1988, particularmente do seu artigo 19, inciso I, assiste-se um conjunto de medidas judiciais para a retirada de crucifixos de recintos públicos - Tribunais e Casas Legislativas. A alegação, na interpretação do referido artigo, recorrente em todas estas demandas, é de que a manutenção destes símbolos fere o princípio de laicidade, de separação da Igreja e do Estado, levando que servidores alocados nestes recintos terminem por se submeter a outros princípios (religiosos) que não os da administração pública (Ranquetat Jr, 2012, p. 67-68). (Camurça, 2017, p. 872).

Essas iniciativas, muitas delas advindas de ateus e agnósticos, não prosperaram em instâncias superiores. O argumento utilizado por sua permanência era de “que a imagem do Cristo martirizado é um símbolo universal, para além de aspectos confessionais e particularistas, neste sentido fazendo parte do patrimônio público” (Camurça, 2017, p. 873). O que se pode perceber que a decisão jurídica para o caso não se ateve na defesa de instituições religiosas, mas colocou na condição da tradição cultural brasileira marcada pela cultura cristã. Assim, a defesa, no entanto, não foi entendida como uma recusa da laicidade, mas se coloca no rol da tradição, dos costume e história do país marcado principalmente pela “cultura católica brasileira” (Ranquetat Jr, 2012, p. 69).

As decisões jurídicas em muitos casos pontuais e não impedem novas reivindicações que entram em cena. Neste sentido, um caso que repercutiu no Brasil foi a visita ao Brasil do então papa Bento XVI em 2008. Neste encontro com o governo Lula, foi proposta diversas medidas que tocassem interesses eclesiais católicos no Brasil. O acordo tinha a finalidade de “garantias fiscais, proteção de lugares de culto e do patrimônio histórico cultural de bens da Igreja, destinação de espaços públicos a fins religiosos, capelarias em hospitais e presídios, ensino religioso em escolas públicas e efeitos civis do casamento religioso” (Camurça, 2017, p. 874). Mesmo que em recusa Lula alegasse a laicidade do Estado o caso repercutiu e quando se desdobrou em lei no Congresso Nacional. Isso ilustra dois cenários da laicidade no Brasil sempre vindo a tona. Primeiro, o Vaticano pressiona o Estado na busca de defender seus interesses particulares e manter a hegemonia religiosa, notadamente em questões econômicas e privilégios eclesiásticos. O segundo ponto, a Igreja católica não exerce mais a hegemonia em solo brasileiro. E isso é verificado no movimento ou contrarreacção dos evangélicos ao tomarem

ciência do teor e dos interesses que a proposta do Vaticano requeria, ao ser apresentado no Congresso Nacional. Desse movimento surgiu a “Lei das religiões” estendendo os benefícios requeridos pelo Vaticano a todos os evangélicos e credos. Ou seja, a laicidade no Brasil nesse caso não é a separação entre Estado e Igreja, mas a acomodação de forças que lutam por espaço e garantias políticas. Em outras palavras “a concepção de laicidade imperante no país passa a ser de uma presença isonômica das religiões (mais representativas, as cristãs, ou seja, católicos e evangélicos) no domínio público” (Camurça, 2017, p. 874).

Outro ponto que diz respeito a laicidade em contexto brasileiro está ligado às ações contra a intolerância e vilipêndio religioso. A diferença entre esfera pública e espaço público é apresentado:

Miranda propõe uma interpretação sobre o descompasso existente no país entre o que chama de “esfera pública”, ou seja, o domínio institucional-legal, que legitimava o livro com o selo do MEC, enquanto fundamento conteudístico da disciplina “História e Cultura da África” e o “espaço público”, onde a proporcionalidade de uma crença cristã (evangélico-católica) é predominante ditando o comportamento majoritário da sociedade e repercutindo de novo nas instituições (Camurça, 2017, p.881)

A laicidade no Brasil segue o curso ainda não consolidada e com distintos modelos. O Estado brasileiro ao ser fundado na relação próxima entre reinados portugueses e a Igreja católica deixou marcas profundas na cultura e na sociedade brasileira. Essa relação historicamente marcada pelas benesses do poder político para com a religião tem se desdobrado em novos modelos mesmo com a vigência na Constituição nacional da República ao decretar o Brasil um Estado laico. Se antes a hegemonia católica era sem contestação, nos últimos anos com o crescimento dos evangélicos, novos atores religiosos entram em campo na busca de fazer parte do jogo. Também, denominações religiosas se colocam na esfera pública como forma de consolidar espaços, a exemplo dos católicos, ou conquistar espaço novos como entre os evangélicos, principalmente os pentecostais e neopentecostais. Desse modo, a laicidade vive na arena em disputa. Isso leva a concluir que:

[...] o consenso estabelecido entre estudiosos do tema parece ser o de que no Brasil a separação entre Estado e Igreja nunca resultou na saída da religião da vida pública. E, portanto, que o termo “laicidade” no país parece funcionar mais como uma “referência” utilizada para tratar das relações entre religiões e Estado, referência esta

sempre valorizada e adaptada aos interesses de cada um destes segmentos sociais, civil ou religioso. (Camurça, 2017, p.882).

Enfim, a laicidade por mais que tenha discordância ou posições distintas baseadas na concepção de mundo seja de grupos ou indivíduos, ela não deixa de ser ponto de argumento seja para os católicos e evangélicos ao buscarem novos espaços na esfera pública por meio da força política, como dos grupos de religiões afro-brasileiras que recorrem a laicidade em defesa de seus direitos. Ou então os laicos em defesa como é o caso da retirada dos símbolos religiosos de recintos públicos. O Estado também recusa propostas que julgar fora do tom mediante o princípio da laicidade. Isso mostra a dinâmica social e de forças presentes na sociedade brasileira. O problema pode estar no peso que cada grupo exerce no direcionamento da sociedade brasileira quando isso manobra, principalmente o Estado, a não consolidação da democracia liberal. Isto é, quando direitos de grupos sem poder de barganha sejam excluídos até do debate social e político. Isso porque o executivo e legislativo são “sensíveis” aos segmentos sociais que tenham maior capacidade de mobilização e voto. Neste contexto, se mostra a importância do poder judiciário que pode exercer maior autonomia em decisões e recolocar em sintonia a laicidade e a democracia.

2.2 AS RELIGIÕES E O ESTADO

A secularização no Brasil não tem se consolidado entendido como a separação entre Igreja e Estado. Está mais na formação de um Estado laico. Porém, entre o termo secularização¹¹ e laicização se tocam na medida em que “compartilham a noção de autonomização das esferas sociais, sobretudo do político em relação à religião” (Oro, 2011, p. 224). Na medida em que em alguns países europeus foram acentuadas a secularização, entre esses a França, ressurgiu a percepção, corrente em países da Europa central, a necessidade de resgatar valores religiosos na

¹¹ ORO, 2011, p. 224 faz importante distinção em nota de rodapé : “Neste caso, faz-se necessário distinguir os conceitos de laicidade e de secularização. Usado preferencialmente no contexto anglo-saxônico, o termo secularização não se recobre totalmente ao de laicização, ou laicidade, usado nas línguas neolatinas. Enquanto secularização expressa a ideia de exclusão do religioso do espaço público – que se encontra, então, “secularizado” – laicidade designa a maneira pela qual o Estado se emancipa da referência religiosa. Somente a noção de “laicidade de combate” se aproximaria daquela de secularização. Porém, ambos os conceitos, secularização e laicização, compartilham a noção de autonomização das esferas sociais, sobretudo do político em relação à religião, e ambos não se confundem com ateísmo.

condução das decisões políticas. A democracia encontrava e encontra dificuldades na consolidação de seus princípios como a solidariedade e bem estar social, valores tidos como religiosos, esse é o olhar do filósofo alemão Jürgen Habermas. Desse modo, a religião passa a ser revisitada ou a percepção de sua necessidade como princípio agregador da democracia.

A teoria do discurso de Habermas compreende a possibilidade de resolução de conflitos valorativos no plano político com o auxílio das religiões. Estas precisariam passar por um processo de auto-esclarecimento de suas doutrinas e a tradução de seus princípios axiológicos à inteligibilidade racional daqueles que não participam da mesma comunidade religiosa. Os discursos religiosos podem ter a função de amparar às decisões políticas na sociedade democrática. Nesse sentido, a inserção da forma de argumentação religiosa na esfera pública poderá estabelecer a estruturação da maneira de cooperação entre as instituições religiosas na construção de uma comunidade política mais justa e inclusiva. (Neto e Perondi, 2017, p.830)

A separação entre Estado e Igreja em contexto Europeu, como vimos acima, tinha um sentido superar os conflitos que envolviam Estado e religião. Porém, o afastamento e separação ou até a negação da participação da religião no debate público tem se mostrado contraditório e deficitário. A contradição está nos limites ou a negação à participação social e política das religiões, sendo que essas fazem e compõem o corpo social da mesma sociedade. Porém, há um alerta importante que deve guiar essa ação. Segundo o filósofo alemão as religiões possuem valores éticos e morais religiosos e esses podem ser incorporados “na cultura política e instituições democráticas, mas, desde que passem por um processo de tradução de seu discurso religioso para o idioma secular, instrumento das deliberações formais nos corpos parlamentares e da burocracia administrativa estatal” (Habermas; Taylor, 2011). (Camurça, 2020, p. 89).

O que parece propor Habermas é a necessidade de participação das religiões nos rumos da sociedade. A sociedade com o Estado e governos estabelecidos ao se oporem aos valores religiosos gestados pela tradição, negligenciam possibilidades e dinâmicas de avanço à democracia. A religião, nesse caso, exerceria o papel de serviço ético ao propor vivências e possibilidades sociais a serem assumidas pelas instituições do Estado.

Vimos acima, que as religiões são parte e constituem a sociedade como um todo, desse modo é contraditório excluí-las do processo social. Também, as religiões ao compreenderem seu papel diante do contexto de Estados nacionais constituídos democraticamente a elas cabem propor sentidos morais e éticos que devem ser apreciado pela comunidade social quanto pelos membros constituídos ou instituição políticas.

Nesse sentido, outra maneira bem diferente pode ser constatada, quando se busca a interferência por parte das religiões nas políticas sociais do Estado, nesse caso, conforme Oro (2017) não se poderia falar em secularismo, mas em modelo de laicidade. Ou como vimos acima, o mosaico de posições sob perspectivas de laicidade. Assim:

Outra dinâmica é aquela marcada pela crescente interferência da religião no espaço público, a partir da organização dos grupos religiosos em estruturas políticas efetivas com fins de aprovar medidas materiais e morais do interesse destas igrejas e de seus membros. Aqui se trata de imprimir uma marca religiosa de forma direta na esfera pública. (Camurça, 2020, p. 89)

Essa segunda possibilidade conhecida como interferência é o que tem se observado como crescente entre segmentos das igrejas, de modo mais sistemático entre os pentecostais e neopentecostais. A crescente interferência da religião na esfera pública tem sua trajetória e motivações visto acima, e sempre se desdobra abrindo caminhos seja de conflitos quanto de perspectivas:

Invocando a condição da maioria religiosa no seio da população brasileira, as instituições evangélicas – neste particular, somadas aos setores conservadores da Igreja Católica – reivindicam um papel na definição das políticas de Estado com relação à educação, saúde, ciência. [...] Está, então, instaurada uma clivagem sobre o que é o bem comum que coloca em campos distintos concepções religiosas e laicas. Cada uma delas aciona sentidos divergentes sobre o caráter laico do Estado. O Brasil é um país laico dizem setores seculares que querem garantir a autonomia pedagógica, científica, jurídico-normativa como forma de gestão do bem público. O Brasil é um país laico, mas não ateu replicam os setores evangélicos pentecostais secundados por católicos tradicionais, que desejam que valores religiosos venham influir nas decisões de Estado com relação à sociedade, devido ao que julgam ser o peso da presença religiosa nesta sociedade (Camurça, 2020, p. 87).

A disputa pelo poder do Estado pode sofrer inclinações e compromissos com a laicidade ou até ser contrário a ela. Se laicidade é entendida dentro de um Estado democrático como esferas distintas entre religião e Estado, porém, não opostas e contrárias. Contanto, tendo em vista que o discurso religioso seja apresentado e não imposto à sociedade e aos governos. Do contrário, de um lado seja dos governos eleitos ou de igrejas quando essas esferas se confundem isso pode se caracterizar como confessionalização na esfera pública. A qual é definida como:

Enquanto uma vertente do nosso conservadorismo, cuja fonte de valor vem do transcendente, eles pleiteiam uma intervenção no cenário político e estatal, numa forma de ativismo para determinar aspectos da estrutura jurídico-normativa do Estado, principalmente no que diz respeito à moralidade pública (com ressonâncias para os campos da ciência e do conhecimento). A esse fenômeno, analistas deram o nome de “confessionalização” da política e do Estado (Pierucci, 1989). (Camurça, 2020, p. 88).

Portanto, os denominados grupos religiosos pleiteiam influenciar a sociedade com valores morais e de princípios que muitas vezes colidem com a democracia liberal. As propostas contrárias ao movimento feminista foram muito bem abordados em artigo de Maria das Dores Campos Machado “O discurso cristão sobre a ‘Ideologia de gênero’ em 2017. Sob a liderança de Igreja Católica conseguiu reunir em oposição os diversos segmentos entre eles os evangélicos pentecostais em países distintos como Estados Unidos e Brasil. E em contexto brasileiro, os diversos grupos descritos por Kalil, I. “Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro” publicado em 2018. Esses são grupos distintos, mas tem em comum propostas antidemocráticas e inclinados a votar em Bolsonaro. A confessionalidade do Estado é uma possibilidade que pode adentrar a esfera pública através de governos populistas e antidemocráticos, conforme o que se pode inferir no pensamento de Blancarte (2020) em seu livro “Democracia e laicidade”.

Enfim, há entre as religiões valores que contribuem com a formação democrática baseada na solidariedade e integração social. Esses valores podem contribuir na coesão social uma vez que “as sociedades capitalistas avançadas perderam a capacidade de coesão social pelas instituições políticas” (Neto e Perondi, 2017, p. 831).

2.3 EVANGÉLICOS E A POLÍTICA NO BRASIL

Os pentecostais, até o final dos governos militares (1964-1985), se mantiveram relativamente distantes e não viam com bons olhos o envolvimento na política por cargos eletivos (Freston, 1993). Porém, com a transição à redemocratização e a escolha de Tancredo Neves para a presidência da República, os autores Mariano e Perucci (1992) constatarem como elemento chave que desencadeou parte das lideranças evangélicas e se envolverem diretamente na política. O fato de ser Neves o escolhido foi visto como o retorno da *hegemonia* da Igreja católica no Brasil. Isso foi constatado em entrevista ao pastor José Wellington, que era presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, e explica em depoimento “os motivos de

sua igreja ter abandonado a antiga postura de afastamento da política partidária” (Mariano e Pierucci, 1992, p. 105) para um engajamento mais direto:

A coisa começou na eleição de Tancredo Neves. Ali estava o forte, a cúpula da Igreja Católica tinha a mão ali dentro. E foi ali que nasceu a coisa. E nós temos isso até como Providência Divina. Pode-se dizer que foi Deus que não deixou Tancredo Neves governar o país. Porque ele ia entregar isso aqui na mão dos padres. Eles hoje mandam e, se estivesse na mão de Tancredo, não sei o que seria dos evangélicos no país. (Entrevista concedida em 28.2.92 in Mariano e Pierucci, 1992, p. 105)

As eleições de 1986, onde foram eleitos os representantes para o Congresso Nacional e com a prerrogativa de votar a nova Constituição Federal de 1988. Nessa eleição os pentecostais elegeram deputados federais onde saíram de dois deputados e saltaram para dezoito (Freston, 1993). A laicidade, tema que retomaremos em outro item, foi garantida pela Constituição Federal de 1891, primeira Constituição republicana com o governo provisório de Deodoro da Fonseca, onde consagra a liberdade de culto e extingue o padroado.¹² Assim, instala-se juridicamente a “separação entre Igreja e Estado, pondo fim ao monopólio católico, extinguindo o regime do padroado, secularizando os aparelhos estatais, o casamento e os cemitérios, e garantindo, pela primeira vez, a liberdade religiosa para todos os cultos” (Oro, 2011, p. 225).

O tempo de transição entre a Ditadura Militar e a redemocratização parece ter acendido a desconfiança e o medo de parte dos grupos religiosos de forma mais acentuada entre grande parcela das lideranças pentecostais, ou seja, a volta ou da antiga aliança entre católicos e o governo central do período da colônia e dos reinados nacionais. Essa ideia estará sempre viva na memória de grande parte dos pentecostais a cada eleição.¹³ E parece ser esse o maior temor, pois compreenderam que o poder do Estado é muito grande para negligenciá-lo. Com a conversão na política, partiram para uma aliança com os governos instituídos nos estados como forma de garantir o crescimento das igrejas e os benefícios que ele possa conceder, seja em isenção de impostos quanto no salvaguardo da liberdade de religião e crença.

¹² O padroado foi um acordo entre a Santa Sé e o Estado que previa proteção e interesses comuns entre ambos, tendo a Igreja católica como a religião oficial de Estado.

¹³ Em nota explicativa de Mariano e Perucci 1992, p. 94 esclarecem: “Nem todas as igrejas pentecostais estão abertas à participação política nem à acolhida de políticos. Fazem questão absoluta de manterem-se afastadas da política duas das maiores igrejas pentecostais do país, a Congregação Cristã no Brasil e a Deus é Amor. Isto não quer dizer que seus fiéis não acompanhem, na mentalidade e no voto, a tendência de alinhamento eleitoral das outras igrejas”.

Assim, desde “o ingresso dos evangélico-pentecostais na política, no ano de 1986, visando eleger representantes para a Assembleia Constituinte no intuito, segundo eles, de combater tanto a influência católica quanto a influência secular na nova Constituição” (Camurça, 2020, p. 82). A constatação de Mariano e Perucci (1992) de que algumas lideranças perceberam na eleição de Tancredo Neves, membro e seguidor da Igreja católica, alimentaria uma nova aliança entre Estado e Igreja católica. Portanto, ainda segundo os referidos autores duas ameaças precisavam ser combatidas: a hegemonia católica e o comunismo. O medo de algo ameaçador atingia o âmago do espírito de grupos evangélicos, ou seja, a liberdade religiosa e de culto.

No presente trabalho buscaremos abordar o entrelaçamento entre igrejas evangélicas e a política. O recorte aqui adotado é com o início da redemocratização pós-ditadura militar. Como estamos interessados em perceber os desdobramentos dos pentecostais na política eleitoral e seus reflexos entre os fiéis pentecostais e neopentecostais de Feira de Santana no estado da Bahia nas eleições de 2022, recorreremos a divisão por Camurça ao apresentar sugestão de fases dos grupos pentecostais:

Podemos hoje, após três décadas de atuação ininterrupta destes grupos religiosos na política, traçar uma tipologia que demarca três fases de sua atuação. Uma primeira, que registra seu suporte às forças políticas de direita, como o apoio à campanha de Fernando Collor à presidência em 1989 e a consequente demonização das candidaturas de esquerda, como a de Lula na referida eleição. Isto entremeado por uma ligeira mudança de rota ao apoiarem forças liberais em aliança com a direita nas eleições de Fernando Henrique Cardoso representada pela aliança PSDB-PFL nos anos de 1990. Uma segunda, quando moveram seu apoio para a centro-esquerda, representada nos governos Lula e Dilma em aliança com o PMDB nos anos 2000. E uma terceira, quando abandonam esta coalizão para se articularem no impeachment da presidenta, numa nova aliança neoliberal de direita que reuniu os partidos derrotados nas últimas eleições PSDB e DEM com o PMDB – até então aliado do PT – no chamado golpe branco da deposição de Dilma e colocação de seu vice Michel Temer no poder. Uma derivação que pode ainda ser colocada nesta terceira fase da participação política de evangélicos pentecostais foi o seu desembarque maciço e unânime na candidatura de Jair Bolsonaro em 2018, como aliado imprescindível e decisivo, que fez o grupo agora se deslocar para um espectro político de extrema direita (Camurça, 2020, p.83)

A divisão ou fases do envolvimento político dos pentecostais é pertinente para este trabalho, porque a terceira fase tem se aprofundado nas eleições de 2018 e em seus desdobramentos na campanha de 2022. Quanto ao debate que leva em conta a democracia liberal entendida como “simplesmente um sistema político ao mesmo tempo liberal e democrático – um sistema que tanto protege os direitos individuais como traduz a opinião popular em políticas públicas (Mounk, 2019, p. 44). Entendendo liberal “é alguém

comprometido com valores básicos como a liberdade de expressão, a separação de poderes ou a proteção dos direitos individuais” (Mounk, 2019, p. 43). O desembarque na campanha de Bolsonaro de extrema direita por parte de grupos evangélicos bem como a ala de católicos carismáticos tem produzido um confronto de ideias em que a religião tem servido como aparato ideológico de ataques às minorias, sejam os grupos LGBTQIA+ quanto a emancipação e liberdade de gênero e oposição ao movimento feminista numa aliança entre a política de extrema direita com grupos religiosos conservadores que juntas trabalham contrariamente à democracia.

O que se pode depreender de Camurça (2020) no modelo em fases e a entrada na política pelos referidos grupos foi sendo marcada e aprofundada por um desejo por parte de lideranças religiosas de influir na cultura da sociedade apresentando um modelo cristão de “democracia”. Alcançar ou se aliar aos grupos de extrema direita como forma de tornar o cristianismo a diretriz básica. Isso tenciona com o princípio da laicidade e, além disso, passa a ter semelhanças com o neoliberalismo uma vez que o mercado e grupos de igrejas almejam governos pouco operantes para que possam exercer o espírito de explorar e direcionar os princípios da sociedade. Ou seja, “disputam o conteúdo mesmo da democracia e da legalidade, golpeando aliados de mais de uma década e forjando uma coalizão de neoliberais, neoconservadores e outras correntes de centro e de direita”. (Burity, 2018, p. 40).

Assim, a “forma neoliberal de razão e de valoração, e que o ataque do neoliberalismo à democracia tem em todo o lugar, infletido lei, cultura política e subjetividade política” (Bröwn, 2019, 16-17). A pergunta que fica é se estariam as igrejas evangélicas alimentando o desejo neoliberal de influir na sociedade favorecendo um modelo político que expropria os bens transferindo-os aos grupos economicamente hegemônicos? Por mais que esses interesses não estejam em questão transparece, sobretudo, um conflito com governos e demandas sociais pautados na democracia e garantia de direitos de base moral e de costumes.

Talvez uma das respostas possíveis, ainda nas palavras de Wendy (2019), está na relação de interesses que se cruzam entre o neoliberalismo e grupos religiosos:

Os mercados só podem funcionar impedindo-se o Estado de neles se imiscuir ou intervir. A moral tradicional só pode funcionar quando se impede igualmente que o Estado intervenha nesse domínio e quando a expansão daquilo que Hayek chama de "esfera pessoal protegida" confere à moralidade mais poder, amplitude e legitimidade do que as democracias sociais seculares racionais propiciam. (Bröwn, 2019, p.23).

Assim, o interesse dos mercados e da moral tradicional se encontram. O Estado mínimo dá vazão ao mercado e aos segmentos religiosos empenhados a criarem as regras seja da exploração econômica quanto da moralidade que cerceia o direito de grupos e democracias funcionarem. De tal forma que a conquista do poder por via do voto ou aliança com políticos de extrema direita se tornou uma razão operante seja dos economicamente hegemônicos quanto de grupos conservadores da moral e princípios religiosos. Isso porque candidatos populistas como de Bolsonaro tendem a governar para o seu povo, contanto que esses sejam de sua base de apoio. “São populistas na medida em que a imagem que projetam da política é a de uma elite (‘casta’, na linguagem do espanhol Podemos; ‘pântano’ na de Donald Trump) que trai, abusa e explora pessoas.” (Przewski, 2020, p. 115).

A seguir iremos aprofundar cada fase apresentada por Camurça (2020) para melhor compreender os desdobramentos dos pentecostais na política e ulterior discussão nos capítulos subsequentes.¹⁴ Não pretendemos refazer todos os anos que seguem desde o fim da Ditadura Militar de forma cronológica, mas nos atentarmos aos cruzamentos e na dinâmica dos grupos pentecostais principalmente nas candidaturas de Collor (1989), a guinada e apoio a Lula em 2002 e o desembarque na candidatura de Jair Bolsonaro em 2018 e 2022.

2.3.1 Evangélicos e o apoio à candidatura Collor

As eleições sempre foram um ponto alto de aliança com o poder como forma de conquistar cargos e, na medida do possível, direcionar políticas públicas em benefício de seus fiéis (Camurça, 2020). A diversidade de alianças com partidos distintos revela as estratégias de grupos evangélicos:

Em todas as eleições, de 1985 até a atualidade, os evangélicos estiveram apoiando candidatos a presidente, governadores e prefeitos. Em 1989, apoiaram Collor, em 1992, Paulo Maluf para prefeitura de São Paulo, em 1994, Fernando Henrique Cardoso para presidente, Mário Covas e Marcello Alencar para governadores, respectivamente, de São Paulo e Rio de Janeiro, da mesma forma Paulo Souto, do PFL, partido de Antônio Carlos Magalhães, ao governo da Bahia. Em 1998, apoiaram os tucanos José Serra, para a prefeitura de São Paulo, e Sérgio Cabral Filho, para a do Rio de Janeiro, e Antônio Imbassay, do PFL, para o município de Salvador

¹⁴ Por mais que reconhecemos a diversidade de grupos apoiadores de governos de extrema-direita, como católicos carismáticos nos reportaremos a abordar os evangélicos.

(MARIANO, 1999). Ou seja, mudaram-se governos, mas os quadros evangélicos mantiveram-se sempre nas franjas do poder nestes 40 anos (Camurça, 2020, p.87).

Essas alianças eram buscadas em candidatos majoritários seja a prefeito, governador e presidente. Alianças que tinham em comum principalmente a escolha de partidos de centro-direita. Os acordos visavam benefícios no sentido de favorecer a “concessão de rádios e TVs para as igrejas, mas, no decorrer do tempo, passaram a consolidar uma atuação evangélica que sancionava ou continha medidas sobre direitos humanos e reprodutivos, assim como sobre códigos de comportamento moral/social, no interesse dessas religiões” (Camurça, 2020, p. 87). Onde se pode perceber a mudança de estratégia importante que parece ter aprofundado dicotomias e acirrado o debate eleitoral, principalmente em torno dos candidatos à presidência da República do Brasil. Isto é, já não bastava os benefícios direcionados em políticas públicas, entre elas as diversas concessões de rádios e TVs, agora disputavam e estava em jogo o modelo de sociedade que visavam consolidar.

Os pesquisadores Mariano e Perucci publicaram em 1992 artigo “O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor” em que abordam a participação “cada vez mais intensa na esfera político-partidária no Brasil pós-ditadura” (Mariano e Perucci, 1992, p. 93) dos pentecostais. Esse envolvimento direto na campanha presidencial e eleição de Collor, o que também inaugura o período da redemocratização brasileira. As eleições para a Câmara dos deputados federais e que iriam discutir a nova constituinte aprovada em 1988, foi um indicativo da forte presença evangélica e sua capacidade de capilaridade:

Marco histórico desta imersão pentecostal na esfera política foi, surpresa geral, a eleição de uma bancada de 33 parlamentares evangélicos para o Congresso Nacional Constituinte, em 1986. Comparativamente à legislatura anterior, na qual havia apenas catorze evangélicos, tratava-se de um grande salto quantitativo. Na verdade o grande salto foi dos pentecostais, que subiram de dois para dezoito parlamentares, numa considerável demonstração de força eleitoral que chamou a atenção de muitos observadores, virou notícia de muito jornal e aguçou o interesse eleitoreiro de candidatos e partidos políticos das mais diferentes orientações ideológicas. (Mariano e Perucci, 1992, p. 93).

Essa escalada na eleição para deputados foi um indicativo importante à época para despertar o desejo de eleger um presidente da República que fosse cristão e representasse o segmento religioso evangélico, uma vez que se instalara o processo de escolha dos candidatos à

presidência via sufrágio eleitoral após o término de governo eleito pelo Congresso Nacional e pondo fim a era militar. O escolhido pelo congresso havia sido Tancredo Neves interpretado por membros do segmento evangélico como devotamente católico. Esses sinais, seja do medo do poder católico que era uma realidade ameaçadora e a volta de um presidente alinhado com princípios católico, como vimos, foi externalizado por pastores.

Nesse sentido, a contraposição ao jogo de poder parecia se apresentar com a candidatura de Íris Resende (PMDB) evangélico e ministro da agricultura do então presidente da República José Sarney (1995-1998) do PMDB. Resende, sendo evangélico, recebeu apoio das igrejas evangélicas, mas foi preterido pelo partido por Ulisses Guimarães (Mariano e Perucci, 1992). Então surge uma nova profecia: “Vide o bispo Edir Macedo: “Após orar e pedir a Deus que indicasse uma pessoa, o Espírito Santo nos convenceu de que Fernando Collor de Mello era o escolhido” (Jornal do Brasil, 3.12.89 apud Mariano e Perucci, 1992, p. 94). As razões alegadas pelo bispo não são meramente humanas, as razões são teológicas ou da ação divina do Espírito Santo que parece mover a igreja na escolha dos candidatos. Mesmo que o Edir Macedo tenha feito uma escolha, ela não foi unânime entre as igrejas pentecostais. O fato de nas eleições no primeiro turno serem apresentados diversos candidatos houve certa deliberação de voto aos fiéis:

Naquela etapa a tendência predominante foi a de recomendar aos fiéis que orassem antes de votar e evitassem os candidatos “extremistas” (ou seja, de esquerda). Esse tipo de orientação eleitoral, na qual se mantinha a liberdade de escolha de cada um, desde que esta escolha não recaísse em determinados candidatos de esquerda, era em si mesma e desde já portadora da direção política para onde pendia esse incremento de participação eleitoral no seio das igrejas pentecostais. (Mariano e Perucci, 1992, p. 95).

Os candidatos que a Igreja Quadrangular denominou como de esquerda foram: “Lula (PT), Roberto Freire (PCB), Mário Covas (PSDB) e Brizola (PDT)” (Mariano e Perucci, 1992, p. 95). É uma classificação que visava descartar candidatos que receberam a alcunha de “esquerda”. Com o desfecho do primeiro turno, colocando em oposição Collor e Lula para disputarem o segundo turno, provocou certo consenso entre os pentecostais.

A polaridade ideológica dos candidatos finalistas, Lula à esquerda e Collor à direita, praticamente não deixava outra opção à quase totalidade dos pastores pentecostais, fobicamente anticomunistas. Optaram por Collor. Envolveram-se em sua campanha

até a medula, não poupando esforços e argumentos para promovê-lo entre os fiéis e satanizar seu concorrente. (Mariano e Perucci, 1992, p. 96).

As posições e argumentos fabricados em torno de um candidato ou de outro reverberam em todas as eleições subsequentes. A tentativa de satanizar Lula que foi concorrente de Collor reaparece na campanha de 2022, como analisaremos no terceiro capítulo. O candidato de direita conseguiu unir as diferenças nas igrejas pentecostais em torno de sua candidatura ou talvez mais em torno de uma rejeição ao candidato de esquerda e seus estereótipos aventados no primeiro turno.

De fato, a ida do candidato do PT para o segundo turno facilitou para as lideranças pentecostais, do mesmo modo que para outros segmentos conservadores da sociedade brasileira, a formação de um consenso quanto ao nome a ser votado. As inúmeras divisões denominacionais, as divergências teológicas, as rivalidades históricas, as conveniências pessoais e a ferrenha concorrência diária por fiéis não impediram nem prejudicaram o consenso a que chegaram quase todas as igrejas pentecostais naquele momento. Elas colloriram. (Mariano e Perucci, 1992, p. 96)

No entanto, vale destacar que parte das igrejas evangélicas apoiaram Lula no segundo turno. Contudo, é de se notar que: “O registro impresso de manifestações de campanha da esquerda evangélica mostra que, se o apoio a Lula de parte dos protestantes em geral foi diminuído, da parte dos pentecostais foi irrisório”. (Mariano e Perucci, 1992, p. 97). Destaque é dado para as igrejas pentecostais no Rio de Janeiro que deram apoio a Brizola (PDT) que havia apoiado esse segmento e, no segundo turno, tentava transferir o apoio recebido a Lula, candidato do PT. Vale destacar entre os apoiadores de Brizola e em ocasião de um encontro do segmento evangélico com Brizola e Lula no Rio houve a manifestação de um ainda hoje atuante pastor: “[Nesta ocasião, o pastor Silas Malafaia] criticou aqueles que usavam de boatos de que Lula era marxista e iria acabar com as igrejas”. (O Alerta, jan. 1990 apud Mariano e Perucci, 1992, p. 97). Essas duas acusações rebatidas pelo pastor Malafaia retornará na campanha de 2022, ou seja, é um argumento que perdura por mais de 30 anos, mesmo tendo perdido sua força argumentativa, isso porque Lula chegara ao poder do Estado nos anos 2003-2010 e igrejas continuaram abertas e o comunismo não se efetivou. Contudo, o comunismo e a não liberdade de culto estavam associadas, uma vez que, o comunismo era compreendido como regime que não permitia as religiões atuarem.

Além disso, a campanha eleitoral de 1989, foi marcada por aquilo que Castells (2019) chamou de medo que joga uns contra os outros e é levado em conta na hora do voto. E esse medo não era só aventado por grupos de igrejas evangélicas, mas também por empresários e grupos da elite econômica brasileira.

A ida de um candidato nitidamente de esquerda para o segundo turno, com grandes chances de se eleger presidente da República, veio conferir à tática de ameaçar com o fantasma do comunismo eficácia renovada. Instalou-se um clima de pânico, que se adensava à medida que se aproximava o dia final (Mariano e Perucci, 1992, p 98).

O engajamento de muitos pastores pentecostais na campanha de Collor foi marcada pelo fantasma e ameaça ao comunismo. “Quando em meio pentecostal se acena com a ameaça do comunismo, imediatamente aflora a preocupação com a sobrevivência de suas igrejas. Antes de mais nada, comunismo significa para eles ausência de liberdade religiosa”. (Mariano e Perucci, 1992, p.101). Em entrevistas aos pastores pentecostais, dois anos decorridos da eleição de Collor, os motivos perduravam e giravam em torno da ligação de Lula com os países comunistas a suas posturas notadamente por eles típico dos comunistas. A proibição dos cultos ou de permanecer um cristianismo livre era o argumento que perdurou sólido entre as lideranças pentecostais. (Mariano e Peirucci, 1992). Entre esses motivos é apresentado pelo deputado estadual Carlos Apolinário (PMDB/SP), presidente da Assembleia Legislativa e então pastor da Assembleia de Deus:

Porque a esquerda no mundo todo proíbe a liberdade religiosa. Cuba, União Soviética, onde tiver esquerda no poder, há dificuldades à liberdade religiosa. E o Lula representava este perigo. E sendo ele o presidente da República, nós teríamos problema de liberdade religiosa. Então, o voto no Collor é porque ele não representava o perigo à liberdade de culto. Os evangélicos preferem muito mais viver num barraco e poder dizer que Cristo salva, a morar numa mansão e não poder dizer que Deus existe. (Entrevista concedida em 29.5.92 apud Mariano e Perucci, 1992, p.103).

Esse depoimento é interessante por traçar um paralelo entre o religioso e o econômico. Segundo os argumentos do pastor acima apresentados, a liberdade religiosa é um bem maior do

que os bens materiais. A liberdade de culto e o direito de se reunir em igrejas é um bem inalienável que, segundo eles, o comunismo poderia usurpar. Esse medo do comunismo foi a tônica na defesa do voto em Collor e contrário a Lula, candidato de esquerda.

A esquerda e mais especificamente Lula “aos olhos deles, PT significava uma combinação de comunismo (ateu) e catolicismo (imperialista)” (Mariano e Perucci, 1992, p. 104). Ou então: "Se Lula ganhar, a Igreja [católica] vai mandar no país", afirmou Edir Macedo. Na mesma ocasião ele definiu o catolicismo como "uma peste bubônica". (Mariano e Perucci, 1992, p. 104).

Em suma, “as igrejas pentecostais, porém, em geral, procuram orientar os seus membros ou num sentido positivo (“votem em fulano”) ou negativo (“não votem em beltrano”). (Freston, 1996, p. 96). Contudo, vimos que a primeira eleição direta após a ditadura militar foi marcada pela escolha em peso pelo voto em Collor pelos grupos pentecostais. Isso em grande medida porque: “1) se apresentava como oposição ao governo Sarney; 2) podia ser plausivelmente representado como “temente a Deus”; 3) explora o tema combate a corrupção, tema político de cunho moral e, portanto, facilmente compreendido mesmo pelo evangélico não-politizado”. (Freston, 1996, p. 96). Essas características voltam com muita intensidade na campanha de 2018 e 2022, atribuídas e replicadas em defesa de Bolsonaro, candidato da extrema-direita. Aprofundadas em alguns aspectos, dentre esses poderíamos citar a intensa campanha mediática que construía narrativas e notícias falsas dos adversários e eram lançadas nas redes sociais independentes mediante a popularização da internet.

Ainda, nas eleições de 1989, “Collor foi eleito com 35.089.998 votos (53% dos votos válidos). Lula obteve 31.076.364 votos (47% dos válidos).¹⁵ Essa pequena diferença, segundo Freston (1996, p.96), entre cerca dos nove milhões de evangélicos à época e desses cerca de 70% eram pentecostais e 95% deles depositaram voto em Collor o que o levou a dizer que o peso dos pentecostais para Collor o elegeram presidente da república.

Em outras eleições, na campanha de 1994, os candidatos foram em busca do apoio dos evangélicos, entre eles Lula (PT). Não vamos aprofundar e entrar em detalhes nesse período em que Fernando Henrique Cardoso (PSDB) foi eleito e reeleito em 1994 e 1998. O destaque está que na campanha de 1994 para presidência, Lula recebeu apoio de parte da Associação

¹⁵ MACHADO, Marden. Memórias eleitorais: Eleições 1989 - a primeira com mapas de totalização informatizados, 12/07/2021. <https://www.tre-pr.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Julho/memorias-eleitorais-eleicoes-1989-a-primeira-com-mapas-de-totalizacao-informatizados> . Acesso em 03/06/2024

Evangélica Brasileira (AEVB), mostrando um movimento evangélico mais favorável a candidatos de esquerda. Porém,

O recém-fundado Conselho Nacional dos Pastores do Brasil (CNPB) marcou presença como anti-AEVB, sobretudo através dos órgãos de mídia da Igreja Universal do Reino de Deus. A Universal fez uma campanha anti-Lula (motivada provavelmente pelo medo que o governo Lula diminuísse o poder dos oligopólios das comunicações como a Globo e, por tabela, prejudicasse Macedo). E bateu forte na AEVB e em Caio Fábio, acusando-os de petistas enrustidos. (Freston, 2006, p. 104-105).

Nas eleições de 1998 para presidente, segundo Freston (1996) foram pouco atuantes quando comparadas com 1994. A CNPB, ligada a Macedo “praticamente deixou de existir” (FRESTON, 2006, p. 111). Contudo, há destaque na hegemonia da Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições para deputados federais em 1998: “Catorze deputados federais são membros da IURD, e mais dois filiados a outras igrejas devem sua eleição à universal. A IURD terá uma bancada efetiva de 16, quase metade de todos os evangélicos”. (Freston, 2006, p. 113). A seguir abordaremos os pentecostais voltados para candidatos centro-esquerda, tendo Lula como candidato a presidência da república em 2002.

2.3.2 A conversão ao centro-esquerda: de Lula ao impeachment de Dilma

Antes de abordar sobre a conversão de parte dos pentecostais na campanha de Lula vale ressaltar que Collor sofreu impeachment sem concluir o mandato. A folha relata a queda por uma gestão marcada por escândalos e suspeita de corrupção. E as “denúncias ganharam força em abril de 1992, quando Pedro Collor, irmão do presidente, revelou a existência do "esquema PC", de tráfico de influência e irregularidades financeiras, organizado por Paulo César Faria, ex-tesoureiro da campanha.”¹⁶ Aqui se pode questionar a dificuldade de explicar aos fiéis que o “escolhido pelo Espírito Santo” nas palavras de Edir Macedo agora é caçado por esquema de corrupção. “A crise política terminou com sua renúncia e com a posse do vice-presidente, Itamar Franco, que realizou um governo bem avaliado, sobretudo pela implantação do Plano

¹⁶ FERREIRA, Carlos. **Uol**. Impeachment - Collor foi primeiro alvo de impeachment na América Latina. São Paulo. Disponível em < <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/impeachment-collor-foi-primeiro-alvo-de-impeachment-na-america-latina.htm> > acesso em 30/05/2024

Real, conduzida pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso” (Coutinho e Figueiredo, 2003, p. 96). Assim, os governos seguintes de Itamar Franco e a eleição de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) foi centrado na questão econômica. O plano real dominou a arena política, mas não impediu um alinhamento de grupos pentecostais ao governo de FHC.

Presidente, estamos na sua campanha e teremos mais quatro anos de governo, se assim o senhor Jesus Cristo permitir”, disse o pastor José Wellington Bezerra da Costa, presidente da Convenção das Assembleias de Deus do Brasil. A multidão, estimulada pelo pastor, respondeu em uma só voz: “Amém”, na maior manifestação pública de apoio que o presidente recebeu até o momento. “Nós oramos três vezes por dia por sua excelência e por sua esposa, que vem fazendo um trabalho brilhante com (o programa) Comunidade Solidária”, disse ainda o pastor a Fernando Henrique. Segundo a direção da Assembleia de Deus, o congresso dos evangélicos pentecostais motivou a vinda, nesta semana, do papa João Paulo 2º ao Brasil.¹⁷

Mesmo aparentando total apoio sabe-se que os “evangélicos sempre estiveram divididos politicamente, e em 2002 mais do que nunca” (Freston, 2006, p.115). Porém, nesse referido período, houve uma mudança significativa na posição pentecostal que Freston coloca entre aspas e chama “‘Esquerdização’ da política evangélica” (Freston, 2006, p. 116). Para a guinada à esquerda Freston (2006) argumenta e busca dar algumas explicações para a mudança. Entre elas seja o maior envolvimento e convivência social no parlamento; deputados eleitos que percebiam e conviviam com a esquerda e nem tudo era comunista e, mudanças nos parlamentares de esquerda que passaram a entender melhor o fenômeno evangélico. Outro argumento ele caracteriza como mais interessante: “É possível mudar de posição por interesses particulares e institucionais. Certos grupos evangélicos talvez estejam mais abertos hoje para a esquerda porque não ganharam tudo que queriam com a direita, ou porque querem a qualquer custo, estar perto do poder.” (Freston, 2006, p. 120).

Na campanha eleitoral de primeiro turno em 2002, havia o candidato evangélico Anthony Garotinho. Contudo: poucos dias do primeiro turno, o Datafolha revelou que 37,5% dos evangélicos votariam em Garotinho, 31,5% em Lula, 14,7% em Serra e 8,6% em Ciro. O fator

¹⁷ **Folha de São Paulo.** São Paulo, segunda, 29 de setembro de 1997. RUMO A 98

'Estamos na sua campanha', diz pastor ao presidente no encerramento do congresso da Assembleia de Deus FHC recebe apoio de 300 mil evangélicos Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc290907.htm> > Acesso em 30/05/2024.

de classe social se revelava na diferença entre pentecostais (mais Garotinho) e evangélicos históricos (mais Lula)” (Freston, 2006, p.125). Sendo que no segundo turno Lula recebeu amplo apoio dos líderes evangélicos. A dinâmica evangélica e de modo mais notável entre os pentecostais é visto como um movimento pragmático:

Nos últimos 30 anos, pastores e dirigentes evangélicos, a despeito de suas distintas preferências políticas e de seu hegemônico conservadorismo moral, deram mostras de sobra de flexibilidade e de pragmatismo políticos, quando não de governismo. Alguns exemplos comprovam isso. Líderes pentecostais que demonizaram o candidato petista e seu partido em 1989, caso, por exemplo, de Edir Macedo, aliaram-se, posteriormente, aos governos Lula e Dilma. Em 2010, Macedo, Marcelo Crivella, Magno Malta, Marco Feliciano, Robson Rodovalho, entre outros, apoiaram Dilma e debelaram boatos religiosos contra sua candidatura. Em 2018, assim que a disputa se polarizou entre PT e PSL, encabeçaram o antipetismo evangélico e o apoio a Bolsonaro. (Mariano e Gerardi, 2020, p. 347-48).

A esquerda chegara ao poder com Lula em 2002, e se mantivera com apoio das principais lideranças políticas e religiosas. Em 2010, Edir Macedo, na busca de vencer a resistência à Dilma que era caracterizado pelos pentecostais a favor do aborto, o bispo escreve uma carta aos fiéis afirmando em título: “Jesus fala sobre o aborto”. Publicada em 03/09/2010. Em que conclui: “O Filho do homem vai, como está escrito a seu respeito, mas ai daquele por intermédio de quem o Filho do homem está sendo traído! Melhor lhe fora não haver nascido!” (Evangelho de Mateus 26:24, citado pelo bispo). E segue em sua argumentação: “No meu entendimento, essa última frase pode ser interpretada como: seria melhor que Judas tivesse sido abortado. Melhor do que o futuro de sua alma”.¹⁸ Isso dá uma mostra de que não só as posições políticas podem sofrer guinadas, mas também as posturas morais e de costumes das lideranças podem ser ajustadas diante dos embaraços das alianças.

Por outro lado, é preciso reconhecer que as pautas ligadas às demandas sociais democráticas foram consolidando a postura de arrefecimento contrário ao PT que permaneceu no poder entre os anos de 2003-2016. Os argumentos que foram mobilizados nas campanhas de 2018 e 2022, contrários ao PT, tinham como referência os projetos e leis aprovados em governos petistas. Entre as discussões sociais que dizem respeito aos valores morais e de costumes que foram sendo discutidos.

¹⁸ MACEDO, Edir. Jesus fala sobre o aborto, 03/09/2010. Disponível em < <https://www.universal.org/bispo-macedo/post/jesus-fala-sobre-o-aborto/> > acesso em 03/06/2024.

A partir de 2003, o governo Lula conseguiu amainar tal oposição e até construir alianças com alguns deles, entre os quais Edir Macedo. No entanto, não evitou conflitos sobre projetos de lei e políticas governamentais petistas a favor de minorias (combate à homofobia, promoção da igualdade de gênero, união civil de pessoas de mesmo sexo). Deputados evangélicos se opuseram radicalmente ao PLC 122/2006, que visava criminalizar a homofobia, acusando-o de “lei da mordça” e de “ditadura gay” por embarçar, se não vetar, pregação religiosa contra a homossexualidade. Os conflitos recrudesceram com o lançamento do III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Pastor Silas Malafaia, por exemplo, acusou o PNDH-3 de ter por objetivo “transformar homossexuais em cidadãos de primeira classe” em detrimento dos heterossexuais (Mariano e Gerardi, 2020, 341-42)

O dilema entre as reivindicações democráticas proporcionado em governos populares de esquerda entra em conflito com grupos que visam cercear direitos e impor uma visão de sociedade baseada na moral e nos costumes. Esses conflitos cerceadores de direitos não têm se restringido ao meio evangélico pentecostal. Os católicos da linha carismática têm se aliado com pentecostais e travado embate e discussões na câmara dos deputados. O que mostra que nos costumes as rivalidades podem ser superadas entre católicos e evangélicos. Como se pode observar os governos democráticos liberais entram em atrito com grupos que visam implantar a moral ou princípios cristãos antidemocráticos. A pauta ligada a moral conservadora não coaduna com uma sociedade democrática. Por isso, que candidatos que se assumem “cristãos” e cerceiam os direitos das minorias ou alteração da sociedade patriarcal tendem a ser contrários aos governos democráticos de esquerda.

Embates entre petistas e evangélicos sobre questões de gênero, Direitos Humanos, direitos sexuais e reprodutivos se agravaram na 54ª legislatura. E se intensificaram em 2013, quando Marco Feliciano (PSC/SP) presidiu a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, e, em 2014, quando a bancada cristã, após acirrada disputa, vetou a inclusão da promoção da igualdade de gênero e de orientação sexual no Plano Nacional da Educação. No parlamento, o antipetismo evangélico radicalizou-se de vez quando o assembleiano Eduardo Cunha (PMDB/RJ) assumiu a presidência da Câmara Federal e abriu o processo de impeachment; o qual, em nome de Deus e da família, obteve apoio de 89% dos membros da bancada evangélica. Em seguida, apoiaram o governo Temer. (Mariano e Gerardi, 2020, p. 342).

Edir Macedo da Igreja Universal é um elemento central na disputa eleitoral brasileira. Isso porque joga com a campanha de Collor candidato de direita. Entra em campo do lado de Lula e Dilma, divulgando carta a favor do aborto como forma de convencer fiéis evangélicos a apoiarem a candidatura de Dilma em 2010. E por fim, defende com todas as forças, meios de comunicação e em seus templos a candidatura de Bolsonaro em 2018. Sua centralidade nas

campanhas pode ser constatada nas falas de Haddad ao desferir alvo, quando candidato à presidência República e candidato pelo PT, no segundo turno das eleições:

A duas semanas do pleito, ao sair da missa de celebração do dia da padroeira Nossa Senhora Aparecida, atacou Bolsonaro descrevendo-o como “o casamento do neoliberalismo desalmado representado por Paulo Guedes” e o “fundamentalismo charlatão do Edir Macedo”, destacando que, “por trás dessa aliança”, estava a “fome de dinheiro.” (Mariano e Gerardi, 2020, p. 347)

A fala do candidato Haddad (PT) serviu como força e união entre os segmentos evangélicos em apoio ao opositor candidato do PL na reta final das eleições. Assim, muito antes das eleições de 2018, a guinada dos evangélicos para o candidato Bolsonaro foi sendo construída paulatinamente. Em grande medida favoreceu sua escalada, o modelo de governo democrático implementado nos governos petistas e aprofundadas nos governos de Dilma Rousseff. Além disso:

Após ganhar a eleição presidencial de 2014, o Partido dos Trabalhadores sofreu pesadas derrotas: impeachment de Dilma Rousseff, acusações de corrupção e prisão de líderes do partido na Operação Lava-Jato, perda, em 2016, de 60% das prefeituras que conquistara quatro anos antes, e responsabilização de sua política econômica pela pior recessão da história do país. (Mariano e Gerardi, 2020, p. 333)

Nesse jogo de forças e argumentos, as vicissitudes que conduziram um deputado do baixo clero a se tornar presidente da República brasileira foi sendo gestado em contexto de oposição e em governos petistas. Tendo esposa e filhos evangélicos começou a ter visibilidade quando em 2011 se aliou na Câmara Federal com a tropa de choque cristã. Em que reconhece como ponto alto de sua projeção ao liderar a oposição política à distribuição do Caderno Escola sem Homofobia, pelo Ministério da Educação comandada por Fernando Haddad. O “kit gay”, serviu como munição contra o PT que era acusado de fazer “apologia à homossexualidade e à promiscuidade e de ser uma artimanha petista para perverter a sexualidade das crianças e destruir as famílias”. (Mariano e Gerardi, 2020, p. 335). Assim, ainda como deputado, Bolsonaro reconhece que teve o seu nome alavancado e a sua inflexão na possibilidade de projeção nacional:

Na guerra ao suposto “kit”, Bolsonaro angariou considerável espaço, já em 2011, em programas televisivos de Ratinho e Luciana Gimenez, por meio dos quais adquiriu crescente visibilidade e popularidade. A partir daí, juntou ao ativismo corporativista em prol de forças armadas e policiais a cruzada moral contra reivindicações de direitos de feministas e LGBTs. Posteriormente, em abril de 2017, reconheceu: “o kit gay foi uma catapulta na minha carreira política”. De fato, entre 2010 e 2014, ele quase quadruplicou o número de votos, saltando de 120.646 para 464.572 votos, sendo o deputado federal mais votado no Rio de Janeiro. (Mariano e Gerardi, 2020, p. 335).

Bolsonaro conseguiu reunir em seu modelo o neoliberalismo e o conservadorismo cristão. Esses convergem por uma sociedade sem direito e antidemocrática. A facilidade na conjugação desses ideários está no tipo de político populista que faz convergir o ressentimento, o medo e a nostalgia perdida. O ressentimento é o machismo branco que sente os abalos pela luta feminista e LGBTQIA+. (Bröwn, 2019). O medo também na disputa de narrativas e formatos de famílias que reivindicam espaço e direitos (Castells (2019). Além desses elementos, transparece uma nostalgia perdida e exclusivista de uma religião cristã, a semelhança dos israelitas que concebiam a presença e comando de Javé. Por isso, é possível supor as constantes referências e a ligação imaginária com Israel como povo escolhido e guiado por Deus. Nessas referências são alimentadas os desejos por determinados grupos religiosos, a ideia de um povo escolhido e guiado por Deus sob a liderança de um cristão e temente a Deus.

Desse modo, surge em cena um personagem que as lideranças evangélicas exaltaram sua identidade cristã, “sua defesa da família, dos valores cristãos, da liberdade religiosa, bem como sua combatividade contra a esquerda, o PT e as políticas petistas. (Mariano e Girardi, 2020, p. 337). Esse desembarque e apoio na campanha de Bolsonaro em 2018, por parte dos pentecostais, abordaremos a seguir.

2.3.3 Evangélicos e a adesão ao bolsonarismo

As principais ideias dessa parte do trabalho tem como referência o artigo de Camurça (2020): “Um poder evangélico no Estado brasileiro? mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro”. Paulatinamente, as igrejas pentecostais compreenderam, conforme foram agregando novos fiéis e se expandido nas diversas esferas econômicas, seja de comunicação e patrimonial, a necessidade de entrar também, desde a redemocratização, na arena da disputa de espaços e interesses atrelados ao poder do Estado. A terceira fase entre o

desembarque no final do governo Dilma do PT e o embarque na campanha de Bolsonaro tem chamado atenção de muitos analistas sociais e políticos. Isso porque:

[...] a adesão eleitoral quase que unânime à campanha de Bolsonaro da quase totalidade das principais igrejas evangélico-pentecostais do país através de suas principais lideranças: o pastor Silas Malafaia, da Assembléia de Deus Vitória em Cristo, o bispo Edir Macedo, da IURD, o Pastor José Wellington Bezerra da Costa, ex-presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), ligada à AD Missão, o “apóstolo” Valdomiro Santiago, da Igreja Mundial do Poder de Deus, o missionário Romildo Soares, da Igreja Internacional da Graça de Deus, Robson Rodovalho, da Sara Nossa Terra e Ana Paula Valadão, a cantora gospel e dirigente da Igreja Batista da Lagoinha, etc. (Camurça, 2020, p. 97)

A convergência de forças e a adesão à campanha de Bolsonaro em 2018 permaneceu em 2022, na campanha para a reeleição à presidência de República. Esse envolvimento nas disputas nacionais vimos acontecer em todas as campanhas desde a redemocratização com Collor. Entre esses movimentos a busca de influenciar o voto, principalmente de seus fiéis utilizando o aparato de suas estruturas, seja meios de comunicação quanto nos ambientes no interior das igrejas.

Vimos que a igreja Universal tem se articulado eclesiasticamente concentrada no líder Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus. Além disso, as posições políticas e engajamento direto do bispo Macedo é algo recorrente a cada eleição. Desse modo, a fé e a política se articulam seja no crescimento de fiéis quanto nas eleições em que apresentam candidatos vinculados a igreja. E, se o pastoreio é feito por pastores, aos poucos esses pastores foram sendo indicados a candidatos a deputados, senadores, prefeitos etc. Assim,

Segundo Campos (2006, p. 61), “o segredo do sucesso” político destas igrejas se deve “a inovação do *modus operandi* de se fazer política no meio evangélico, proporcionado pela IURD”. Prosseguindo, ele afirma que “a Igreja tem dividido os templos entre seus candidatos oficiais, sendo que estas ‘paróquias’ se comportam como se fossem ‘distritos eleitorais’”. (Camurça, 2020, p.84)

Esse modelo tem funcionado elegendo deputados federais e estaduais, como é o caso em Feira de Santana de Márcio Marinho e José de Arimatéia ambos do Republicanos. Antes de

abordarmos especificamente a adesão dos pentecostais à campanha de Bolsonaro, nos reportaremos a dois exemplos de como a gestão pública pode conduzir políticas públicas com interesses a favorecer grupos ou pessoas ligadas aos fiéis ou ser de interesses de determinadas igrejas.

O primeiro exemplo, vem dos desdobramentos de Anthony Garotinho que era evangélico presbiteriano quando se tornou governador do Rio de Janeiro entre os anos de 1999-2002, pelo PDT, tendo como vice Benedita da Silva (PT).¹⁹ E no pleito seguinte, elegeu sua esposa Rosinha Garotinho para o governo de Rio de Janeiro de 2003-2007 que “manteve o mesmo esquema beneficente eleitoral adotado pelo marido, favorecendo entidades e igrejas evangélicas, mas o que se destacou no seu período de governança, com respeito a relação religião e Estado” (Camurça, 2020, p. 85). O destaque é o projeto de criação:

Ensino Religioso nas escolas públicas do Rio de Janeiro. O modelo proposto estabeleceu a forma confessional de Ensino Religioso, tendo professores e conteúdos curriculares indicados por cada confissão religiosa particular, numa equivalência de cerca de 50% para católicos, 40% para evangélicos e 10% para outras confissões (Camurça, 2020, p. 85).

O ensino na forma confessional muda o sentido da laicidade do Estado e proposta na Constituição Federal de 1988. O Estado teria o papel de salvaguardar o direito de culto e a livre manifestação das religiões sem, contudo, privilegiar determinados segmentos. Nesse caso, a política pública não era de interesse do bem comum, mas tinha a finalidade favorecer, em âmbito escolar e público, preceitos, normas e conhecimentos de condutas que favoreciam católicos e evangélicos. Ou seja, ao propor um modelo confessional de Ensino Religioso criou um “consórcio cristão compartilhado entre católicos e evangélicos na gestão educacional pública, que deveria ser um atributo do Estado laico” (Camurça, 2020, p.85)

Outro exemplo vem com Marcelo Crivella um “político constituído com a persona neopentecostal muito nítida, sua eleição para a prefeitura carioca em 2016” (Camurça, 2020, p.85), tendo gestão marcada por conflitos com artistas, intelectuais e imprensa (Camurça, 2020). Entre uma das medidas tomadas e levantava questionamentos estavam:

¹⁹ FARIA, Antônio Carlos de. PT atribui derrota à aliança de 98. **Folha** de São Paulo, 09 de outubro de 2000. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0910200020.htm> > Acesso em 26/06/2024.

a redução dos recursos financeiros para o Carnaval, o maior espetáculo cultural e turístico que torna mundialmente famoso o Rio de Janeiro; o cancelamento de uma exposição de arte gay em um museu público na prefeitura; acusação de uso de edifícios públicos para serviços religiosos da IURD, da qual pertence; acusação de indicações para que os membros de sua igreja tivessem preferência no atendimento nos serviços públicos de saúde do município. (Camurça, 2020, p. 86)

Os exemplos acima, ambos vindos do Rio de Janeiro, dão mostra da linha tênue entre os interesses públicos e ao que Camurça chama de “intromissão confessional”. Desse modo, o modelo de discurso e ações de governo de Bolsonaro seja em 2018 quanto na campanha de 2022, muito já havia sido produzido paulatinamente por governadores a exemplo dos Garotinhos e Crivella no Rio de Janeiro. Essas estratégias de fazer política alicerçada na religião, Bolsonaro parece ter assumido de laboratório da IURD, mais especificamente em Crivella no que tange as questões ideológicas:

E, diante dos insucessos administrativos, o estratagema do prefeito passou a ser de investir na fórmula ideológica do Estado cristão, que obteve sucesso na campanha presidencial de Bolsonaro, acompanhando também uma tradicionalização que veio se operando na sua igreja, a IURD, em relação a antiga posição mais pragmática. (Camurça, 2020, p.86)

Objetivamos aqui apresentar o engajamento de grupos evangélicos, principalmente os pentecostais, recorte de interesse desse trabalho, nas eleições de 2022. E junto a isso, perceber o peso dos princípios morais e de costumes na escolha dos candidatos. Contudo, como Crivella é um exemplo importante por ser bispo da igreja Universal também se elegeu prefeito da capital do Rio de Janeiro. Isso, em paralelo com as eleições nacionais para presidente pode abrir questões reflexivas.

Entre elas está o fato de que perdeu a disputa pela reeleição para Eduardo Paes (DEM) com 64,07% dos votos contra Crivella (Republicanos) com 35,93% dos votos.²⁰ O que pode ser entendido como um sinal por parte da população carioca e um indicativo ao movimento de um poder com direcionamento cristão. Diante da constatação, Camurça (2020) faz uma observação importante quando o Instituto Datafolha em dezembro de 2019 observou o crescimento da rejeição a Crivella chegando a 72% do governo a frente da prefeitura do Rio de Janeiro. E

²⁰ G1 – Disponível em < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2020/resultado-das-apuracoes/rio-de-janeiro.ghtml>> Acesso em 22/05/2024.

conclui: “Esta avaliação da população carioca representa tanto uma ameaça ao projeto continuísta do prefeito-bispo, quanto macula a experiência de gestão dos evangélicos pentecostais para cargos majoritários no país.” (Camurça, 2020, p. 86).

A experiência e formação de um discurso ideológico em solo carioca pode dar um indicativo de inspiração a uma postura mais ampliada, ou seja, tomadas como base com vistas nas duas últimas campanhas eleitorais à presidência e o exercício de poder de Bolsonaro, as quais foram marcadas pelo discurso religioso.

Respaldados em uma base eleitoral avultada, segundo pesquisas recentes, 66% dos evangélicos apoiam campanhas pelo armamento da população, defendem a segregação de negros e indígenas através da anulação das demarcações dos seus territórios, são a favor de um controle do Estado sobre a sexualidade, apoiam a transferência das crianças das escolas públicas para creches confessionais com o ensino religioso. (Camurça, 2020, p. 91).

Uma das questões que instiga alguns pesquisadores (Araújo, 2022) é saber até onde a pregação das lideranças se transformam em prática e, em nosso caso específico, em prática eleitoral, ou seja, voto em determinado candidato. Pelos dados acima²¹ apresentados é possível compreender que há tendência de as recomendações dos pastores e bispos em suas referidas Igrejas serem acatadas pelos fiéis. Isso porque as pesquisas de opiniões referentes aos temas perguntados, mesmo sendo contrárias aos direitos humanos recebe apoio como é o caso do armamento e a segregação de negros e indígenas.

Podemos notar ainda, a carga moral que alimentou os palanques e os púlpitos de muitas igrejas pentecostais:

No Brasil atual, a adesão destes cristãos brasileiros ao projeto de uma supremacia branca e masculina, a proposta de erradicação da conduta social de grupos que exibem publicamente sua orientação sexual; a virulência contra a reivindicação de feministas de controle dos seus corpos e, por fim, a acusação de comunista a projetos políticos que se opõem ao seu, tudo isto leva a uma reconfiguração do cristianismo de sua feição

²¹ “A pauta armamentista, cara ao bolsonarismo, não ganha muitos adeptos entre os evangélicos paulistanos: apenas 28% dos eleitores do grupo aprovam a prerrogativa de armar o cidadão”, segundo pesquisa realizada pela folha de São Paulo em 21/07/2024. Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/politica/maioria-dos-evangelicos-e-contra-pastor-indicar-voto-mostra-pesquisa-datafolha-em-sao-paulo/> > Acesso em 05/08/2024. O que pode indicar opiniões que mais correspondem ao momento político em que o país atravessa do que uma postura consolidada sobre o tema, ou seja, a recorrência e abordagem em defesa do armamento pelo ocupante do planalto ou sua exclusão em sentido de importância social reflete nas escolhas e opiniões dos entrevistados.

enquanto uma doutrina de paz, amor e reconciliação (o “dar a outra face”) em um projeto político de supressão e aniquilamento das diferenças (Camurça, 2020, p. 91)

Essas ideias de supremacia branca cristã é uma característica norte americana como bem apresenta Wendi Bröwn (2019) com forte apoio a Trump. O que se pode perceber nas palavras de Camurça (2020) é a contradição entre as escrituras e a conduta ou posição contrária aos direitos humanos. Ou simplesmente a escritura serve como argumento para subjugar e condenar certas práticas sociais, mas não serve para libertar oferecendo outras possibilidade ou “faces” de construção social democrática.

No entanto, é perceptível uma distinção entre os líderes e suas pregações e os fiéis que reelaboram os discursos a partir de experiências próprias e originárias.

No topo se situava a estrutura institucional das igrejas evangélicas, seus bispos, pastores *staff*, de feição extremamente reguladora no campo da moral/costumes. Na base, uma população evangélica, onde prevaleceria aplicações criativas do imaginário (bíblico, neo-testamentário e pneumatológico) dentro do seu cotidiano, promovendo curas, prosperidade e reconfigurações na identidade. Embora com intensa porosidade entre os dois planos – o primeiro nutrido o segundo com uma narrativa e com procedimentos – haveria uma relativa autonomia da base no que diz respeito à disseminação de práticas e costumes nos meandros da vida social/simbólica. (Camurça, 2020, p. 92)

O que se pode perceber é uma distinção necessária aqui apresentada. É possível perceber duas posturas que parece não ficar muito clara e que na etnografia é captada de forma relevante ou positiva na vida do fiel. Uma é a postura social, um olhar para a convivência social e as posturas dos fiéis frente a isso. Outra é a postura intersubjetiva. Essa pode, em muitos casos se apresentar como positivas, ou seja, superação de alcoolismos, violência contra a mulher, superação nas dificuldades diante de doenças ou problemas financeiros. Nesse ponto de foro intra-familiar a religião pentecostal e a experiência com o Espírito Santo tem produzido alguns frutos. Porém, quando a referência é a sociedade ou o bem comum que transcende o âmbito da igreja local e doméstica a tendência é uma leitura subjetiva e particular, ou seja, a partir do princípio da “minha família”. As pesquisas de opinião tem foco em perceber e mensurar amostras que são generalizadas. Essas amostras são utilizadas para inferir comportamentos sociais. Assim, conclui que:

A situação atual parece confirmar que a ocupação dos espaços institucionais da política e do poder pelas lideranças das igrejas evangélicas vem acompanhada da obtenção de uma adesão fidelizada por parte da sua população de crentes. Estes incorporam a moralização como princípio para suas vidas, dividindo nesta ética rígida a realidade entre bem em oposição ao mal. (Camurça, 2020, p.93).

O que parece claro é a moral e os princípios religiosos rompendo os umbrais da religião e estabelecendo pontes entre a dicotomia bem e mal se traduza nas escolhas dos candidatos em cada eleição. A moral se torna o elo de leitura. Neste sentido, ao contrário de alguns a “autonomia criativa disseminada na malha evangélica pentecostal, de onde retiram um significado espiritual a reger suas práticas cotidianas, se impõe um alinhamento às diretrizes morais e sectárias emanadas das igrejas, pastores e hierarcas religiosos” (Camurça, 2020, p. 93). Há um poder de persuasão por parte das lideranças que direciona o modo de se comportar socialmente e, também, politicamente. Alguns autores como Araújo (2022) argumentam que as pautas morais e de costumes tem maior peso na hora do voto do que as questões econômicas. Há pensamentos que vão para outra linha:

Neste sentido, a pauta econômica possui prioridade à pauta moral capitaneada pelos evangélicos. Nestes textos, eu considero as iniciativas econômicas capitaneadas pelos setores neoliberais do governo e de geopolítica comandadas pelos militares, terminam se impondo à agenda moral dos evangélicos enquanto postura geral das ações estratégicas e decisivas do governo. (Camurça, 2020, p. 98).

Podemos entender que o eleitor evangélico em tempos de campanha, como veremos mais detidamente no terceiro capítulo, é instruído a votar em candidatos indicados pelas lideranças, como em igrejas pentecostais de Feira de Santana. Os argumentos mobilizados são da ordem moral e de costumes, como forma de se colocar em oposição ao candidato de esquerda. Assim, ao eleitor são diluídos, em locais de culto, as ideias que giram em torno das pautas morais. No entanto, os governos de extrema direita não se dobram às pautas morais em última instância, mas aos setores econômicos. Isso Jessé Souza (2017) já analisou em seu livro “Elite do atraso”. Portanto, são posturas distintas o voto do eleitor e sua sustentação e a resposta do governo eleito esse em sua maior parte atrelado aos grupos econômicos hegemônicos.

Já afirmamos que a IURD é reconhecida por sua centralidade no Bispo Edir Macedo e o que é de se esperar, que suas ramificações seguem a “cartilha” de seu fundador. A ligação entre a Igreja e Bolsonaro após eleito em 2018, se mostrou muito claro na escolha:

A ida de Bolsonaro ao Templo de Salomão, da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), é o outro fato marcante deste pendor do presidente pelo ramo religioso neopentecostal. Na condição de mandatário do país, ele se ajoelhou diante do bispo Macedo para ser ungido com óleo sagrado. As palavras do bispo indicam que a fonte de legitimidade para o mandato presidencial, evidenciada neste ato, é de direito divino. Afirmou ele, “uso de toda a autoridade que me foi concedida por Deus para abençoar este homem, para lhe dar sabedoria, para que este país seja transformado, que faça um novo Brasil” (Rocha, 2019). (Camurça, 2020, p. 100)

Essa ligação entre um mandatário eleito e determinadas igrejas pentecostais e neopentecostais se reproduziu em 2022. Nos diversos depoimentos por entrevistas reunidos em artigo “Apoio evangélico a Bolsonaro: antipetismo e sacralização da direita” por Ricardo Mariano e Dirceu André Girardi (2020) parece resumir bem o embate travado pelos pentecostais a favor de Bolsonaro e contrários à esquerda:

Olavista, o pastor e deputado Marco Feliciano reitera: “é o único que fala em resgate de valores morais, que fala a nossa língua. Bolsonaro conversa com a família”. Satanizando os petistas, alarma: “O único cartucho que temos para enfrentar esse exército de demônios chama-se Jair Bolsonaro. Que Deus livre nosso país desses falsos libertadores de esquerda e derrame suas bênçãos sobre todos os cidadãos de bem. (Mariano e Girardi, 2020, p.339).

Podemos lembrar que o deputado Feliciano esteve ao lado de Lula e Dilma, mas esse apoio foi se arrefecendo paulatinamente quando pautas morais sejam aquelas ligadas às mulheres quanto de gêneros eram assumidas e pautadas pelos governos petistas. A aliança seja de esquerda quanto de direita democrática com setores religiosos conservadores sejam católicos quanto evangélicos tende a entrar em conflito com as posições morais conservadoras defendidas principalmente pelo segmento religioso pentecostal. O dilema ou paradoxo está em que um ou ambos grupos seja os que assumem o poder do Estado quanto os grupos religiosos precisam estar abertos ao debate na construção social. O caso de Feliciano não se dirigia especificamente ao PT, mas ao conteúdo e modo do exercício de poder que, segundo sua concepção, deve ser antidemocrática.

Com o lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” e em nome da “maioria cristã”, Bolsonaro surfou na onda conservadora, adotou forte retórica anticomunista e antipetista, defendeu uma pauta moral conservadora, agenda punitivista e antipluralista, difundiu fake news, estimulou pânicos sexuais e morais e pregou a restauração da ordem. Pastores e parlamentares evangélicos que apoiaram o capitão

recorreram, sem surpresa, a esse mesmo arsenal discursivo da campanha bolsonarista. Além de sacralizarem a direita política, demonizaram o PT e o candidato petista, tratando-os como “anticristãos” e atestando que a eleição de um “esquerdopata” representava riscos à liberdade religiosa, de bolivarianismo, “erotização de crianças” em escolas e “destruição da família” (Mariano e Girardi, 2020, p. 330)

A retórica e defesa dos costumes rompe os umbrais do Estado democrático de direito e adentra ou favorece a ascensão de candidatos populistas que se comprometem com todo mundo e com ninguém. Bolsonaro é o típico político populista que não se compromete com a democracia liberal, mas busca se ajustar num discurso e postura que agrada grupos que dão sustentação ao poder. Dessa maneira, consegue juntar em seu apoio grupos distintos e antagônicos sob a tutela de salvaguardar e “garantir direitos”.

Em campanha, enquanto Paulo Guedes prenunciava o nirvana econômico e o saneamento a jato das contas públicas, Jair Bolsonaro se apresentou como candidato antissistema político, denunciou fraudes nas urnas, investiu numa retórica avessa a minorias, direitos e princípios democráticos, fez elogios à tortura e à violência policial, prometeu acabar com a corrupção e a criminalidade, “quebrar a engrenagem que quer nos tornar uma Venezuela”, “colocar um fim na roubalheira do PT”, partido que, a seu ver, se recuperasse o poder, representaria “o fim da Lava Jato e a volta dos esquemas que ameaçam a democracia” (Mariano e Girardi, 2020, p. 331).

As igrejas principalmente as pentecostais conservadoras não se opuseram aos governos do PT ou a esquerda pelo apoio a aliança com a Igreja Católica (mesmo Lula se declarando católico); da ameaça e implantação comunista ou do cerceamento e fechamento das igrejas evangélicas. Esses argumentos não se sustentam e tornaram-se sem efeito prático e discursivo. A oposição e os argumentos na moral e costumes ainda fortes na campanha de 2022, como veremos no terceiro capítulo, foram sendo gestados não por uma política deliberada pelo PT, mas em sua governança ou nas políticas públicas direcionadas aos grupos marginalizados ou de minorias. Isso é muito claro no trabalho de pesquisadores:

O fato é que a agenda familista, patriarcalista, antifeminista, antigênero e antipluralista dos evangélicos conservadores bate de frente com toda agremiação política (de esquerda, mas também liberal) disposta a defender Direitos Humanos, direitos de cidadania de minorias, direitos sexuais e reprodutivos; direitos que esses religiosos consideram ameaças à liberdade religiosa e à família e afrontas aos valores bíblicos e às “leis naturais” e “universais” da moral sexual e da ordem social. Por isso, à medida que feministas e LGBTs conquistaram terreno e visibilidade pública, a

esquerda política, ao apoiá-los, tornou-se, embora sem tencioná-lo, inimiga visceral dos que se julgam representar a “maioria cristã”. (Mariano e Girardi, 2020, p. 348)

A conclusão de Mariano e Gerardi parece apontar para um arrefecimento da política de direita subjugada por diretrizes cristãs. Ou nas palavras desses importantes autores: “Sua aliança com o governo Bolsonaro tende a dilatar sua adesão a ideários e políticas de direita, incluindo políticas econômicas neoliberais e punitivistas. Com isso, tendem a se firmar cada vez mais como uma das principais bases sociais e eleitorais da direita no Brasil”. (Mariano e Girardi, 2020, p. 348). A seguir buscaremos abordar a laicidade no Brasil seu processo no cenário nacional. Ainda pensando a inter-relação entre democracia e laicidade. E como a laicidade se torna uma questão na atual conjuntura política brasileira.

3 O CAMPO EVANGÉLICO EM FEIRA DE SANTANA

Inicialmente visamos apresentar e contextualizar o campo social em que as igrejas pentecostais estão localizadas, bem como aspectos históricos e geográficos como forma de situar ao leitor o *locus* em que a pesquisa foi realizada. Além disso, situar brevemente algumas igrejas pentecostais com histórico nacional de envolvimento na política bem como seus desdobramentos ou ramos dissidentes que se formaram da igreja tradicional entre as quais foram realizadas as entrevistas, isto é, os locais de culto onde os fiéis congregam.

3.1 FEIRA DE SANTANA – CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

O município de Feira de Santana conhecido como “Princesinha do Sertão” que compreende a área de transição entre a Zona da Mata e o Sertão, ou seja, o Agreste baiano. Neste contexto, Feira de Santana, “no início do século XVIII, era uma fazenda localizada na estrada das Boiadas, próxima do arraial de São José das Itapororocas e pertencia à comarca de Cachoeira. O comércio de gado era a atividade mais importante, embora contasse também com atividades agrícolas”. (Silva, 2009, p.28). Ainda, segundo o professora Elizete (2009) a presença da Igreja Católica na região remonta século XVIII. Em 1846, tornou-se Sede Paroquial a freguesia de Feira de Santana.

A “criação do município resultou de um Decreto Imperial do dia 13 de novembro de 1832” (Pinto, 2011, p. 142). Sendo “instalada em 18 de setembro de 1833” (Pinto, 2011, p. 145). Nesse período o governo se dava por meio da Câmara Municipal, sendo que prefeito, como chefe de executivo, só passou a vigorar a partir de 1929. (Cf. Pinto, 2011, p. 142). Um dado curioso é a participação dos primeiros vereadores a assumirem o governo do município de Feira de Santana em 1833, dos sete vereadores dois eram padres: Pe. Luiz Pinto da Silva Sampaio e Pe. Manoel Paulino Maciel (Cf. Pinto, 2011, p. 145). A religião, neste caso a católica, altamente imbricada com o poder político no Município de Feira de Santana, como era de praxe até a separação dos poderes ou a laicidade do Estado, visto alhures.

Anos mais tarde, outras denominações religiosas começam a chegar no município a partir de 1937, quando organizou-se a Igreja Evangélica Unida de Feira de Santana, a primeira denominação protestante a fixar-se na cidade; em 1939 instala-se a Assembleia de Deus; em 1947, organizou-se a Primeira Igreja Batista de Feira de Santana; 1950 a Igreja Evangélica Congregacional; e em 1985, a Igreja Universal do Reino de Deus instalou-se no centro da cidade

de Feira de Santana, rua Getúlio Vargas. “Seguindo a característica espetacular do grupo, que constrói grandes catedrais, a catedral feirense comporta em torno de quatro mil pessoas e tinha no limite cronológico deste estudo mais de três mil fiéis e dezenas de congregações espalhadas pela cidade”. (Silva, 2009, p.43). Portanto, há uma presença significativa de igrejas evangélicas nos diversos bairros de Feira de Santana como mostraremos em item mais abaixo.

Atualmente, segundo dados do censo do IBGE de 2022, a população de Feira de Santana em levantamento no referido ano da pesquisa contava com “616.272 habitantes e a densidade demográfica de 472,45 habitantes por quilômetro quadrado”.²² Com esses números, o município aparece entre o segundo mais populoso no estado da Bahia, sendo superado pela capital Salvador que aparece em primeiro lugar. O fato é que, a concentração populacional urbana nos grandes municípios, como é o caso de Feira de Santana, “agrava as dificuldades sociais e econômicas já evidenciadas e conhecidas no país, desde a necessidade de moradias, de saneamento, de inclusão educacional e de emprego, de acesso a serviços de saúde, até ao aumento da violência gestada pelo desemprego, pela pobreza e pela fome”. (Bertolucci, 2021, p.12). Essa constatação é verificável em relação aos índices de violência, Feira de Santana em 2022, ficou em 10º lugar como cidades mais violentas do Brasil e em comparação com outras cidades de mais de 100 mil habitantes, tendo índice de (66,0) assassinatos para cada 100 mil habitantes. (Cerqueira e Bueno, 2024, p.26).

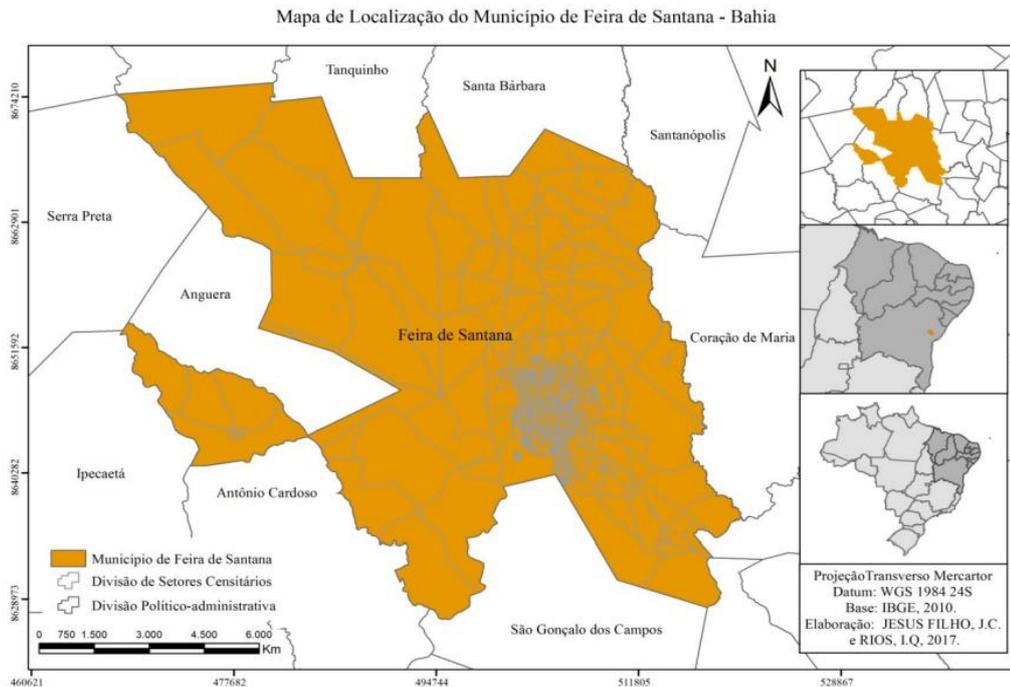
Quanto a questão migratória, entre os anos de 2000 e 2010 a ‘diferença migratória positiva de 4.384 migrantes obtida para o município de Feira de Santana foi, por exemplo, em larga medida, definida pelas mulheres, que, em relação à DM²³ total, contribuíram com 130%, enquanto a DM masculina foi negativa, mostrando que o município perde, pela migração de longo prazo, mais homens e retém mais mulheres” (Corrêa, 2021, p.75). Essa diferença reflete nos dados atuais em que Feira de Santana tendo mais mulheres (329.253) do que homens (287.019). Junto a isso, Feira de Santana quando comparado, “principalmente com a Região Sudeste, indicando que perde para estas regiões, entre as diversas pessoas que migraram, o migrante tipicamente homem, nas primeiras idades adultas e com nível de instrução superior. (Corrêa, 2021, p.84). O que representa a perda de mão de obra qualificada para a região agregando em outras que muitas vezes já são altamente concentradora de renda como o sudeste do Brasil.

²² Fonte: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/panorama> > acesso em 15/07 de 2024.

²³ Desvio Médio.

O município de Feira de Santana está dividido em cinco regiões administrativas que integram 99 bairros e 8 distritos.²⁴ Segundo dados do IBGE de 2022, Feira de Santana tem a área territorial de 1.304,425 km², o que o coloca na posição 130 de 417 entre os municípios do estado e 1132 de 5570 entre todos os municípios da federação.

Figura 1: Mapa de Localização do Município de Feira de Santana - Bahia



Feira de Santana, tem como característica a cidade se localizar num entroncamento ou de passagem. Isso se dá pela localização geográfica no interior do estado, fora da região metropolitana de Salvador, o que implica numa dinâmica própria, diferentemente de Camaçari, por exemplo que mesmo tendo um complexo industrial os trabalhadores de altos salários residem na capital. (Corrêa, 2021). “A localização estratégica do município, como espaço de passagem para outras localidades ajudou a promover o avanço do comércio, sendo importante comentar que o comércio informal se implantou e se manteve, gerando adensamento populacional e, também, precariedades” (Corrêa, 2021, p.28). O modal rodoviário com vias federais e estaduais conectam a cidade com diferentes regiões, principalmente com o sudeste brasileiro, com quem exerce forte interdependência comercial e industrial.

²⁴ Fonte: <https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?id=2&link=segov/regioesadm.asp> . Acesso em 17/07/2024.

para o ano de 2010. Um pouco acima de Feira de Santana que no ano de 2010 era 0,712. Esses índices colocam Feira na condição de desenvolvimento médio, para ser alto precisa alcançar o nível 0,8. Ainda, o último dado apresentado em 2021, mostra a renda per capita de Feira de Santana com 27.691,08.²⁷ Esse dado é utilizado na comparação entre regiões distintas tomando o que foi produzido durante o ano dividido pela população. A capital Salvador em 2021, o PIB per capita foi de 21.706,06. Em relação aos dados de 2010, o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de ½ salários mínimos era de 38,7%. Quanto ao pessoal ocupado em 2022, segundo IBGE, era de 165.438 mil pessoas, ou seja, 26,84% das pessoas estavam ocupadas.

Ainda assim, os dados escondem a desigualdade social entre a população, ou seja, ao dividir o montante do PIB pelo número de pessoas, não mostra os desníveis de renda entre a população. Assim, o índice de Gini²⁸ é capaz de mostrar melhor os contrastes de renda ou de pobreza em determinado município. Os últimos dados entre 2000 e 2010, mostram que a desigualdade de renda em Feira de Santana permaneceram em níveis altos, ou seja, no patamar de 0,61 para 0,60. De modo que se observa:

A população pobre de Feira de Santana concentra-se em bairros, sub-bairros e localidades com baixos níveis de desenvolvimento, como Rocinha, Parque Lagoa do Subaé, Rua Nova, George Américo, Viveiros, Jussara. Há altos níveis de pobreza também na zona rural do município, onde predominam populações de baixa renda. A cidade não possui grandes favelas em encostas de morros, e a maior parte dos bairros pobres é em terreno plano ou pouco acidentado e em antigas lagoas aterradas [...] Cerca de 20% da população de Feira de Santana vive em bairros pobres. (Ernst e Young, 2018, p.79).

Mesmo Feira de Santana tendo feito parte do programa de industrialização juntamente com a região metropolitana de Salvador na década de 70, quando foi criando o Centro Industrial do Subaé (CIS), não foi capaz de promover o desenvolvimento regional ao ponto de superar os

²⁷ Fonte: IBGE – disponível em < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/feira-de-santana.html> > acesso em 16/07/2024

²⁸ “O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos”. (IPEIA, 2004. DISPONÍVEL EM < https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28 >

altos índices de pobreza. A instalação de algumas indústrias provocou grande leva de migrantes de cidades e de áreas rurais circunvizinhas a se instalarem na cidade em busca de emprego nas indústrias, seja na região metropolitana de Salvador quanto em Feira de Santana, em sua maioria contingente de pessoas com baixa qualificação (Corrêa, 20221).

Para além do avanço da indústria que se processou no município a partir da década de 1970, a atividade agrícola de Feira e seu entorno passou por intensa reorganização e o emprego de técnicas modernas fizera com que a produção se elevasse. O mesmo fato se deu com a pecuária, como resultado, o abastecimento de Salvador e seu entorno era realizado predominante pelos cereais, carne e leite produzidos por Feira de Santana e seus municípios de influência (Corrêa, 2021, p.29).

É de se notar que no estado da Bahia “não se desenvolveu um grande número de municípios de porte médio com dinâmicas complementares, o que dificultou a integração do território” (Corrêa, 2021, p.17). Desse modo, faz de Feira de Santana e a região metropolitana de Salvador como fortes atrativos de migrantes e densamente povoados, enquanto áreas do semiárido permaneçam baseados na agricultura familiar “não capitalizada, com condições climáticas problemáticas para a prática agrícola. No entanto, ele representa 2/3 do território e grande parte da população continuará residindo aí. (Corrêa, 2021, p.17)

Quanto ao volume de produção Feira de Santana se destaca, só é superada por Salvador e Camaçari.

Feira de Santana gera o terceiro maior PIB da Bahia e o maior do interior do Nordeste, sendo um importante centro industrial e comercial do Brasil, com um grande poder de compra e um forte comércio. Por isto, Feira de Santana exerce um alto nível de influência econômica, comercial e política na Bahia e na região Nordeste brasileira, sendo o único município do interior do Nordeste com PIB acima de R\$10 bilhões. (Corrêa, 2021, p.27).

Como já foi afirmado, a localização da cidade em área plana favorece a expansão, contudo bairros com população aglomerada como Rua Nova cresceram desordenadamente e no descaso das autoridades públicas. Muitos moradores desse bairro são oriundos do loteamento

da fazenda de Dona Pomba.²⁹ Muitas casas são aglomeradas e sem ventilação com ruas de acesso estreitas e desordenadas. Além da Rua Nova, outros bairros cresceram oriundos de ocupação ou movimentos organizados. O bairro Queimadinha que fica entre o anel de contorno, grande parte de sua área é parte da lagoa Prato Raso. Em dias de chuva muitas casas alagam e os bueiros de esgoto não suportam a água fluvial que irregularmente são canalizadas a esse sistema de captação. Para além disso, em Feira de Santana se observa elevados “índices de privação do serviço de esgotamento sanitário nos setores censitários urbanos” (Jesus Filho, 2017, p.74)

O bairro, George Américo, que leva o nome do líder dos sem-teto que foi morto em 1988. Bairro fundado em 28 de novembro de 1987, ligado a organização e “ocupação de terra do antigo Campo de Aviação, de propriedade pública, com o apoio de centenas de pessoas. Ao longo de seus 28 anos, George Américo comandou 21 ocupações em Feira de Santana”.³⁰ Esse é um exemplo do déficit habitacional ligando ao descaso público e ao crescimento populacional acelerado que a cidade atravessava e seus reflexos permanecem latentes.

Esses exemplos mostram que o número de moradias e assentamentos informais ou inadequados [...] dados de 2010 do IBGE indicam que 51% das moradias urbanas do estado da Bahia se encaixam nesses critérios. A necessidade de moradias pode ser constatada na medida em que a “cidade foi uma das mais beneficiadas com o programa Minha Casa, Minha Vida [...] ‘Em Feira de Santana, desde 2009, entregamos 65 mil unidades do Minha Casa Minha Vida’”,³¹ segundo Ministro das Cidades do governo Lula, em 2024. Contudo, ainda muito aquém de suprir as necessidades habitacionais da população de Feira de Santana.

Outro dado que revela o alto índice de vulnerabilidade social da população feirense são as políticas públicas de transferência de renda que tem impacto nos indicadores sociais. Segundo dados do governo federal em janeiro de 2024, para Salvador, a capital estadual, foram contemplados “302,5 mil a partir de um repasse de R\$ 198,9 milhões. O valor médio por integrante do programa no município é de R\$ 657,57. Na sequência dos cinco municípios com maior número de beneficiários no estado estão Feira de Santana (74,7 mil), Vitória da Conquista

²⁹ Fonte:

https://www.ufrb.edu.br/mphistoria/images/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Turma_2014/Fl%C3%A1via_Santana/03-Miolo_do_Livro.pdf > Acesso em 17/07/2024. Nesta dissertação a autora do livro “Um quilombo urbano chamado Rua Nova”, relata a saga de Dona Pomba que tem praça que leva seu nome no bairro e loteou a fazenda para a população, muitos eram seus trabalhadores, com condições mínimas de pagamento

³⁰ Fonte : <https://www.feiradesantana.ba.leg.br/conjunto-george-am-rico-completa-36-anos-de-funda-o-sess-o-solene-ser-realizada-dia-28-deste-m-s> > acesso 24/07/2024

³¹ Fonte: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/mais-de-4-300-pessoas-serao-beneficiadas-com-unidades-habitacionais-do-mcmv-em-feira-de-santana-ba> > acesso em 24/07/2024.

(51,9 mil), Camaçari (46 mil) e Juazeiro (39 mil).”³² Sendo que mensalmente são injetados na economia local de Feira de Santana em média mais de 49 milhões de reais mensais. A transferência de renda via política pública do Estado, muitas vezes reflete na mudança dos indicadores sociais, quando muitos deixam a condição de extrema pobreza ou de pobreza. Porém, por estar atrelado às políticas públicas da união e não à mudanças estruturais, e devido a precarização do emprego local, a depender da mudança de governos essa política pode deixar de ser implementadas e as pessoas voltarem a condição anterior de pobreza ou extrema pobreza.

3.2 PRESENÇA RELIGIOSA EM FEIRA DE SANTANA

Nesta parte do trabalho visamos abordar de forma mais específica nos grupos religiosos e igrejas presentes em Feira de Santana. Apresentamos inicialmente um panorama mais geral para um olhar mais detido nas três igrejas em que fiéis foram pesquisados ou entrevistados.

Quadro - Feira de Santana – Ba. – dados comparativos das religiões

Religiões	Ano - 2000 (pessoas)	Ano- 2010 (pessoas)	Ano- 2022 (pessoas)
Católica Apostólica Romana	327.021	318.132	
Evangélicas	83.676	139.988	
Evangélicas de Missão	39.395	43.325	
Evangélica de origem pentecostal	41.751	66.144	
Evangélica de origem pentecostal: Outras	6.880	19.159	
Espírita	3.965	5.737	
Umbanda	313	336	
Candomblé	310	756	
Sem religião	51.670	68.304	
Total da população	480.949	556.642	652.592

Elaborado pelo autor. Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/137#resultado>. Acesso em 30/10/2022.

Os dados apresentados nos censos de 2000 e 2010 não são muitos precisos em sua distribuição dos grupos religiosos, principalmente quando aborda os diferentes grupos

³² BRASIL, 2024. Disponível em < <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/novo-bolsa-familia/jan24/bolsa-familia-chega-a-2-48-milhoes-de-familias-da-bahia-a-partir-desta-quinta-18-1> > acesso em 16/07/2024.

pentecostais. É de se notar que não há distinção entre grupos pentecostais e neopentecostais apontando como de “origem pentecostal”. Por outro lado, os dados refletem a dificuldade de classificação dos grupos e religiões evangélicas por se tratarem de grupos com características de fragmentação ou dissidências, ou seja, membros da igreja ou lideranças que rompem a passam a fundar novas igrejas ou ministérios, muito comum entre as Assembleias de Deus. Contudo, tomamos esses dados oficiais para apresentar o panorama mais geral da presença de religiões em Feira de Santana nos referidos anos da pesquisa coordenada pelo IBGE.

Podemos constatar que no ano de 2000 a população em Feira de Santana era de 480.949 pessoas. Destas 327.021 pessoas se autodenominavam Católicas Apostólicas Romanas. Isso equivale a um percentual de 68% da população. No ano de 2010 a população de Feira de Santana era composta por 556.642 pessoas. E, a população Católica Apostólica Romana se constituía em 318.132. O que equivale na proporção de 57% da população. Em números de fiéis houve uma retração de 3% em comparação entre os anos de 2000 e 2010, contudo não acompanhou com aumento o crescimento dos fiéis. Há uma clara tendência ou dificuldade de conquistar novos fiéis por parte da Igreja Católica. Portanto, em Feira de Santana podemos constatar a tendência nacional de perda proporcional de mais de 1% da população católica por ano. Isso mostra que a população com predominância católica tende a perder força e, em contrapartida se permanecer a tendência, o crescimento dos evangélicos que deve seguir em expansão de fiéis.

Por outro lado, podemos observar que entre os evangélicos a tendência é outra. Em 2000, os evangélicos eram 83.676, o que equivale 17% das pessoas do município de Feira de Santana. No ano de 2010, esse número salta para 139.988, o que equivale a 25% da população. Isso demonstra um crescimento de 7% da população que se declararam evangélicas. E quando comparamos os dados de referência entre 2000 e 2010 de denominação evangélica constatamos aumento de 58% no número de fiéis evangélicos. E, ao separar os grupos pentecostais que em 2000 eram compostos por 41.751 fiéis. O que equivale a 13% das pessoas. E em 2010, esse número salta para 66.144. O que apresenta uma proporção de 12% dos fiéis. No entanto, entre os fiéis pentecostais houve um aumento de 63%. Isto mostra que o segmento pentecostal tem se destacado de modo mais significativo entre as demais denominações religiosas.

Por outro lado, devemos observar um crescimento entre as pessoas sem religião em que se inclui os ateus (aqueles que não acreditam em Deus) e os agnósticos (concebem que Deus não se dá ao conhecimento humano) aparecem em 2000, com o número de pessoas 51.670, e salta para 68.304. É um aumento de 16.634 pessoas entre o período de 2000 até 2010. O que equivale a 25% em comparação com os anos 2000 e 2010. Assim, a proporção da população

sem religião em Feira de Santana a partir da população absoluta equivale a 11% em 2000 e 12% em 2010. O mesmo percentual de pessoas que se denominam pentecostais no ano de 2010. Enfim, os dados revelam uma tendência em que os grupos evangélicos se mantêm proporcionalmente em números de fiéis. Enquanto os católicos perdem fiéis de um lado, por outro tem crescido o número de pessoas sem religião. Os dados de 2022, referente a religião não foram divulgados, uma vez que a religião não foi objeto da pesquisa do IBGE de 2022.

Assim, o sentido é compreendermos ou apontar a presença de igrejas evangélicas no Brasil e em Feira de Santana. Também apresentar um panorama mais geral das igrejas que tradicionalmente se envolveram nas eleições desde a redemocratização até a última corrida eleitoral ocorrida em 2022. A seguir tomaremos um recurso mobilizado para esse fim foi o uso da ferramenta do google maps, que possibilita um olhar da dispersão e, também de mensuração aproximada da maior ou menor presença nos bairros da cidade no período das eleições de 2022 e com foco nas igrejas pesquisadas. Esse recurso é capaz de salientar em pontos vermelhos às buscas direcionadas das igrejas e apontar sua distribuição, neste caso, no recorte da região urbana do município de Feira de Santana. Assim, apresentaremos as igrejas evangélicas tradicionais do macro para o micro, seus desdobramentos ou cisões de onde são criadas igrejas locais e lideranças fundadoras do ramo original. Salvo duas igreja, a saber a Igreja Universal do Reino de Deus permanece coesa aos fundadores a sua nomenclatura.

3.2.1 Igreja Assembleia de Deus ³³

A Igreja Assembleia de Deus instalou-se na cidade de Feira de Santana em 1939. O ramo dessa igreja pentecostal tem diversos dissidências e desdobramentos. Em Feira de Santana encontramos a Igreja Assembleia de Deus Cristianismo sem Fronteira, fundada pelo pastor Josué Brandão. Alguns fiéis entrevistados são pertencentes a essa igreja e fazem referência ao pastor Brandão que foi candidato a deputado federal, como veremos no terceiro capítulo.

³³ A Igreja Assembleia de Deus (IAD) chega ao Brasil em 1910, se instalando inicialmente em Belém do Pará. É uma das primeiras Igrejas Pentecostais a pisar o solo brasileiro. O envolvimento mais sistemático das Igrejas Pentecostais com a política, vem desde a Constituinte de 1988 (Freston, 1993). E como vimos no segundo capítulo, a igreja Assembleia de Deus Cristianismo sem Fronteira é uma igreja fundada pelo pastor Brandão com autonomia própria. Sendo da IADCF em Feira de Santana, o pastor Josué Brandão se candidatou a deputado Federal pelo Podemos. Não se elegeu, mas indica o seu empenho na conquista do poder e das instituições do Estado. Nesse jogo, os fiéis estão imersos com influências e/ou se posicionando conforme os seus interesses e ideias ou de acordo com as lideranças religiosas.

Figura 3: Presença de Igrejas Assembleia de Deus em Feira de Santana



Fonte: <https://www.google.com/maps/search/igrejas+assembleia+de+deus/@-12.2525624,-38.9115233,13.38z?entry=tту> > Acesso em 30/07/2024.

O pastor Josué Brandão Amorim, 39 anos, nasceu em São Paulo, mas foi em Feira de Santana que desenvolveu a maior parte da carreira religiosa, vindo a fundar e presidir a Igreja Evangélica Assembleia de Deus Cristianismo Sem Fronteiras em Feira de Santana. Os cultos celebrados por Brandão reúnem pessoas de diversos segmentos sociais, oriundas do próprio neopentecostalismo, além de outros segmentos religiosos.³⁴

A igreja Assembleia de Deus Evangelismo sem Fronteira, por mais que leve o nome comum “Assembleia”, foi fundada pelo pastor paulistano Josué Brandão Amorim. Bacharel em Teologia pela Faculdade de Ensino Teológico de São Paulo - FAETESP e pela Faculdade de Teologia e Filosofia Memorial e licenciatura plena em Filosofia pelas Faculdades Associadas de Filosofia, Teologia, Ciências Humanas e Sociais. Em relação a igreja é o vice-presidente da Igreja Assembleia de Deus em Feira de Santana-BA. E membro da Convenção Estadual das Assembleias de Deus na Bahia (CEADEB) e da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB). Diretor da Cruzada Cristianismo Sem Fronteiras.³⁵

O ministério do pastor exerce influência na política local. Isso pode ser observado quando em 11 de agosto de 2008, recebeu o título de cidadão feirense na câmara dos vereadores,

³⁴ Fonte : <https://jornalgrandebahia.com.br/2014/01/feira-de-santana-com-a-palavra-de-deus-pastor-josue-brandao-edifica-igreja-voltada-ao-servir-confira-entrevista/> > acesso em 29/07/2024.

³⁵ Fonte: Assembleia Legislativa da Bahia - <https://www.al.ba.gov.br/historia-do-legislativo/titulos-e-condecoracoes/homenageados/366> > acesso em 29/07/2024.

juntamente com o prefeito José Ronaldo.³⁶ Em 2022, foi candidato a deputado federal pelo partido Podemos. Não foi eleito, obtendo 3.459 mil votos em Feira de Santana. Tendo recebido o total na Bahia de 18.081 votos.³⁷ Quanto a votação ou votos recebidos, a “assessoria informou ainda que não houve tempo de realizar uma campanha a contento, e que muitos evangélicos não tiveram conhecimento da candidatura de Josué”.³⁸ Para além disso,

O Centro de Evangelismo Cristianismo Sem Fronteiras é o resultado de um sonho: ganhar almas e discipular os novos conversos, bem como formar obreiros e envia-los ao campo missionário. Agregamos e desenvolvemos Projetos que se diversificam pelas Secretarias da Igreja, responsáveis pela execução das inúmeras atividades, no âmbito social, espiritual e ministerial, contemplando o real papel da comunidade Cristã enquanto Igreja de Cristo. A Igreja Assembleia de Deus Cristianismo Sem Fronteiras é um marco de empreendedorismo do Centro de Evangelismo na continuada História dos Atos dos Apóstolos. É reconhecida pelo seu zelo doutrinário e essencialmente bíblico, fazendo diferença no contexto atual de tantos desvios teológicos pregados e ensinados em muitos altares. O compromisso com a pregação expositiva das Sagradas Escrituras tem resultado na salvação de milhares de almas, seguindo pelas manifestações de poder e evidência dos dons espirituais.³⁹

O local sede da igreja se encontra na rua Maria Quitéria, próximo ao anel de contorno, no extremo do bairro Queimadinha. O espaço foi construído em anos anteriores quando funcionava como local de grandes eventos. Durante os cultos reúne cerca de quinhentas pessoas. Como a igreja está situada em local distante de muitos fiéis é possível constatar grande volume de carros estacionados em dia de culto. Isso revela a existência de fiéis com poder aquisitivo mais elevado.

3.2.2 Igrejas Quadrangular ⁴⁰

³⁶ Na ocasião José Ronaldo aparece ao lado do pastor quando é entregue a comenda de cidadão feirense ao pastor Brandão. Disponível em: <https://www.feiradesantana.ba.leg.br/t-t-cidad-o-pastor-josu-brand-o-amorim> > acesso em 29/07/2024.

³⁷ Fonte: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/apuracao/1turno/votos-por-estado/bahia/deputado-federal/?cidade=35157> . Acesso em 29/07/2024.

³⁸ Fonte: <https://www.portalcidadegospel.com.br/site/surpreendeu-pastor-josue-brandao-e-o-2o-suplente-do-podemos-confira-a-votacao-em-feira-e-salvador/> > acesso em 29/07/2024.

³⁹ Fonte: <https://www.josuebrandao.com.br/#igreja> > acesso em 29/07/2024

⁴⁰ A Igreja do Evangelho Quadrangular foi fundada por Aimée Semple McPherson, nascida no Salford, próximo a Ingersoll, em Ontário, Canadá. Fundou a Igreja em primeiro de janeiro de 1923, em Los Angeles, Califórnia, com a inauguração da sede internacional Angelus Temple, que tinha capacidade para cinco mil pessoas⁴⁰. “No

A igreja Quadrangular Labareda de Fogo tem como fundadores o casal pastores Pedro Costa e Ana Costa, no bairro Panorama. Nessa Igreja atualmente comporta cerca de quinhentas pessoas. Os grandes congressos e louvores como “a festa da colheita” costumam acontecer nessa Igreja. A pastora Ana dirige a Igreja no Bairro São João em Feira de Santana. Nessa igreja com capacidade de acolher cento e cinquenta pessoas. Porém, em dias de culto normais reúne trinta ou quarenta pessoas entre adultos e crianças.

As igrejas representadas no recorte urbano de Feira de Santana mostra em seus pontos em vermelho as Igrejas do Evangelho Quadrangular. Estas são ligadas a tradicional igreja Quadrangular em Feira de Santana desde 1969. Ao completar o jubileu de ouro em 2019, o “prefeito Colbert Martins Filho esteve presente, ao lado do deputado estadual Pastor Tom.”⁴¹ Os fiéis entrevistados neste trabalho são pertencentes da Igreja Quadrangular Labareda de Fogo que pertencia a Igreja do Evangelho Quadrangular. Mas, por motivos pouco explicados, provavelmente em virtude de o Pastor Pedro ter se lançado candidato a vereador em 2016, pelo (PSC) em Feira de Santana e, segundo fiéis, houveram acusações de compra de votos, e isso possa ter provocado o rompimento e formação da Igreja Quadrangular Labareda de Fogo.⁴² Portanto, é uma igreja oriunda de um desdobramento da quadrangular, mas tem estrutura própria regida pelos pastores Pedro e Ana.

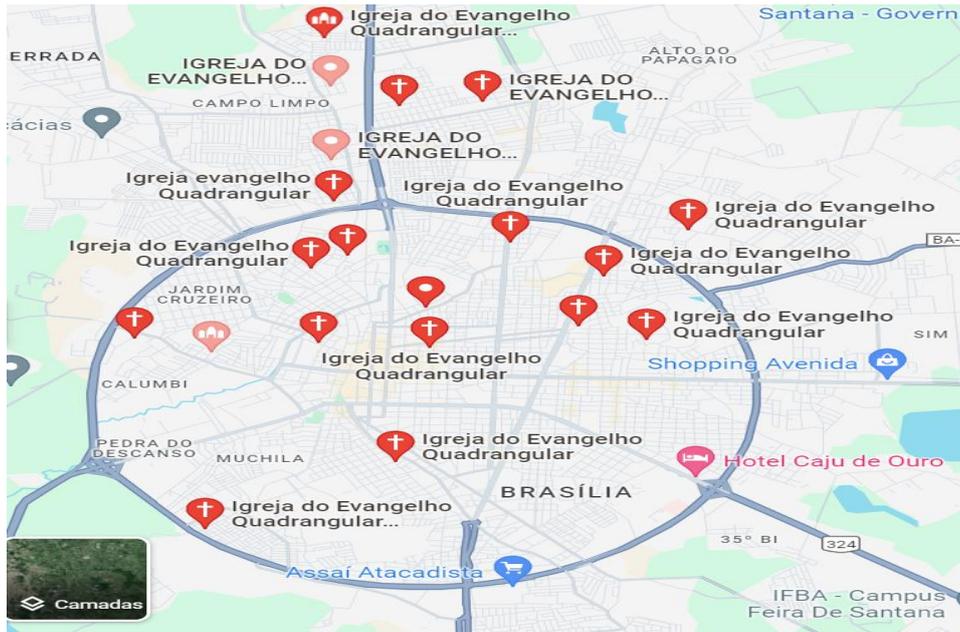
Figura 4: Presença de Igrejas Quadrangular em Feira de Santana

Brasil a IEQ chegou em 15 de novembro de 1951, em São Paulo, com o pastor norte-americano Harold Williams”.⁴⁰ É considerada uma Igreja pentecostal, em que explica Parisotto pastor da Igreja e deputado estadual por Santa Catarina até a legislatura de 2019: “Acreditamos no poder do Espírito Santo de Deus, atuando hoje para curar, libertar e salvar o homem. Os quatro temas predominantes da igreja são: Jesus Salva, Batiza no Espírito Santo, Jesus cura e Jesus voltará.”⁴⁰ Uma das características dessa denominação é a maior participação das mulheres como pastoras, isso provavelmente fortemente influenciado pela fundadora (Freston, 1993). No entanto, os fiéis entrevistados a seguir são desmembrados da igreja tradicional e formam a Igreja Quadrangular Labareda de Fogo (IQLF) em Feira de Santana

⁴¹ Fonte:

<https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=Igreja%20do%20Evangelho%20Quadrangular%20completa%20meio%20s%20E9culo%20na%20Bahia&id=1&link=secom/noticias.asp&idn=23559> > acesso em 30/07/2024.

⁴² Fonte: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/pastor-pedro-e-ex-vereador-sao-indiciados-por-compra-de-votos/> > Acesso em 05/08/2024.



Fonte: <https://www.google.com/maps/search/igrejas+quadrangular+em+feira+de+santana/@-12.247633,-38.8962874,13.07z?entry=ttu> . Acesso em 30/07/2024

Os pontos em vermelho são locais de igrejas da Quadrangular tradicional. As igrejas Ligadas aos pastores Pedro e Ana não estão representadas no mapa acima. Quando se faz uma busca mais específica, apenas duas igrejas aparecem marcadas no mapa. Isso porque muitas delas são de porte pequeno, até 100 pessoas e, outras ainda, foram criadas mais recentemente sem que ainda estejam registradas pelo google maps. Segundo pesquisa de campo entre os membros da igreja existem células ou igreja ligadas ao pastor Pedro presidente que é líder e dirigente com sede no Panorama tendo filiais nos bairros: Fraternidade, Feira VII, Matinha, Maria Quitéria, Campo Limpo, Gabriela I, Gabriela II, Mangabeira, Toca da Onça, Chico Pinto e para outros municípios como Conceição da Feira. Essas igrejas foram formadas a partir de obreiros ligadas ao pastor líder que já atuava como pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular no Panorama há mais de 20 anos até se separar em 2016 e formar o ramo Quadrangular Labareda de Fogo.

2.2.3 Igreja Universal do Reino de Deus⁴³

⁴³ A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) como vimos no primeiro capítulo, tem como expoente o fundador Edir Macedo. A centralidade em torno do bispo e a estratégia de eleger candidatos ligados a igreja se tornaram muito comuns no Brasil. E isso é observado entre membros da igreja quando se referem ao bispo fundador: “Ele é importante para mim e para todos, porque através dele que nós estamos hoje ouvindo a palavra de Deus. Através dos outros pastores eles estão ali seguindo a palavra de Deus” (Entrevistado U1, 68 anos). Em Feira de Santana o Bispo José de Arimatéia atua no campo religioso da IURD e é deputado estadual. Nas eleições para prefeitura de Feira de Santana, no ano de 2020, se lançou candidato a prefeito pelo partido Republicanos e em 2022, se reelegeu deputado estadual na Bahia pelo Republicanos. Além de igrejas espalhadas

Segundo relato e divulgação nas diferentes mídias a primeira igreja foi erguida e fundada pelo bispo Edir Macedo numa antiga funerária, na cidade do Rio de Janeiro. “O primeiro culto foi realizado naquele local, em 9 de julho de 1977. O antigo galpão acolheu cerca de 225 pessoas na reunião inaugural. Após a inauguração, a igreja recebia mais de 400 pessoas durante as reuniões diárias”.⁴⁴ O Igreja Universal em Feira de Santana pertence ao mesmo ramo ligada e controlada por Edir Macedo, fundador e líder desde 1977, no Rio de Janeiro. Tendo aportado em Feira de Santana em 1985 (Silva, 2009).

Edir Macedo, além de igrejas espalhadas pelo Brasil e outros países é dono de redes de comunicação como a Record e um dos fundadores do partido Republicanos. No início em 2005, se chamou Partido Municipalista Renovador (PMR) e, por sugestão do então vice-presidente da República José Alencar no período do governo Lula, “mudou para Partido Republicano Brasileiro (PRB), e em 2019, decorrente de um estudo amplo, alinhado à evolução, transformação e a modernização, que fazem parte da sociedade, da vida humana e das instituições, o partido passou a se chamar Republicanos.”⁴⁵ O partido se autodenomina como um “movimento político conservador, fundamentado nos valores cristãos, tendo a família como alicerce da sociedade, preservando a soberania nacional, a livre iniciativa e a liberdade econômica, encorajando o progresso tecnológico como caminho inevitável para o desenvolvimento humano”.⁴⁶

Atualmente conta com diversas igrejas espalhadas pela cidade de Feira de Santana, sendo que na Getúlio Vargas, centro da cidade situa-se a catedral e comporta em torno de 4 mil fiéis.

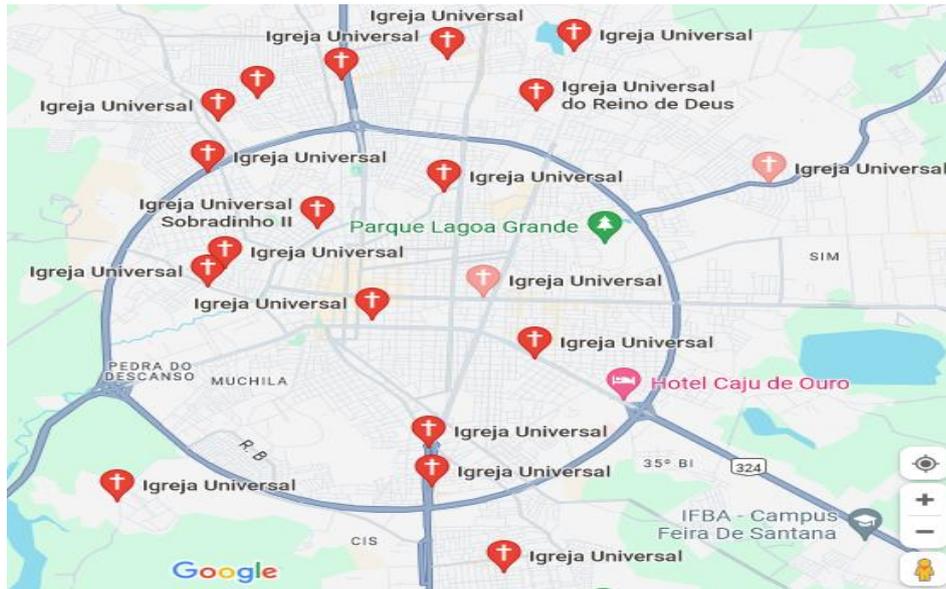
pelo Brasil e em outros países Macedo é dono de redes de comunicação como a Record e rádios locais. Entre essas está a rádio cultura, fundada em 1950. E em “27 de setembro de 1994, a Rádio Cultura foi vendida para a Igreja Universal do Reino de Deus, integrando o grupo de rádio e televisão Rede Record”.⁴³ A manutenção e os custos de funcionamento emissora de rádio foi objeto de apelo em dia de culto para os fiéis colaborarem com o dízimo e manter as ondas do rádio ativa, sendo que seus “custos chegariam a cem mil reais mensais”.

⁴⁴ Fonte: < <https://www.universal.org/a-universal/nossa-historia/> > acesso em 13 de julho de 2024.

⁴⁵ Fonte < <https://republicanos10.org.br/sobre-o-republicanos/> > acesso em 04/10/2023.

⁴⁶ Fonte < <https://republicanos10.org.br/sobre-o-republicanos/> . Acesso em 04/10/2023.

Figura 5: Presença da Igreja Universal do Reino de Deus em Feira de Santana



Fonte: <https://www.google.com/maps/search/igrejas+universal+em+feira+de+santana/@-12.2492131,-38.9921936,13z?entry=tu> > Acesso em 10/07/2024.

Os pontos vermelhos com uma cruz ao centro mostram os locais de cultos registrados no mapa recortado onde se pode visualizar igrejas entre o anel de contorno quanto fora do anel da área urbana de Feira de Santana. Mesmo apresentando dezenove locais de culto, ainda é de se supor que nem todos os templos ou igrejas estão representados no mapa.

4 O “MARTELAMENTO” DOS PREGADORES DA SALVAÇÃO E DO REINO DE DEUS – A VOZ DOS FIÉIS

Antes de entrarmos nas entrevistas cabe um esclarecimento metodológico de coleta do que denominamos “voz dos fiéis”,⁴⁷ ou seja, as pessoas entrevistadas de igrejas evangélicas. O recorte aos pentecostais e neopentecostais foi por tradicionalmente terem se empenhado nas eleições, o que esperamos ter ficado suficientemente claro no primeiro capítulo. Sendo assim, ao iniciarmos as entrevistas das pessoas, aos poucos percebemos que os fiéis se resumiam a três igrejas principais: Assembleia de Deus Cristianismo sem Fronteira, Quadrangular Labareda de Fogo e Universal do Reino de Deus. Além desses fiéis, foram entrevistados um fiel da igreja Cristã no Brasil e uma da igreja Tabernáculo Internacional da Graça. Isso foi mostrando um leque amplo, mas como pretendemos perceber o envolvimento e desdobramentos para política com lançamentos de candidatos a deputados, prefeitos e apoios a governadores e presidentes da república e foram se aprofundando desde 1986 até a campanha de 2022, permanecemos com o leque às mencionadas igrejas, exceto a Cristã e da Graça.

Além disso, objetivamos demonstrar a postura das memberships em relação aos costumes e valores morais, seja ligados questões de gênero; concepções do Estado como estrutura política capaz de intervir e favorecer as classe menos favorecidas socioeconomicamente, mediante políticas públicas a exemplo do Bolsa família. E, junto a isso, perceber como a Teologia da Prosperidade tem a capacidade de atribuir as mudanças sociais e econômicas venham do poder espiritual (Igrejas) e menos do poder temporal (Estado).

Dito isso, já numa fase mais adiantada das entrevistas, optamos em ser mais seletivo na escolha dos entrevistados, permanecendo e ampliando as entrevistas com três igrejas escolhidas inicialmente. Isso por serem pentecostais e neopentecostais e apresentarem tradição de envolvimento na política desde a redemocratização no Brasil. Porém, das três igrejas escolhidas, apenas a Universal se inscreve entre as primeiras igrejas que se movimentaram para o envolvimento político, as outras duas Assembleia Cristianismo sem Fronteira e Quadrangular Labareda de Fogo, são dissidentes da Assembleia de Deus e da Quadrangular, ou seja, são ramificações das igrejas originárias no Brasil tendo como fundadores Josué Brandão e Pastor Pedro, respectivamente em Feira de Santana.

⁴⁷ Às pessoas entrevistadas (membros de igrejas Evangélicas) vamos utilizar as siglas: Entrevistada/o Q1 para o primeiro membro no decurso dissertativo e entrevistada/o Q2 ao segundo dos fiéis da Quadrangular. O mesmo esquema utilizaremos aos demais entrevistados mudando a sigla que deve corresponder a inicial da igreja a qual a entrevistada/o faz parte. Isto é, A1; A2...aos da Assembleia e U1;U2..para entrevistados pela Universal. Isso preserva o anonimato dos entrevistados.

Assim, nesta parte do trabalho procuramos descrever e apresentar os resultados das entrevistas com os fiéis sendo que foram feitas através de perguntas semiestruturadas que levavam em média 40 minutos cada uma. As falas foram gravadas e transcritas com algumas correções gramaticais, mas sempre mantendo o teor do conteúdo. Os entrevistados(as) foram indicações e algumas referências que possuía previamente de pessoas que eram evangélicas. Alguns critérios foram adotados, serem com idade acima de 16 anos e pertencentes as igrejas pentecostais ou neopentecostais. A idade foi critério por estarmos interessados entre outras coisas na postura política ou escolha eleitoral. O segundo critério, a literatura apontava, visto no primeiro capítulo, que os evangélicos eram mais fortemente inclinados ao empenho eleitoral nas escolhas dos candidatos ou partidos políticos. Por isso, também, as entrevistas buscam compreender como as decisões nacionais de assumir uma direção política nas eleições se replicam nas lideranças locais e entre os fiéis, de modo mais específico em Feira de Santana. Foram entrevistados treze membros evangélicos e aproveitados onze. Sendo cinco deles da Quadrangular Labareda de Fogo, duas da Assembleia de Deus Cristianismo sem Fronteiras e quatro da Universal.

Mesmo com ideias e posturas que divergem entre os entrevistados, alguns pontos são recorrentes. O primeiro deles, próprio do campo religioso, é a frequência dos fiéis aos cultos. A frequência nos cultos dá indicativo da influência que as lideranças seja pastores ou pastoras exercem na vida dos fiéis, ou seja, onde os bens da salvação são compartilhados com seus membros. Esse profundo enraizamento religioso nos cultos colocam as igrejas como uma das mais importantes instituições na formação de um pensamento no campo da fé e, por vezes também, na política. É de se supor que os fiéis formados em seus *habitus* tendem a incorporar os princípios do campo religioso em que aparece, tornando a prática social uma extensão do modelo vivenciado e difundido nas igrejas. Ainda se pode adiantar que temas como família e salvação são mobilizados como artigos circunscritos ao campo religioso sob argumentos simbólicos de poder numa interpretação bíblico tradicional que condiciona e nega iniciativas seja democráticas com alegação de querer desvirtuar os valores morais tradicionalmente cultivados pelas igrejas.

4.1 DEFINIÇÃO DE “MARTELAMENTO”

O sentido de “martelamento” vem de uma tradução de Contrafogos de Bourdieu onde convoca os pesquisadores a se contraporem ao que chama: “é a luta contra o ‘martelamento’ da

mídia” (Bourdieu, 1998, p.46). E continua “Pode-se enfrentar esse martelamento criticando as palavras, ajudando os não-profissionais a se municiarem de armas de resistência específicas, para combater os efeitos de autoridade, o domínio da televisão, que desempenha um papel absolutamente capital” (Bourdieu, 1998, p. 46). O uso do martelamento que vem como a ideia de repetição e continuidade na busca de inculcar ideias e visões de mundo para Bourdieu é um papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa seja o rádio quanto a televisão entre outros.

Tudo isso, para dizer que o martelamento que tomamos não tem o foco no campo mediático, mas no campo religioso, ou seja, o lugar de culto dos pastores, pastoras e lideranças evangélicas em igrejas. Há um fio condutor que interliga historicamente grupos religiosos com a política nacional que se retroalimentam num discurso e sentido de religião privativa e diretiva da sociedade. Como disse uma fiel: “E ela fala tanto na ideologia de gênero, do político é o homem de Deus. Na época falava na igreja muito de Bolsonaro. Se você não tiver opinião formada você acaba acreditando exatamente no que ela prega a partir dali” (Entrevistada Q1: 37 anos). Ou ainda de forma mais explícita, referindo-se à pastora:

O que ela falava para a gente escolher um candidato que fosse um homem de Deus. Aí o questionamento: então qual é a fisionomia de um homem perfeito de Deus? O homem perfeito ninguém vai ser, né? Aí ela falou que os princípios cristãos que no caso era direcionado ao Bolsonaro. Que ele era contra e tudo o que ele (candidato Lula) era contra. E que ele não era corrupto, que ele era contra ideologia de gênero. Tudo aquilo que batia na mesma tecla que ficava repetitivo. (Entrevistada Q1: 37 anos).

O “batia na mesma tecla” é o indicativo de que grupos de pastores das igrejas Quadrangular Labareda de Fogo, Reino de Deus e Assembleia de Deus Cristianismo sem Fronteira entre outras utilizaram dos momentos de culto para defender o voto em determinado candidato e nos deputados estaduais e federais alinhados aos interesses particulares das igrejas. Para presidente da república se colocaram claramente contra Lula ou os partidos de esquerda e a favor de Bolsonaro, candidato populista de direita. Quanto aos candidatos a deputados cada igreja direcionou suas escolhas com interesses locais. Vimos alhures que o empenho de segmentos religiosos na escolha de candidatos é a tônica desde a redemocratização e em candidato nacional com a eleição de Collor.

O martelamento nas eleições de 2022, em defesa de Bolsonaro foi reiterado por todos os líderes das igrejas pesquisadas, salvo exceção a Igreja Cristã no Brasil. Havia o consenso

entre as lideranças em torno do referido candidato a presidência do Brasil como um “candidato de Deus”. As razões dessa escolha tem um lastro na história de projeção do candidato de extrema direita que capitaneou os elementos discursivos e simbólicos de luta contrária às iniciativas sociais que eram implementadas como lei ou dadas espaço em governos anteriormente do PT, como vimos no primeiro capítulo. Já para deputados estaduais e federais foram divergentes, as diferentes Igrejas escolheram apoiar candidatos a deputados que mais se aproximavam dos líderes ou pastores e de seus interesses.

Contudo, na análise e reflexão sobre as convicções dos fiéis nas questões políticas, democráticas e percepção econômico-social e suas escolhas totalmente alinhadas aos pastores parece não se confirmar totalmente. Há um exagero por parte da Frente Cristã “de que o pastor controlava o voto de seus membros. Ainda há políticos (e jornais) não-evangélicos que não perceberam que o voto evangélico de cabresto não existe” (Freston, 2006, p.141). Tendo em conta isso, o dilema entre o martelamento dos pastores nas igrejas e a autonomia do fiel em suas escolhas políticas-econômicas com base nos princípios morais religiosos é objeto de análise e reflexão a seguir.

4.2 ENTREVISTAS – MEMBRESIAS EVANGÉLICAS

Nesta parte do trabalho apresentaremos as posturas dos membros das igrejas entrevistadas seja de ADCSF, IQLF e IURD, sendo que a primeira com características pentecostais e as outras duas neopentecostais, respectivamente.

4.2.1 Pautas morais: família tradicional, ideologia de gênero⁴⁸

Vimos no primeiro capítulo que o segmento religioso evangélico tem se colocado na defensiva às iniciativas de criminalizar a homofobia com argumentos morais e de costumes contra iniciativa sociais ligados aos direitos humanos que ao final é uma defesa do modelo patriarcal judaico-cristão. Nessa perspectiva, uma das entrevistadas é mãe de uma filha, mas

⁴⁸ Em relação ao termo “ideologia de gênero” quando tem sentido retórico de uma posição política e social estigmatizante será colocado em entre aspas e sem aspas seu sentido será de denúncia. Isso porque, “valeria afirmar: a ‘ideologia de gênero’ existe. Existe, mas não como descrevem os cruzados antigênero. A ‘ideologia de gênero’ é uma invenção vaticana. Um objeto construído e evidenciado pelo discurso que o denuncia. Um sintagma, um neologismo, um rótulo estigmatizante, um slogan, categoria política forjada para operar como arma retórica e para animar mobilizações em favor de um projeto de sociedade regressivo, antidemocrático e antilaico” (Junqueira, 2019, p. 138-39)

nunca foi casada e mora na casa dos pais. Segundo ela nunca quis se casar. Atualmente trabalha como assistente em consultório médico. Tem o segundo grau completo e frequenta a igreja duas a três vezes por semana, sempre nos cultos. Era católica antes de se converter evangélica. É da opinião de que família se constitui como a “base da sociedade. Pai, mãe e filhos” (Entrevistada A1: 45 anos). Porém, quando indagada sobre os outros modelos de família, como é o caso de casais homoafetivos. Após (breve silêncio) responde: “vai contra tudo que temos de princípio da palavra de Deus. Eu não consigo nem expressar a relação homoafetiva. Eles sabem que estão indo contra os princípios que é a palavra de Deus”. (Entrevistada A1: 45 anos). A resposta traz dois elementos de análise. O primeiro é a não aceitação das uniões homoafetivas⁴⁹ que permeia o discurso de segmentos religiosos ao menos nos últimos 30 anos. O segundo elemento é a hortodoxia que os escritos bíblicos ocupam na forma simbólica de poder. As respostas buscam em justificativas da tradição bíblica e nelas alicerçam uma prática social, seja de aceitação ou de negação.

Contudo, as ideias de família podem ter diferentes concepções. É o caso de outra entrevistada que afirma:

Para mim independente do seu seio familiar se tiver carinho, cuidado, integração essa é a família independente. Se são dois homens, duas mulheres ou uma mulher só. Independente da base familiar. Ter uma família é algo importante, independente do modo como aquela família foi formada. (Entrevistada A2: 22 anos)

Tudo indica haver maior abertura no que se percebe como família. Acentua a família mais no aspecto do cuidado entre os pares. A entrevistada acima é estudante de direito, está no nono semestre e trabalha como atendente em Telemarketing. A aparente abertura social e moral sobre família encontra barreira quando indagada sobre os textos bíblicos que fazem referência a Adão e Eva como modelo a ser seguido, segundo os evangélicos.

Então volto ao meu ponto de vista e entendo que existem hoje em dia vários tipos de família. Na bíblia quando a gente lê a família é formada por pai e mãe. Eu entendo e

⁴⁹ Essa ideia relacionada ao modelo de família é discutido por Almeida: “O discurso pentecostal traz limites à diversidade moral-comportamental. A homossexualidade é considerada como “degeneração moral” de homens e mulheres, por conseguinte, a união afetiva entre pessoas do mesmo sexo não pode constituir-se como família” (Almeida, 2017, p.24)

é o que eu acredito. Porém, entre o que eu acredito e o que as pessoas dizem, existe um abismo. Tanto social quanto ideológico enorme. Entre o que você acredita e o que as outras pessoas acreditam. Eu acredito que Deus criou o homem e a mulher e aqueles que fazem diferente não vão para o lugar que professando minha fé irei? Acredito. Mas acredito que todo mundo tem o livre arbítrio de viver melhor aquilo que entende para si. (Entrevistada A2: 22 anos).

Para a entrevistada a leitura não está nos tipos de famílias, mas no destino a elas reservado. A conduta diferente da tradicional, ou seja, pai, mãe e filhos é um livre arbítrio que cada um tem mas, segundo ela, não leva a salvação. Portanto, se Deus criou o homem e a mulher e aqueles que fizerem diferente não habitarão o lugar reservado aos justos e eleitos. Quando os pastores indicam o voto contrário à esquerda argumentam e alimentam nos fiéis um perigo que pode arrastar as famílias como um todo à perdição. A ideia do conservadorismo, como veremos mais adiante, está em manter a estabilidade nas relações sociais, ou seja, aquilo determinado principalmente como bem de salvação, isso porque perpassa a concepção de que Jesus está voltando e os seus eleitos devem estar preparados. Isso significa que a democracia social com a reivindicação de direitos e negados como os LGBTQIA+, a luta feminista entre outros tende a não ser aceitos, recorrendo a escritura de textos bíblicos que norteiam e pavimentam o caminho seguro a ser seguido. Assim, os textos das sagradas escrituras são mobilizados como trilha que indica segurança e certeza do caminho na graça de Deus.

As pautas ligadas aos costumes morais foram a tônica em muitas igrejas no período da campanha de 2022, ao ponto de no período de campanha, conforme apresenta uma entrevistada: “política que a gente teve nos últimos tempos foi um fanatismo muito exacerbado. O povo ia para a igreja não pela fé, escutar Jesus, mas para tentar guerrear naquilo da política. Levava aquilo a ferro e fogo. Cantando aquela musiquinha de política no altar” (entrevistada A2, 22 anos). Esses aspectos também se fizeram presentes no tempo de campanha eleitoral em 2022, nos locais de culto pelos pastores e lideranças da IQLF:

[...] só foca na questão política, na ideologia de gênero. Eles falam tanto naquilo ali que acabam fazendo uma lavagem cerebral na gente, se você não tiver uma opinião formada. Agora, se você tiver consegue separar as coisas direitinho. Foi o que a gente fez eu [...] e mainha. Não interferiu nada no que a gente acredita, no que eles falavam. Eles falavam e a gente dava nossas opiniões. Não interferiu em quem a gente votou e no que a gente acredita. (Entrevistada Q1, 37 anos).

Uma das características das Igrejas Evangélicas é a pluralidade de ideias e denominações religiosas. Porém, por mais que haja divisões internas, muito comum entre elas, constata-se forte unidade no discurso eleitoral entre as igrejas pesquisadas, salvo exceção, a Igreja Cristã do Brasil que se mantém distante da política eleitoral. Contudo, a construção paulatina de influir na política nacional, elegendo representantes no legislativo ou executivo tem sido articulado e, se mostra em sintonia nas mais diferentes denominações religiosas evangélicas, desde a constituinte de 1988, visto no primeiro capítulo desse trabalho e replicado de forma recorrente entre os membros das igrejas em Feira de Santana, como se constata nos depoimentos dos entrevistados.

A entrevistada Q1 não se posiciona como de esquerda. Tem renda em torno de dois salários mínimos e trabalha como auxiliar administrativo. A fato de não ser petista não a impediu de votar no PT. A sua postura política está numa posição nem totalmente do lado dos pregadores da igreja e nem totalmente dos partidos de esquerda. Isso porque nas eleições de 2018, confessa ter votado em Cabo Daciolo⁵⁰, candidato do Patriota, e ficou conhecido pelo bordão “Glória a Deus”, no primeiro turno. E, no segundo turno, ela votou em Fernando Haddad, candidato do PT, quando disputou em segundo turno contra Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL).

O Partido “Patriota” tem perfil conservador e religioso, cujo partido abriga o senador eleito pelo Rio de Janeiro Flávio Bolsonaro e foi sondado como partido de filiação de Bolsonaro para concorrer à reeleição presidencial em 2022⁵¹, sendo preterido o PL (Partido Liberal). O que podemos entender diante de alguém que vota em Daciolo, candidato de um partido de direita e em seguida vota em Haddad, candidato de esquerda? E na eleição seguinte 2022, para presidente, volta a se posicionar a favor da esquerda votando em Lula? Aqui podemos perceber que existe uma vinculação mais firme em torno das pessoas que se apresentam e são evangélicos. Nesse caso, não é tanto a consciência política, mas o sentido de pertencimento parece ter força nesse segmento de fiéis e eleitores. E isso transparece ao concluir: “Até então se falava que Bolsonaro era evangélico, mas na verdade não era. Batiam sempre nessa tecla, mas não era uma palavra convincente, porque tudo que falavam não era. E a gente já tinha essa

50 “Com uma campanha de poucas aparições públicas e R\$ 808 em gastos declarados à Justiça Eleitoral, o candidato do Patriota à Presidência, Cabo Daciolo, ficou em 6º na corrida presidencial, à frente de nomes como Marina Silva (Rede), Henrique Meirelles (MDB) e Alvaro Dias (Podemos)”. Fonte: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/08/cabo-daciolo-do-patriota-fica-em-6o-na-corrida-presidencial.ghtml> > acesso em 10 de abril de 2023.

51 Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/república/patriota-como-e-o-partido-no-qual-bolsonaro-quer-se-filiar/> > Acesso em 10 de abril de 2023.

consciência e não mudou muita coisa para a gente”. (Entrevistada Q1, 37 anos). A referência “batiam” é feita nas pregações e defesas da pastora Ana e do pastor Pedro que indicaram o voto aos fiéis em Bolsonaro.

Outra entrevistada da IQLF que trabalha como auxiliar de sala de aula dos anos iniciais e atualmente está finalizando o curso de pedagogia. Antes de se tornar evangélica era católica e petista.

Eu era PT morrendo, morrendo mesmo! Então eu lembro até uma época que apoiava um candidato que ele chegou em minha casa falando e querendo me conquistar para o lado dele e tal. Eu falava muito bem e defendia o PT. Mas quando eu comecei com a fé em Jesus na minha vida. Eu vi que tudo isso era em vão. Era mentira, eu estava sendo enganada pelo mal. Porque quando eu comecei a conhecer Jesus eu vi que o PT, no caso, era diabólico, eles aceitam coisas que não contém na bíblia. A bíblia é amor, nos traz princípios de família. (Entrevistada Q2, 41 anos).

A transformação no modo de pensar e se posicionar mostra uma guinada, deixando o apoio ao PT por considerá-lo ligado a coisas demoníacas. A mudança se dá concomitantemente com a participação da IQLF. A recorrência de utilizar a linguagem própria do campo religioso para atribuir a um partido ou pessoa, como é o caso de chamar de diabólica indica elementos que foram historicamente construídos até os dias atuais quando o PT ainda é apresentado como um “mal”.

A entrevistada acima referida tem o hábito de frequentar três vezes os cultos na igreja durante a semana. Se mostrou uma das mais fortes e enfáticas opositoras dos partidos de esquerda que segundo ela: “Esquerda já chama de uma coisa não muito boa. E quando eles dizem que não votem na esquerda, porque a esquerda não convém com as coisas de Deus” (Entrevistada Q2, 42 anos). Essas ideias remontam a eleição de 1989, entre Collor e Lula em que se mobilizou a linguagem do campo religioso como a demonização da esquerda e recomendar o voto contrário aos candidatos que recebiam a alcunha de esquerda, isso construído entre segmentos evangélicos a mais de 40 anos. (Camurça, 2020).

No entanto, o imaginário em torno de esquerda e direita não é consolidado entre todos os fiéis, inclusive que participam na mesma igreja. O entrevistado ao ser perguntado se os partidos de esquerda eram uma ameaça às famílias? Responde: “- Eu sempre votei no governo da direita, no PT. E esse governo da esquerda aí...” (Entrevistado Q3, 34 anos). E ao completar o questionamento quando você fala de esquerda está falando de Bolsonaro? Responde que “sim”. E completa: “- Para mim foi um governo que deixou muito a desejar no mandato dele. As coisas

ficaram muito alta. A alimentação mesmo estava com preço muito absurdo. E o Brasil como um país que fornece muito alimento. O pessoal mais carente estava com dificuldade” (Entrevistado Q3, 34 anos). A referência esquerda e direita parece para alguns mais uma caracterização ou expressão de linguagem nem sempre muito claro. Esquerda passou, vimos isso na trajetória do envolvimento de grupos, principalmente segmentos evangélicos, a representar um modelo de política, que alguns chamam de “inimiga visceral dos que se julgam representar a ‘maioria cristã’” (Mariano e Gerardi, 2020, p. 348). Isso com maior ênfase em Lula ou em seus representados no jogo das eleições, mas entre os eleitores e participantes de segmentos religiosos não é um conceito definido e sim uma representação, mais defendida por parte das lideranças do que entre os membros das igrejas.

Numa perspectiva marxiana buerdiésiana nas eleições há incremento na cesta de oferta de novos produtos típicos da época. As posturas morais de direita e propagadas nos cultos pelos pastores, principalmente em época de eleições, é um atrativo que visa convencer o consumidor a comprar as ideias de alguns candidatos, rejeitando os produtos de seus concorrentes, normalmente candidatos de esquerda. Nesse sentido, a não aceitação de famílias homoafetivas mostra resistência e que influem no modo de ver a política de esquerda e conduzir o voto contrário ao PT nas eleições, como bem afirmou uma entrevistada diante da possibilidade de aceitação social de casamentos homoafetivos: “Misericórdia. Eu creio que o PT vai acabar com nosso Brasil, infelizmente. Apesar de que a Bíblia tem que se cumprir”. (Entrevistada Q2, 41 anos). Nessa mesma linha temos outro posicionamento:

Deus tenha misericórdia! É coisa horrível! Eu acho horrível. Isso é uma coisa horrível. Isso não é coisa de Deus. Mas o mundo está ‘lascado’ com isso e nós não podemos fazer nada. Deixa eles lá. Agora que é pecado é pecado. O homem ficou para casar com a mulher. E a mulher com um homem. Não ficou de homem com homem e mulher com mulher. E ainda tem casamento. O que é isto? Os finais dos tempos. Deus não se agrada com isso. (Entrevistada Q4, 71 anos).

No sentido da *illusio*, ou seja, verdade incontestável, o mundo circundante é interpretado por um destino guiado por Deus através da palavra das escrituras. A política e as causas sociais não são vistas de forma autônoma que exige ação política cidadã, ao contrário, estão submetidos ao desígnio e predeterminados por Deus. Esse modelo em grande medida é construído pelos especialistas da fé, os pastores que são reconhecidos e a eles são dados o poder simbólico de traduzir e interpretar o projeto e apresentá-los como coerente e conforme o desejo de Deus. Por

isso, ao mobilizarem as escrituras para justificar o candidato “perfeito” e “homem de Deus” procuram fazer da política ou firmar posições contrárias através de instrumentos religiosos capaz de atingir os leigos que recebem e traduzem em sua prática social incorporada e muitas vezes em voto depositado nas urnas.

Como vimos, os valores bíblicos foram mobilizados nas eleições de 2022, por parte das lideranças para colocar as igrejas contrárias aos partidos de esquerda. Algumas conversões dos fiéis nas posturas políticas mostra o peso dos pastores e lideranças nas decisões e valores assumidos pelos fiéis. Segmentos das igrejas evangélicas em sua sistemática pregação contrária aos partidos de esquerda tem construído paulatinamente um aumento, rejeição e resistência aos candidatos de esquerda, principalmente em período de eleição, numa linguagem baseada em costumes e posturas morais. É o que se pode constatar em referência a ideologia de gênero, muito utilizado no período da campanha em 2022.

Para aqueles que não seguem a Deus isso soa como preconceito, não é um preconceito, mas eu tenho isso como uma forma de um diabo na vida de uma pessoa. Porque Deus jamais, na bíblia mesmo fala, Deus é contra tudo isso e isso para eles é uma coisa fundamental. Porque nesse sentido mesmo que eles são demoníacos. Não vai apoiar as coisas boas, mas vai apoiar coisas que não convém para a família. Deus não fez o homem para ficar com outro homem, ter relação com um homem? Deus não fez a mulher para estar com outra mulher. Deus fez um casal um homem e uma mulher. Tanto que Deus tirou da costela de Adão e fez uma mulher para que ele tivesse um ser, um homem e uma mulher. (Entrevistada Q2, 41 anos)

Os pastores, na divisão social do trabalho religioso, são os intérpretes das escrituras. Os textos são mobilizados muitas vezes de forma literal sem contextualização e, muito menos, atualização. Nessa ótica os escritos bíblicos se tornam o calabouço dos fiéis onde os pastores e lideranças aprisionam parte de seus membros, mediante a legitimidade a um discurso ou poder simbólico dos escritos considerados sagrados. “Porque a palavra de Deus não mente, a palavra de Deus é verdadeira. Tudo o que eu creio das coisas boas vem da palavra de Deus” (Entrevistada Q2). É a forma simbólica de poder compartilhada e reconhecida pelos membros do campo religioso.

A família tem um peso grande entre os evangélicos, como também se pode observar entre os membros da IURD, como “alicerce da sociedade” e deve ser “integralmente

preservada”.⁵² Não é à toa que o lema: “Deus, Pátria, Família” foi muito explorado pela campanha de Bolsonaro porque está na concepção de grupos religiosos e alguns partidos que assumem o lema como valor fundamental como forma de atrair segmentos religiosos. E, famílias integralmente preservadas, significa o modelo tradicional do casal descrito pelo livro dos Gêneses bíblico.

Nos cultos das igrejas da Universal, percebemos que os pastores articulam o ritual intercalado com momentos em que a esposa sobe ao altar para orar ao lado do esposo e pastor. O ritual ao fazer menção e apresentar o pastor com a esposa visa transparecer aos leigos o modelo a ser seguido, constrói imaginário de modelo ideal. Desse modo, a candidatura de Bolsonaro ao fazer referência a família monogâmica, traz para o discurso político elementos religiosos, ou de costumes e morais das igrejas para consolidar o apoio político e eleitoral.

Nas entrevistas com os fiéis percebemos que existe a resistência ao tema família que não seja a tradicional. Os segmentos evangélicos tem em alta conta o modelo de famílias monogâmicas, ou seja, homem, mulher e filhos. Nesse sentido, diante da pergunta o que representa a família, a entrevistada responde: “A família é uma bênção. Pode ser filho, marginal, traficante. Tudo pode ter mas é a família da gente. [...] Só porque tem um errado na família a gente não vai acolher? Tem que acolher, chamar e dar conselho” (Entrevistada U2, 66 anos). A entrevistada é aposentada e trabalhou como cozinheira em casa de família. Ela reconhece que a família não está livre e pode ocorrer desvios de conduta, mas entende que o vínculo familiar é fundamental e abençoado por Deus. No entanto, ao ser perguntada como compreendia outros modelos de famílias presentes na sociedade.

Eu acho errado. Porque Deus fez um sexo só. Homem com mulher e pronto. Acabou. Hoje em dia tem os transvestis, viado, sapatona. Tudo isso a gente vê. A gente via antigamente isso? Não via. Hoje um homem casando com outro... [...] Eu acho que isso é coisa do diabo. [...] Homem foi feito para mulher e não para outro homem. (Entrevistada U2, 66 Anos)

Este ponto é extremamente delicado do ponto de vista da aceitação social por parte dos evangélicos. A entrevistada acima não sabe ler e frequenta os cultos regularmente, chegando a ir quatro vezes por semana em cultos da igreja Universal. Uma das justificativas da entrevistada

52 Folha < <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/teologia-do-dominio-entenda-o-que-e-e-o-papel-de-michelle-na-campanha/> > Acesso em 03/10/2023.

se dá no modelo bíblico relatado no livro dos gêneses com criação de Adão e Eva. O que funciona como um dogma, ou seja, se vale de argumentos que condicionam ao modelo de casal homem e mulher.⁵³ A leitura bíblica do texto do gêneses é utilizada como argumento e justificativa a negar o direito dos casais homoafetivos. Segundo ela os modelos diversos do casal homem e mulher é coisa do diabo. Essa ideia é compactuada por outro entrevistado que se referem aos casamentos homoafetivos como: “Isso é pecado. Ele não aceita. Como Deus não aceita a gente também não aceita. Homem nasceu para a mulher e a mulher para o homem. [...] precisamos chamar cativar para ver se eles saem daquele caminho e seguir o caminho de Deus” (Entrevistado U1, 68 anos). É bom destacar que há aspectos que formam a prática dos entrevistados por serem idosos, o que pode caracterizar uma forma de pensar mais conservadora. No entanto, entre os mais jovens há reflexo de um pensamento consolidado em torno do modelo de família: “Eu não acho certo. Porque Deus fez o homem para mulher e a mulher para o homem. Então para mim é isso aí. O que é fora disso não provém dEle”. (Entrevistado U3, 18 anos)

Reafirmamos que os aspectos morais e de costumes alimentados por textos bíblicos referendam a prática social. Desse modo, aceitar outros modelos de famílias significa compactuar com a atuação do diabo ou com o pecado na sociedade. Enfim, como o entrevistado U1 não sabe ler, esses textos e argumentos de referência bíblica contra as famílias que não sejam as tradicionais, foram sendo provavelmente inculcados pelos pastores nos cultos. Ou em outras palavras os especialistas na fé constroem e estruturam verdades que são incorporadas no discurso e na prática social.

Essas pautas dos direitos e grupos LGBTQIA+ tendem a ter forte resistência de segmentos evangélicos. Porém, quando perguntada se Lula era uma ameaça às famílias, a entrevistada U2 respondeu que “não”. Evidentemente a família que se referia era a heterogâmica. Lula chega a afirmar em 2017: “Eu quero reafirmar o meu compromisso com os LGBTs. Estarei ao lado de vocês combatendo todo e qualquer preconceito, construindo um mundo onde todos possam ser felizes do jeito que quiser ser feliz”⁵⁴. Essas e outras posturas adotadas pelo governo de Lula e Dilma, vimos no primeiro capítulo, tencionam com segmentos

53 O relato em Gêneses afirma: “Então Deus fez cair um torpor sobre o homem, e ele dormiu. Tomou uma de suas costelas e fez crescer carne em seu lugar. Depois, da costela que tirara do homem, Deus modelou uma mulher e a trouxe ao homem. Então o homem exclamou: ‘Esta, sim, é osso de meus ossos e carne de minha carne! Ela será chamada mulher, porque foi tirada do homem!’” (Gn. 2, 21-23). A união do casal é extremamente problemática do ponto de vista carnal. Uma vez que o homem se une consigo ou com a parte da qual fora arrancada de si. Podemos entender a união do mesmo com o mesmo.

54 Fonte: BRASIL DE FATO < <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/28/o-que-pensam-os-principais-pre-candidatos-a-presidencia-sobre-a-populacao-e-a-pauta-lgbtqia> > Acesso em 19 de julho de 2023.

evangélicos e tem fornecido elementos que colocam em oposição e confronto a esquerda com grupos pentecostais e neopentecostais. No entanto, no caso específico da entrevistada essas ideias não foram incorporadas. Assim, a postura de Lula frente aos segmentos sociais muitas vezes estigmatizados é considerada democrática, na medida que considera iniciativas populares ou de segmentos sociais com direito de convivência e respeito. Mas é a defesa dos direitos humanos e democráticos que tem alimentado oposições e modelos por parte de lideranças evangélicas que se autodenominam conservadores e não aceitam mudanças sociais e políticas fora do padrão familista, patriarcalista como afirmaram Mariano e Gerardi (2020).

Assim, um discurso que coaduna com modelos cristãos defendidos por segmentos evangélicos que se aliaram ao candidato de extrema direita, pode ser vista na postura de Bolsonaro quando afirma: "não iria [à parada LGBTQIA+] porque não participo de [eventos para] promover os maus costumes", "seria incapaz de amar um filho homossexual" e "ninguém gosta de homossexual, a gente suporta".⁵⁵ É claramente um discurso conservador antidemocrático e direcionado a agradar segmentos evangélicos, principalmente os evangélicos leigos. Portanto, os argumentos arregimentados pelo candidato de extrema-direita são de características morais e de costumes por ser mais facilmente compreendidos pelos fiéis. No entanto, o que se almeja em última instância não é a defesa de pessoas que congregam nas mais diversas igrejas evangélicas, mas é o voto para chegar ao poder e empregar uma política econômica voltada a atender os interesses de uma elite econômica. As eleições são um meio de alcançar o poder e manter os privilégios e a hegemonia econômica mediante uma política neoliberal.

Outro tema "ideologia de gênero" foi muito utilizado na campanha para eleição de Bolsonaro ao ponto de afirmar em seu discurso de posse em 2019: "Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre de amarras ideológicas".⁵⁶ Ao conchamar o povo no Congresso Nacional, já como presidente eleito em 2018, deu mostras de um combate à esquerda e aos grupos que defendiam a ideologia de gênero. Esse discurso foi retomado na campanha de 2022, sobretudo pelos pastores evangélicos nas mais diferentes igrejas. E diante disso, perpassa a ideia de que a esquerda fomenta uma campanha de ensino, principalmente nas escolas, das pautas "ideologia de gênero". "Eu durante

55 Fonte: BRASIL DE FATO < <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/28/o-que-pensam-os-principais-pre-candidatos-a-presidencia-sobre-a-populacao-e-a-pauta-lgbtqia> > Acesso em 19 de julho de 2023.

56 Carta Capital - < <https://www.cartacapital.com.br/politica/ideologia-de-genero-como-o-cla-bolsonaro-usa-internet-para-atacar-lgbti/> > Acesso em 27 de setembro de 2023.

a política, aqui em casa era um campo de discussão incríveis. A minha mãe mesmo fala ‘a que eles vão administrar os colégios’” (entrevistada A2: 22 anos), nesse caso, os partidos de esquerda.

Diante da campanha de “ideologia de gênero”, a fiel afirma:

Jesus amado! Esse é um dos assuntos que mais incomoda em relação do ministério infantil a igreja. É uma violência contra a criança. Uma coisa é depois que você se torna adulto que tem informação do certo e do errado e decide. Falando cientificamente não tem o cromossomo ou é um ou outro. Ideologia de gênero é uma violência (entrevistada A1:45 anos)

O incômodo da igreja é a propagação de que a esquerda visa incutir nas crianças a dúvida de gênero. E o que é pior, são aliciadas ainda quando crianças sem se descobrirem ou possam discernir entre o “certo e o errado”. E os partidos de esquerda são entendidos como “livres” no sentido de não impor regras de conduta ou limites. Soa como se o Estado governado pela esquerda não haveria limites. A esquerda é apresentada como um risco que deve ser evitado ou muitos evangélicos não querem correr. Por isso, os aspectos morais e de costumes ganham maior relevância, pois compreendem que é a conduta do fiel que será pedido contas no julgamento final.

É igual identidade de gênero. Uma criança, nesta parte o conservadorismo é muito importante, porque uma criança de 2 anos de idade ela resolve se identificar com outro gênero. Não tem como ela tem só dois anos de idade. Não tem caráter formado o que só acontece com 6 anos ou 7 anos de idade. Então isso não tem cabimento nenhum nesse ponto o conservadorismo é muito importante limitar esse povo, sabe. (Entrevistada A2: 22 anos)

A palavra conservadorismo é entendido como sinônimo dos partidos de direita. A entrevistada entende que os partidos de direita assumem para si o conservadorismo como a ideia de limitar condutas. As pautas das minorias muito próprio nos programas de governo de esquerda conflitam com a ideia conservadora. E essa postura ligada aos direitos humanos favoreceu de outro lado um discurso contrário ao movimento que ganhava força no congresso nacional como foi o caso 3º Plano Nacional de Direitos Humanos de 2010, esse plano que estava em discussão no congresso, mesmo com recuos em muitos pontos pelo governo de Dilma, não

foi o suficiente para evitar o mal estar e aumentar a desconfiança com os governos de esquerda por parte do segmento evangélico.

Por outro lado, quando o candidato de direita fala em “unir nosso povo” perpassa o sentido de uma fragmentação social e sem regras por parte dos governos de esquerda. Tudo leva a afirmação de um membro da IAD a escreve em seu livro intitulado *Quem tem medo dos evangélicos? religião e democracia no Brasil de hoje*: “Os conservadores se alimentam do medo. É o medo do comunismo, o medo da teoria de gênero, o medo da destruição da família. [...] O medo é a principal energia de um conservador evangélico. O que une esses medos é o medo do novo, do desconhecido”. (Siqueira, 2022, p.44). Os medos são criados na maioria das vezes pela própria liderança nas igrejas para tencionar os grupos sociais no interior da sociedade e servem como prato cheio de domínio seja local em seus templos, bem como aos interesses de grupos econômicos hegemônicos e neoliberais. Tudo isso, toma roupagem de princípios morais e de costumes fortemente atrelados ao princípio bíblico-religioso.

Além das questões de gênero, muito debatido em igrejas pentecostais e neopentecostais aqui pesquisadas em Feira de Santana a resistência ao uso da maconha bem como a não aceitação, mesmo diante da lei que permite o aborto em casos de estupro: “Mesmos assim eu não concordo. Tudo bem se tem seu filho e não pode criar, procure uma pessoa. Tem as creches. E tanta pessoas querem a doação” (Entrevistada Q4, 71 anos). O posicionamento travado nas eleições de 2022, em igrejas evangélicas em Feira de Santana é o reflexo de posições nacionais que se consolidaram na trajetória que envolve política e religião. Por outro lado, a postura não parte de um debate ético como propusera Habermas, mas de um condicionante que impede até as próprias agremiações políticas ou a sociedade civil muitas vezes discutirem o problema social, como é o caso do aborto.⁵⁷

⁵⁷ ‘Sou contra o aborto’, diz Lula após defender que ‘todo mundo’ deveria ter esse direito. Após críticas a sua fala na terça-feira, ex-presidente afirmou hoje que aborto existe ‘por mais que religião não goste’ e que tema deve ser tratado como questão de saúde pública” (CNN Brasil, 07/04/2022). Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/sou-contra-o-aborto-diz-lula-apos-defender-que-todo-mundo-deveria-ter-esse-direito/> > Acesso em 25/09/2024.

4.2.2 Escolha de candidatos evangélicos

O período das eleições de 2022, foi marcante o empenho dos líderes religiosos na campanha de convencimento contra a esquerda como em outras eleições anteriores. Em Feira de Santana se percebe os reflexos e desdobramentos de segmentos evangélicos que interligam o fio condutor da história desde a redemocratização. Isso é claro nas palavras da fiel: “Não. Os pastores fizeram. Eles deixaram claro o seu posicionamento político. Tanto os pastores quanto as congregações. Eu sempre ouvia o posicionamento deles: ‘há a gente não pode deixar a esquerda dominar nosso país’. Tem que ter Deus acima de tudo” (Entrevistada A2, 22 anos). Ela votou em Brandão candidato a deputado federal, (Podemos) mas não votou em Bolsonaro no primeiro turno. Porém, no segundo turno não votou em Lula e, sim, em Bolsonaro. “No primeiro turno votei em quem eu queria, mas no segundo turno votei em quem eu não queria”. Mesmo sendo da posição de que os políticos devem se empenhar em seu planejamento com “política pública. Tanto na educação, saúde, economia” (Entrevistada A2, 22 anos). Compreende, ainda, que o pertencimento à igreja não é determinante. “Não. O fato de ser ligado à Igreja não foi algo que... os ideais mais consistentes eram mais levados em consideração que a religião, sabe. O fato de só professar a mesma fé que eu não é algo determinante. (Entrevistada A2: 22 anos). Essas são posições que perfazem a conduta do agente social que é capaz de fazer escolhas contrárias a indicação das lideranças.

Contudo, outra entrevistada ao ser perguntada se houve campanha eleitoral por parte dos líderes ou dos pastores de sua igreja em 2022, a entrevistada responde que:

Não. No altar da minha igreja não realizou. Apesar de que meu pastor ele foi candidato a deputado federal. Mas ele deixou claro desde o primeiro momento quando estava acontecendo esse pleito, que no altar da igreja não seria lugar para apoio político. E assim foi até o final. Quando chegava alguma autoridade toda igreja ficava sabendo, porém no altar não tem partido político. (Entrevistada A1: 45 anos).

Segundo a fiel o pastor Brandão não fez campanha diretamente no altar da igreja, mesmo sendo candidato a deputado federal. Preservar o altar como o lugar do sagrado foi uma das estratégias do pastor. O problema é o fiel conseguir distinguir entre o pastor e o candidato, quando ele pregava. O pastor ao se tornar candidato e permanecer no exercício de seu ministério e de pregar como pastor induz seus fiéis eleitores no momento da eleição ao depositar o voto. O que pode indicar uma clara associação e apoio nas urnas. É uma estratégia sutil que preserva

os candidatos da igreja de se apresentarem como representantes de Deus na política e disputa pelo poder no Estado. Há a ideia de que o “irmão vota no irmão”, nesse caso o fiel que provavelmente vota em seu pastor.

Hoje a igreja em que a entrevistada acima participa congregam em torno de quinhentas pessoas. Segundo ela antes chegava a mil e quinhentas pessoas. Essa diminuição de fiéis não se deu por causa do envolvimento político, mas ligado a “escândalos sexuais”. Quando o pastor por um breve tempo deixou a esposa com quem tem filhos e foi conviver com uma fiel da própria igreja. Isso provocou, segundo os fiéis evangélicos, também de outras igrejas, a perda de alguns membros.

Ainda, na busca de perceber o engajamento dos pastores nas eleições de 2022, a resposta foi: “Não. Inclusive o que prejudicou a campanha do meu pastor. Não tinha posicionamento porque ele não foi para o altar falar” (Entrevistada A1, 45 anos). A campanha aconteceu de forma mais explícita em momentos fora do culto, em reuniões no salão da igreja. Porém, o fato de o pastor continuar pregando nas igrejas e não ter se licenciado mostra seu empenho em associar a religião e induzir o voto no “meu pastor”. Em todos os casos a tradição de lançar e apoiar candidatos perdura em muitas eleições o que mostra esforços que estão em sintonia com o projeto de eleger candidatos ligados a igrejas, sobretudo as pentecostais e neopentecostais.

Como a fiel alega que não chegou a participar das reuniões exclusivamente reservadas às discussões políticas eleitorais, porém nos cultos alegava-se aos fiéis escolherem os candidatos com base em princípios: “o pastor dizia que você iria votar segundo o que a palavra de Deus diz, direciona. Você deve seguir os seus princípios”. (Entrevistada A1: 45 anos). O chamado ao fiel é da ordem religiosa. E ao ser indagada de como escolhia seus candidatos:

(breve silêncio) Foi a partir dos princípios religiosos. Eu sempre votei em partido de esquerda. Porém, nas três últimas eleições eu mudei meu voto. A esquerda e direita tanto faz. A política não é séria, mas ela é necessária que o país seja governado. Aí você busca fazer uma escolha para fazer mudanças. Só sabendo que a política não é séria. (Entrevistada A1: 45 anos)

A sujeição e aceitação dos princípios religiosos apresentados pelo campo pela liderança religiosa, mostra a incorporação que molda o fiel entre o campo e o *habitus*. As escolhas eleitorais são compreendidas diante do modelo religioso. Logo, a prática social é a tradução e escolhas definidas pelo campo religioso. Quanto a distinção entre esquerda e direita não é precisada ou colocada em diferentes modelos de gerir o Estado ou a política. É mais a

representação na linguagem que os detentores do poder no campo religioso utilizam como referência seja de apoio ou oposição. O “tanto faz” dito acima pela entrevistada consolida um desinteresse em aprofundar as diferenças entre os programas de partidos de esquerda e de direita. A conversão da fiel até então católica para a Igreja Assembleia de Deus Cristianismo sem Fronteiras é acompanhada pela guinada no modo de votar em candidatos de direita. A “mudança” tem um lastro no religioso ou nas convicções formadas em espaço religioso.

Desse modo, diante das escolhas entre políticos voltados ao social ou membros da igreja a entrevistada entende que: “A segunda opção. Quem sabe esse, depois de ficar tão desiludida em relação à política. Ainda sou dessa percepção, quem sabe esse político vai ajudar muito a comunidade” (Entrevistada A1, 45 anos). O pensamento de votar em membros evangélicos é expresso: “Sim. Não me recordo se votei em alguém lá defendendo a bancada cristã. A minoria cristã, por sinal. [...] é necessário que ele esteja lá para contrapor. Tem que ter alguém para contrapor e ter oposição. (Entrevistada A1, 45 anos). E completa: “Acho importante. Apesar de achar que a política não é séria. Que ainda tem homens sérios que podem chegar lá e fazer diferença⁵⁸. E representar a comunidade evangélica com os princípios que a Igreja pretende”. A diferenciação como uma das marcas dos tempos modernos parece sofrer um desdiferenciação, em que igrejas evangélicas buscam subjugar a política aos seus princípios. Vimos no primeiro capítulo, que os segmentos religiosos evangélicos tem traçado objetivos de disputa do que chamamos de hegemonia social. O interesse não é só eleger candidatos ligados às igrejas, mas é disputar narrativas e modelos de sociedade.

Em outro olhar, a liderança da Igreja Quadrangular Labareda de Fogo em Feira de Santana fez a opção por dois candidatos específicos para deputados estadual e federal. Estes candidatos ligados a José Ronaldo do partido União Brasil e influente político da região. O qual já foi quatro vezes prefeito da cidade e em todas as eleições que participou elegeu seu sucessor.

⁵⁸ Os desvios de condutas e a conversão de muitas lideranças evangélicas que ocuparam mandatos políticos são perdoados pelos fieis uma vez que a mudança de vida está atrelada a ação de Deus; “Para as cúpulas das instituições religiosas tornam-se um “lubrificante” que perpetua a legitimidade de continuar na lida política, não só com as fraquezas, mas apesar delas. Já para as membrasias, enquanto comunidades fortalecidas na fé, significa impulsionar a esperança de gerar membros que representam certa “novidade” para fazer a “diferença” na política brasileira”. (Carranza, 2018, p.93). Vale salientar que a desesperança com a política é consolada com a esperança de votar em pessoas que superaram as tentações e são capazes de se mostrar como homens novos ou “políticos renovados” pela ação de poder do Espírito e a graça da fé. “Mesmo sendo indiciado como responsável de liderar o esquema sanguessuga Magno Malta, pastor da Igreja Batista e cantor gospel (PR), foi reeleito senador pelo Estado do Espírito Santo em 2010” (Carranza, 2018, p. 92). Mesmo ficando fora do senado nos anos de 2019-2022, se reelegeu como senador para o período de 2023-2031.

Os dois candidatos foram apresentados pela igreja como seus representantes: José Chico (União Brasil) e Carlos Geilson (Solidariedade). Assim, relata a apresentação dos candidatos na igreja sede do Panorama.

Os candidatos apoiados pela igreja foram Zé Chico e Carlos Geilson. Nenhum tem vínculo com a igreja, mas para receber apoio, houve a promessa como uma troca de favores. Se eles conseguissem a eleição fariam um serviço social lá no Feira VII. Então para eles fazerem esse serviço, precisariam o voto da região. Foi uma espécie de troca. E o pastor chegou a dizer que se eles ganharem a gente vai cobrar. E aí o pastor fez a campanha para eles, mas não conseguiram votos para se eleger. Isso porque hoje a igreja está mais consciente, tem mais informações e não é possível forçar uma pessoa a votar em alguém. (Entrevistada Q1, 37 anos).

Ambos os candidatos não chegaram a vencer as eleições. E, segundo a entrevistada, havia uma contradição entre a apresentação dos candidatos na igreja e seu vínculo com a própria igreja, ou seja, eles não pertenciam ao segmento evangélico. “Como pode ser apresentado como representante evangélico e não ser evangélico. Eles estão no lugar que os convém. Não adianta estar aqui entre os evangélicos e na outra semana na roda de samba entre o grupo de Candomblé” (Entrevistada Q1, 37 anos). A ideia muito forte de pertencimento parece um elemento muito importante para ela. Também para a entrevistada deve haver coerência no discurso e na prática, isto é, a igreja deve apresentar os seus candidatos o que inspira confiança. A “igreja está mais consciente”, diz ela e não basta a palavra do pastor ou pastora, a realidade deve ser compatível com a palavra.

Os argumentos na escolha de um candidato certo, quando se buscou colocar a prova o princípio do pertencimento, quais aspectos poderiam ser atribuídos nos candidatos certo. Este deveria ter princípios cristãos, como se pode observar:

Eles não exigiram de ninguém que votasse. Mas eles falaram do que era as coisas de Deus e o que não era. Eu mesma votei em pessoas que apoiam a palavra de Deus. Foi isso que a igreja pediu. Eu ser cristã, até falei isso com várias pessoas que são cristãs, mas a bíblia também diz que muitos serão chamados, mas poucos serão escolhidos. Muitos estão dentro da igreja, mas não vão se salvar. Muitos estão ali e fazem coisas que não vai agradar a Deus. Quando teve a política agora de 2022, eles citaram os candidatos deles, muitos não apoiaram, outros não gostaram votou até contra. Mas como já citei, muitos serão chamados e poucos os escolhidos. Não é porque está ali dentro da igreja que é um verdadeiro cristão. Um cristão de verdade jamais vota em uma pessoa que não segue a palavra do Senhor. (Entrevistada Q2, 41 anos)

O ponto que articula o entendimento político e religioso da entrevistada acima, gira em torno de oposição entre os salvos e os chamados. A ideia de nós (escolhidos) e eles (pervertidos) é mobilizado na linguagem esquerda e direita pelos pastores e fiéis. O paradoxo salvo e não salvo é a arena que articula as posições religiosas e se desdobram nas escolhas políticas. Os casos que fogem da dicotomia esquerda não salvo e direita salvos perfaz o caminho de uma leitura, suplantado a autoridade das escrituras ao discurso dos pastores. Mas, também se pode entrever na fala da entrevistada que os membros da igreja seguem escolhas próprias e contrárias àquelas sugeridas pelas lideranças. Isso mostra alguns eleitores evangélico não se deixam manobrar totalmente, existindo um grau de agenciamento social próprio do *habitus* que não pode ser visto totalmente como massa de manobra.

O envolvimento da IQLF em Feira de Santana se empenhou diretamente nas eleições de candidatos de direita ou atrelados aos tradicionais políticos da região, como é o caso de José Ronaldo, ex-prefeito de Feira de Santana. Perguntada sobre o período da eleição de 2022, as lideranças pregaram em favor de alguns candidatos, como isso ocorreu e o tamanho do movimento e aparato institucional que pode beneficiar em larga escala candidatos apoiados por segmentos religiosos.

O Zé Chico e Carlos Geilson foram apresentados no púlpito da igreja. E foi uma situação que a gente até achou deselegante. Porque estava em muito louvor e adoração a Deus, um louvor bem bonito, as pessoas chorando e sentindo a presença de Deus. Terminou e falaram vamos trazer aqui os representantes da igreja. Candidatos representantes da igreja para a eleição. Quebrou o clima, não era o momento, não tinha necessidade. Porque eu acho assim, púlpito, igreja é uma coisa muito séria. Você está falando de Deus e muitas situações complicadas ali em baixo, pessoas com a saúde abalada, com a mente abalada e todo mundo ainda louvando e passam a falar de política. Não é que política e religião não se misturam tudo se mistura, mas ali não era o momento. Eu achava que poderia fazer uma reunião num domingo à tarde e apresentar, mas não num momento de oração de louvor, de palavra. Misturou muito e aquilo ali para a gente.... Dava para ver no olhar das pessoas que aquilo não foi legal, não foi o momento certo. Acho que aquilo ali foi uma das principais coisas de eles não conseguirem votos porque não estava bem (Entrevistada Q1, 37 anos).

Os candidatos a deputados sejam federais ou estaduais tem um vínculo de maior proximidade e contato com as igrejas. Os candidatos utilizam a estrutura das igrejas e momentos de culto para realizar campanhas e pedir votos. Isso diminui os custos, ou seja, torna as campanhas mais baratas e desse modo eleva em grande vantagem diante de seus concorrentes que não dispõem do mesmo aparato. Para além da campanha em prol dos deputados, também ocorreu para o candidato a presidente Bolsonaro de forma explícita nas igrejas. As lideranças

defendiam o candidato do PL como “cristão” e “homem de Deus”. Nas palavras da pastora e segundo a fiel: Bolsonaro seria “o homem que Deus programou para ser nosso presidente por conta dos valores que ele sempre falava. E ele ia contra tudo o que a esquerda queria enfiar na cabeça dos cristãos” (Entrevistada Q1, 37 anos). Além disso, “não era corrupto e contra a ideologia de gênero” (Entrevistada Q1, 37 anos). Os argumentos da pastora em defesa do candidato de extrema-direita nas eleições de 2022, revela a esfera religiosa rompendo os umbrais do campo religioso e adentrando na esfera política ou pública. O impacto não se trata de apresentar um sentido ético que pudesse ser tomado como força transformadora da sociedade para o bem comum, mas direcionar e formar nos fiéis um sentido de sociedade onde o discurso religioso conservador seja hegemônico.

Nesse princípio, durante os cultos a pastora buscava explicar quais escolhas se aproximavam dos valores da igreja:

E quando eles dizem que não votem na esquerda, porque a esquerda não convém com as coisas de Deus. Será se esquerda vai ver que chega um filho seu e diz que vai namorar um outro rapaz. [...] É como eu já citei a palavra de Deus é que nos ensina o sim e o não. Eu não vou mentir aqui para agradar ninguém, só agradando a Deus. Essas coisas eu não aceito de forma nenhuma. E acredito que foi a única forma, ou uma das formas que os pastores explicam para a gente, que tem que saber o que é o certo e o que é o errado. (Entrevistada Q2, 41 anos).

Além disso, votar no PT e no Lula, segundo os argumentos da pastora: “iria fechar igrejas, ele era do Candomblé”. Mesmo diante dessas falas havia resistência contrária de outra fiel que dizia que “Bolsonaro não era evangélico e foi o próprio PT que fez as igrejas evangélicas se expandirem. Também, não se pode obrigar o Brasil a ser um país cristão. Isso porque o Brasil é um país laico” (Entrevistada Q1, 37). E, a entrevistada votou em Lula, Zé Neto do PT para deputado Federal e Jhonatas do PSOL para deputado Estadual. E outro entrevistado diz que para “deputado votei em Tom como troca de favor” (Entrevistado Q3, 34 anos). E para deputado federal não se recordava. Isso mostra em alguns casos que a eleição e escolha de candidaturas nem sempre seguem o recomendado pelas lideranças nas igrejas. Enfim, na busca de compreender a distinção entre esquerda e direita a entrevistada explica:

Acho que vem de muito tempo. Mas acho que os próprios pastores e os líderes criaram isso daí. O evangélico deve ser de direita com os princípios voltados para a palavra de Deus. Acho que isso mudou quando a igreja se voltou para a política. Antes ela

pregava na busca de salvar as almas, salvar as pessoas, falar da palavra de Deus. Mas chegou numa fase que se esqueceu disso dali e passou a falar de política. Vamos falar um pouco de Bolsonaro, vamos falar do que ele vai fazer. Aí acabou que não sabia o que tinha que fazer que era pregar e ficou focado na política. (Entrevistada Q1, 37 anos).

A palavra direita para segmentos religiosos tem mais a finalidade de garantir que os princípios morais de costumes cristãos permaneçam inalterados. E esses argumentos que sustentam determinadas práticas são mobilizados nos textos bíblicos escolhidos que muitas vezes tencionam a sociedade num modelo de conduta contrária aos direitos humanos.

Uma das perguntas da entrevista era no sentido de perceber o envolvimento das lideranças locais na candidatura de Bolsonaro em 2022. Isso também ligado ao uso das instituições ou locais de culto para a divulgação e convocação dos membros a votarem e/ou rejeitarem determinados candidatos. Diante da pergunta se na IURD onde a entrevistada participa houve manifestação favorável a determinados candidatos?

Eles queriam que eu votasse. Eu votei na primeira vez em Márcio Marinho. E queriam que eu votasse de novo em Bolsonaro. Não voto, porque a gente está passando necessidade. Lula ainda não conseguiu organizar a bagunça que Bolsonaro deixou. Bolsonaro é um miserável, matador, lazarento. Eu não quero conta com ele e nem minha família. E os pastores diziam tem que votar em Bolsonaro. (Entrevistada U2, 66 anos)

O voto indicado foi em Marcio Marinho (Republicanos) que se elegeu deputado federal e obteve 10.013 mil votos em Feira de Santana. E foi o quarto candidato mais votado em Feira de Santana⁵⁹. Outro candidato que a entrevistada diz ter votado a deputado estadual foi Binho Galinha (PATRIOTAS): 32.980 votos (10,40%) em Feira de Santana. Esse sendo o segundo mais votado em Feira de Santana. Binho Galinha tem presença forte no Bairro Queimadinha, onde também se localiza a Igreja Universal que a fiel participa. Mesmo afirmando que o Binho Galinha tenha recebido apoio da igreja, o candidato ligado a Igreja Universal é José de Arimatéia (Republicanos) é bispo da referida IURB e faz incursões e pregações nos templos mesmo depois de eleito como deputado estadual com 10.512 votos em Feira de Santana.⁶⁰ É de se notar que o deputado federal Marcio Marinho e José de

59 Fonte: < <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/10/03/eleicoes-em-feira-de-santana-ba-veja-como-foi-a-votacao-no-1o-turno.ghtml> > Acesso em 19 de julho de 2023.

60 Fonte: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/10/03/eleicoes-em-feira-de-santana-ba-veja-como-foi-a-votacao-no-1o-turno.ghtml> > Acesso em 25/09/2023.

Arimatéia ambos obtiveram pouco mais de dez mil votos. O que se pode supor um eleitor fortemente alinhado na escolha de seus candidatos. Como os dois são bispos da Universal isso pode indicar o poder de transferência de votos da Igreja para os indicados pela Universal.

Quanto a Lula do (PT) foi o candidato mais votado para a Presidência da República em Feira de Santana (BA), recebeu 221.406 votos, o equivalente a 64,03% do total da cidade. Por outro lado, Jair Bolsonaro (PL) foi a escolha de 35,97% dos eleitores e recebeu 124.354 votos⁶¹. No voto para presidente, como vimos acima, a entrevistada incorreu no segundo turno, a uma decisão, ou seja, contrária a orientação do pastor. Mesmo tendo votado no primeiro turno, justifica a mudança:

Bolsonaro foi uma pessoa que queria matar a gente. Bolsonaro naquela época da COVID que teve, o que foi que ele fez? Ele não tomou a vacina, matou mil pessoas, cavou aquelas valetas para colocar as pessoas tudo naquela valeta, está certo aquilo? Não está. O povo todo morrendo e ele fez a valeta e jogou todo mundo lá dentro como se fosse um bicho. Não! Eu não concordo com aquilo não. Ele tinha que sair do governo, ele ia matar todo mundo de fome. Inclusive ele estava dando arma para matar o povo. (Entrevistada U2, 66 anos)

Mesmo compreendendo que Bolsonaro “queria matar a gente” votou no primeiro turno em um candidato que repugnava. Isso revela duas questões básicas. A primeira que os líderes em parte influenciam na tomada de decisão dos eleitores. Por outro lado, os pastores não tem o controle total sobre as decisões dos fiéis, ou seja, em seus votos. É possível constatar um conflito entre o que a fiel percebe no candidato e a pregação por parte do pastor em relação ao candidato Bolsonaro, o qual segundo o pastor, e depoimento da entrevistada ele “iria ajudar a igreja”.

Outros, porém, já foram mais favoráveis, como o caso do entrevistado quando afirma em relação ao governo Bolsonaro que:

Ele não prejudicou os pobres. Porque muitas pessoas fizeram algumas coisas e ele não tirou da pessoa fazer. E tem uns ai que não dá oportunidade a pessoa e ele deu oportunidade para a gente. Agora, só que ele queria fazer coisas maiores, contra os grandões e eles viram que iriam ser prejudicados e ai. (Entrevistado U1, 68 anos).

61 Fonte : < <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/10/31/eleicoes-em-feira-de-santana-ba-veja-como-foi-a-votacao-no-2o-turno.ghtml> > Acesso em 19 de julho de 2023.

O entrevistado acima reconheceu que Lula foi bom em seu primeiro mandato. Afirma: “Lula quando entrou a primeira vez o que foi que ele fez, tudo de bom. O que ele fez de ruim, quando saiu botou essa Dilma. Dilma trabalhou e gastou demais” (Entrevistado U1, 58 anos). Aqui podemos entrever que o “gastou demais”, faz referência as pedaladas fiscais, argumento utilizado para encaminhar o *impeachment* em 2016. Os governos de Lula foram reconhecidos como bons. Isso pode ser interpretado a partir das fases apresentadas por Camurça (2020) e descrito no primeiro capítulo. Na segunda fase Edir Macedo se posicionou a favor de Lula, inclusive tendo como vice José Alencar que pertencia ao que se tornou no atual partido Republicanos comandado pelo bispo fundador da Universal. A mesma guinada se dá quando o mandato de Dilma é interrompido pelo Congresso Nacional em 2016 e se inicia a terceira fase com apoio a Temer e desembarque no governo de Bolsonaro. Além disso, podemos observar que por mais que Lula tenha o reconhecimento de ter feito coisas boas no passado, atualmente não é mais assim, o que leva o entrevistado a afirmar sobre o governo atual ao ser perguntado sobre a eleição de 2022:

Muita máfia, muita enrolação. E a nós cuidado porque vai rolar coisas piores ainda. Porque se Lula fizer o que ele quer fazer, até o Brasil vai entrar. Vai pegar uma moeda só e trazer para o Brasil, ele e aquele Maduro já estão brigando, aquele presidente da China já está diferente com ele. Ai os países vão começar a guerra e aos poucos está aí. A gente pagando pelos outros. (Entrevistado U1, 58 anos).

Está incutido um medo e intrigas com governos que normalmente são chamados de aliados e ligados ao comunismo, por parte de um discurso político de direita e de segmentos religiosos. Portanto, a mudança de postura em relação a Lula é muito clara, como transparece a guinada das lideranças da Universal e outros segmentos religiosos. E ao considerar Bolsonaro como pessoa que auxiliou os pobres indica aproximação com o discurso e postura de um dos líderes da extrema-direita no Brasil. Junto a isso, o envolvimento das lideranças religiosas em apoio a Bolsonaro é visto como ligada aos costumes:

Ao abraçar a pauta de costumes, Bolsonaro articulou-se com uma ‘base parlamentar evangélica’, bem como ao eleitor evangélico que sempre foi sensível a essas temáticas. O autor considera que os crentes já haviam migrado para a candidatura de Bolsonaro quando líderes como Edir Macedo, da Igreja Universal, anunciaram seu apoio eleitoral a ele uma semana antes do 1º turno (Luna e Gomes, 2022, p. 15).

Quando tomamos o *habitus* como elemento importante nas escolhas e decisões podemos compreender a diversidade de posições políticas e sociais que aparecem nos depoimentos dos diferentes fiéis. Porém, o campo religioso e o discurso mobilizados pelas lideranças tende a se tornar paulatinamente incorporado pelos fiéis. Quando as instituições assumem uma postura em defesa de determinados candidatos na maioria das vezes o fazem articulado com elementos fundamentais, como é o caso da argumentação mediante textos bíblicos. Mas, também são mobilizados argumentos que surgem de um contexto político ou sanitário. Diante da pergunta: Como faz suas escolhas políticas?

O que eu faço para escolher é o que eles defendem. Aquele que ajuda ou prejudica a obra de Deus. Que é a favor ou contra as coisas de Deus. Como no tempo da pandemia estavam aprovando uma lei de fechar as igrejas. E se tem alguém do nosso partido lá ele pode nos defender, ajudar a não fechar igrejas. (Entrevistado U3, 18 anos).

O peso da argumentação está em torno da “obra de Deus” ou “contra as coisas de Deus”. A política e as escolhas eleitorais tendem a assumir características religiosas, em outras palavras, a política é vista como serva da religião. E parece muito claro que pessoas do “nosso partido” são candidatos em Feira de Santana ligados ao partido Republicanos. Por outro lado, as leituras da realidade e dos candidatos são feitas pelos eleitores evangélicos que refletem e fazem um juízo de valor conforme sua capacidade e leitura social, ou seja, com autonomia de concepção. Na busca de compreender a tendência na escolha por candidatos que defendam pautas morais e de costumes, perguntamos o que a entrevistada olha no candidato ao votar.

Olho aquela pessoa que vai fazer algo por nós. Eu sou honesta, não gosto de mentira, de calúnia, não gosto de nada. Eu gosto da minha presença de Deus. Por isso eu vivo aí, com meus dois filhos e nenhum deu para errado, graças a Deus! Eu criei os dois em fundo de cozinha de patroa, ouvindo carão, ouvindo charada e comendo aquilo dentro de mim. E hoje com essa idade e nunca deixei meus filhos atoa. Sempre trabalhei em casa dos outros fazendo almoço e lavando roupa de ganho. Nunca ganhei ajuda de ninguém, nem de pastor, nem de pastora, nem de ninguém. E outra coisa eu não sei ler direito, mas não me comparo com quem sabe ler. Dei educação aos meus filhos dizendo por onde eles devem seguir. Criei sozinha. (Entrevistada U2, 66 anos).

A necessidade e vulnerabilidade social e econômica estampam a trajetória de vida da entrevistada. Podemos entender que a escolha tende a ser com candidatos que tenham maior

compromisso social e econômico. Isso de fato aconteceu, pois votou em Lula no segundo turno, mesmo tendo votado em Bolsonaro no primeiro turno sendo essa indicação do pastor. Mas o problema é não perceber que para deputado estadual e federal votou em candidatos alinhados com uma política liberal ou neoliberal, como é o caso dos Republicanos e com forte orientação religiosa. A intenção é de “alguém que olhe pela gente” e corresponde com as necessidades da fiel, mas entre a visão e o desejo social estão os pastores ou bispos que pregam o voto em si, como é o caso de José de Arimatéia e Márcio Marinho eleitos para a câmara Estadual e Federal pelo Republicanos, partido interligado com a IURD.

Quanto ao peso da indicação em candidatos ligados à igreja Universal parece ser muito forte em alguns eleitores e membros. Quando perguntado se a política era importante, o entrevistado responde que “sim”. Em seguida foi questionado por que? E a resposta foi: “Porque são eles quem mandam e a gente que vota. Ai devemos olhar os políticos. Se a gente não vê, eles podem fazer o que quiser e depois não tem mais como a gente reverter. A gente tem que olhar antes”. (Entrevistado U3, 18 anos). Como os eleitos ligados a Universal em Feira de Santana, seja deputados ou vereador são bispos ou pastores a expressão “eles mandam” pode ser entendido tanto ao ocupar o poder público quanto ocupar o espaço privado, ou seja, como indicação da igreja.

Outra entrevistada da Igreja Universal pode confirmar como eleitora em seus líderes religiosos e políticos. Foram várias tentativas até conseguir fazer a coleta na entrevista. Contudo, não avançamos muito quando o tema entrou em política. Foi logo cortando:

Eu particularmente não gosto. Eu tenho um.... assim eu não gosto muito de política, a verdade é essa. Então quando começa a falar de política. Eu não demando com ninguém, mesmo na igreja um gosta de tal candidato outro de outro e tal. Mas eu fico na minha. Não gosto porque não quero misturar as coisas. (Entrevistada, U4, 58 anos).

A entrevistada é costureira autônoma e se tornou evangélica da IURD a mais de 40 anos, através de um convite pela televisão. Relatou que tinha muitos problemas familiares que segundo ela foram sendo superados com as correntes de oração que ocorrem na igreja. Ela participa da catedral da IURD, localizada na avenida Getúlio Vargas em Feira de Santana que comporta mais de três mil pessoas. E durante os cultos aos domingos de manhã no horário de sete horas constatamos que participam cerca de duas mil e quinhentas pessoas. O culto é

intercalado com momentos de cantos, orações de curas e leituras bíblicas num ritual de uma hora e meia.

O curioso no depoimento acima quando afirma não gostar de política parece fazer parte de uma estratégia muito bem articulada por segmentos de igrejas evangélicas. Quando abordamos as fiéis de outras igrejas, elas se referiram à política ou ligada aos “profissionais da política”, definição de Weber, com as palavras “odeio”, “não gosto” entre outros termos. Ou ainda, ao ser perguntado como faz escolhas eleitorais responde: “O que eu vejo na política hoje é que todos são iguais. São todos iguais. Não tem nada de diferente. Todos prometem, prometem, só na hora, quando terminou ali acabou. É difícil um prometer e cumprir” (Entrevistado U1, 68 anos). Essa aparente ojeriza ou lacuna parece ser ocupada pelos pastores candidatos. Isto é, os políticos de oposição ou fora da igreja normalmente são rejeitados, porém os pastores e líderes candidatos não chegam a receber a total alcunha de políticos. Isso funciona muito bem como forma de controle dos fiéis e no direcionamento do voto. Por mais que a entrevistada acima declarasse não gostar de política e ao ser perguntada se foram apresentados candidatos no altar em momentos de culto pelos pastores. A resposta foi: “A deputado foi o pastor José de Arimatéia. E ele é bispo da Universal. E pastor bispo Marcio Marinho” (Entrevistada U4, 58 anos). E, ao se apresentarem alegavam que: “Eles falam que hoje em dia é muito difícil algumas coisas que dependem de políticos. A gente sabe que muitas coisas dependem dos políticos para estar ali a frente. O que eles falam é isso. Então sempre pede votos para o pessoal que são da igreja, porque eles já são de lá” (Entrevistada U4, 58 anos). A estrutura religiosa, nesse caso a Universal, tem força da eleger seus candidatos tendo como elemento central o voto dos membros da igreja.

Ao serem os pastores e bispos os candidatos não provocam estranhamento entre a Igreja e a política. A entrevistada vê de forma “tranquila” e sem “problema nenhum” os candidatos se apresentarem no altar para pedir votos. Tanto que é comum a “igreja sempre tem candidatos que são mesmo da igreja. Assim, vereador, deputados” (Entrevistada U4, 58 anos). Outro entrevistado ao ser perguntado se seria importante escolher candidatos evangélicos? Mesmo apresentado reservas de que o candidato deveria ser fiel as promessas de campanha ressalta:

E quando eles ganham foi o pessoal da igreja que ganhou, que votou. Porque é difícil uma pessoa de fora votar num evangélico. Vota, mas são poucos. É difícil. [...] Mas o certo mesmo é ser evangélico mesmo, porque o evangélico é quem busca salvação para as pessoas. É quem busca um lar melhor, é quem tira as pessoas do mal caminho. É quem tira o ladrão, os criminosos da cadeia. (Entrevistado U1, 68 anos).

Afirmamos acima que o campo exerce força na formação do *habitus*. A tomada de decisão seja por candidatos e nas eleições tem um espaço que cabe ao eleitor. O que se percebe acima na fala do entrevistado é a concepção de um modelo que se consolida dentro do campo, ou seja, a prática social está atrelada ao modo como o campo articula e forma sentido aos membros da igreja. Essa ideia pode ser completada na medida em que perguntamos: José de Arimateia é deputado, como o senhor vê a ação dele?

Eu vejo que toda eleição que é candidato ele ganha. Agora não vejo ele em bairro nenhum. Não vejo ele fazer nada por ninguém. Não vejo ele chegar dentro da igreja... como eu um dia, Deus sabe que eu falei isso, eu não menti e não estou mentindo. Teve uma reunião na igreja para cada qual dizer o que sentia. Eu não queria dizer nada, mas falei. ‘Venha cá porque nós que estamos aqui, que somos uma família e um cai doente, morre e não tem condições de comprar um caixão, por que a igreja não dá o caixão? Por que a igreja não socorre a pessoa que precisa de um exame. Como o deputado Arrimateia e Eli Ribeiro tem uma pessoa dentro da igreja e precisa ir para Salvador e não tem conhecimento nenhum de Salvador, não tem conhecimento com pessoa nenhuma, mas eles têm. ‘Mas o bispo Macedo dava o caixão e depois tirou por causa disso e daquilo’. Não tirou por causa, não. Aqui dentro nós somos uma família e quando um está doente é para dar socorro. Porque tem muita gente dentro da igreja que morre e a gente não sabe, vai saber quando enterrou. Muitos nem lá como o pastor vão. Nunca vi um deputado no enterro, nunca vi. (Entrevistado U1, 68 anos).

Essa fala é importante destacar porque demonstram dois aspectos. O primeiro deles é o voto que os citados deputado Arimateia e o vereador Eli Ribeiro da câmara de Feira de Santana recebem e sendo candidatos do Republicanos e representantes da Igreja Universal. O segundo aspecto, mostra a vulnerabilidade de muitos membros da igreja. E retrata as mazelas sociais e econômicas que muitas pessoas enfrentam em Feira de Santana, ou seja, a incapacidade de conseguir caixão para enterrar seus mortos.

4.2.3 O “voto econômico” e a preferência por redistribuição de renda

Esse ponto que chamamos de voto econômico é a busca de compreender as posições dos entrevistados referente à políticas de transferência de renda. O termo utilizado como redistribuição é o indicativo a perceber posições partidárias ou governos com visões de um Estado que direcione políticas públicas na busca de superar a pobreza. Ou seja, a “colocação da redistribuição em termos de direito à existência, implica a obrigação social de erradicação da pobreza” (Silveira, 1975, p.6). Tendo em vista que ideias neoliberais de Estados mínimos pouco

ou quase nada podem ou querem fazer para redistribuir a renda como forma de atacar as vulnerabilidades sociais e econômicas. Por outro lado, iniciativas nos governos do PT, como o Bolsa Família e iniciativas de taxação das grandes fortunas são exemplos ou iniciativas de transferência de renda que visam a erradicação da pobreza.

Diante disso, se percebe que o eleitor evangélico se coloca desacreditado na política redistributiva. O PT que busca taxar as grandes fortunas, ou seja, retirar parte da renda do andar de cima para investir no andar de baixo. Assim, diante da questão de taxar as grandes fortunas como forma de redistribuição de renda por via do Estado, por parte do PT a resposta foi:

Eu acho que é mentira. Não, na verdade que vai acontecer. Vai é taxar os mais ricos e o objetivo de taxar os mais ricos é ajudar os mais pobres? Eu vejo como uma mentira. O objetivo não é verdadeiro. O rico ficará mais rico. Não acredito em política. Eu não acredito neles. (Entrevistada A1: 45 anos).

A proposta de taxar os mais ricos vem sendo discutido entre os partidos de esquerda. A percepção por parte da entrevistada é que esse é um jogo ou discurso mentiroso. Não acreditar “neles”, partidos de esquerda, é se afastar e não se inclinar a apoiar projetos que visem minimizar a pobreza social e a desigualdade de renda. A iniciativa não é totalmente descabida, segunda a fiel, o problema é em não acreditar que os recursos serão destinados na superação da pobreza e até mesmo que ela afete verdadeiramente os detentores de alta renda ou os super-ricos. Contudo, coloca em dúvida a ação do Estado como propulsor de inclusão social.

Outra entrevistada entende que redistribuição de renda por via do Estado, ou seja, taxar as grandes fortunas é um caminho que deve ser seguido. Por mais que pareça uma leitura equivocada sobre quem paga imposto. Isso porque a população de baixa renda é mais penalizada pois consome toda a renda, a qual tem a incidência de impostos embutidos.

Sou a favor, mas das grandes fortunas mesmo. Porque sabemos que quem paga imposto é quem ganha de 5 a 30 mil reais, a classe média. Quem é pobre não paga imposto. Se pagar, vai pagar muito irrisório. Não é tão taxado. Mas quem tem grande fortuna é isento de 50 mil impostos diferentes. Não paga imposto. Para mim as grandes fortunas deveriam pagar imposto principalmente para investir. A gente tem a dona do banco Safra. Ela não paga imposto. E o lucro dela é enorme. A gente vê os jogadores fora do Brasil eles são processados por conta disso, como aqui no Brasil e eles sonham imposto eles vão morar na Europa e querem sonhar também. Passam tudo pelo tribunal. (Entrevistada A2, 22 anos).

O questionamento é a necessidade de investir em políticas públicas. A desigualdade de renda pode ser corrigida em grande medida taxando as grandes fortunas para investir, seja na educação e na saúde. Já foi dito acima que a entrevistada faz o curso de direito pelo Programa Universidade Para Todos (Prouni), com bolsa 100% gratuita. Esse programa foi criado em 2004, pelo então presidente Lula⁶². Por mais que reconheça que os governos devem investir em políticas públicas, dando exemplo de sua trajetória e estudos, isso não é suficiente para perceber como uma política pública implementada pela esquerda.

Eu acho que eles acabam sendo contraditórios. Muitas vezes se aponta o dedo e cai no mesmo erro. Aqui na Bahia teve muitos cortes de investimento tanto nas Universidades quanto nos municípios. Teve uma baixa enorme de renda. Tá bom que os prefeitos da cidade abusam dos valores e desviam mais do que investem na cidade. [...] todo mundo acaba sendo corrupto. Nas Universidade públicas está tendo uma baixa enorme de investimentos. Então como é que se falava que o outro partido não investia em políticas públicas e você vai e faz a mesma coisa?⁶³ Corta a verba da educação que você falava tanto. Então não pode cair em contradição. Tem se agarrar naquela tábua da salvação. E quando um partido faz aquilo que criticava no outro, perde muito a credibilidade. E foi o que aconteceu. A meu ver perdeu muito a credibilidade por você apontar o erro do outro e comete o mesmo erro. (Entrevistada A2, 22 anos)

Precisamos entender que a opinião da entrevistada não deixa de ter razão. Uma vez que em governos de Ruy Costa houveram cortes no repasse de verbas para as Universidade estaduais na ordem de 127 milhões, no ano de 2019, segundo a ADUFs⁶⁴. Isso é um demonstrativo de que a credibilidade ao partido fica comprometida. Isso perpassa a ideia de que todos os partidos são corruptos. Então tanto faz ou chega a dizer: “Para mim não vejo nenhum candidato certo. É um pior que o outro. Eu odeio política” (Entrevistada A2, 22 anos).

62 Fonte: Portal MEC <

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=205&Itemid=298&msg=1&l=aW5kZXgucGhwP29wdGlvbj1jb21fY29udGVudCZ2aWV3PWJ1c2NhZ2VyYWwmSXRlbWlkPTE2NCZwYXJhbXNbc2VhemNoX3JlbGV2YW5jZV09cHJvdW5pJmQ9cyZwYXJhbXNbzGVdPSZwYXJhbXNbyXRlXT0mcGFyYW1zW2NhdGlkXT0mcGFyYW1zW3NiYXJjaF9tZXRob2RdPWFsbCZwYXJhbXNbb3JkXT1wcg==>
acesso em 02/10/2023.

63 Fonte: Agência Brasil. Governo libera R\$ 2,44 bilhões extras para universidades - Verba foi viabilizada por emenda do gabinete de transição de Lula. Disponível em <
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-04/governo-libera-r-244-bilhoes-extras-para-universidades>
> Acesso em 12 de 09 de 2023. Os argumentos estão descolados da realidade política e das ações do governo Lula.

64 Fonte: < <https://adusb.org.br/web/page?slug=news&id=10347&pslug> > Acesso em 02/10/2023.

Há a percepção de que a realidade brasileira é desigual e mudar a fosso econômico entre ricos e pobres é quase impossível e parece ser consenso entre as entrevistadas. Porém, que a redistribuição venha pelo partido dos trabalhadores há controversas. A afirmação de que não acreditar na política faz parte do jogo de forças. Se de um lado os pastores pleiteiam vagas no congresso e, em outro, negam a política é uma alternativa de manter os fiéis em oposição a candidatos fora da esfera e jogo político implementado por segmentos religiosos.

Outra entrevistada Q2 é um exemplo de que a redistribuição de renda proposta pelo PT, seja mediante políticas públicas ou taxaço das grandes fortunas não tem peso em suas escolhas eleitorais. Por mais que receba menos do que um salário mínimo entende que a esquerda falta com a verdade. A política nos governos de esquerda parece não convencer a entrevistada:

Eu vejo esse governo. Eu falei com pessoas da igreja: não se enganem com a esquerda, porque muitas coisas eles vão oferecer em relação a achar que está fazendo tirando do rico para fazer para o pobre. Mas tudo isso é para enganar. Não é porque ele quer beneficiar alguém, as pessoas carentes. Isso aí foi uma forma de enganar as pessoas. Mas se fizer... é uma forma de enganar o povo. E na bíblia diz quando chegasse o fim dos tempos, quando Jesus estivesse para voltar, tudo isso iria acontecer. (Entrevistada Q2, 41 anos).

A leitura no tempo presente compreende que a esquerda incorpora as forças do mal, do enganador do povo como pré-anúncio dos fins dos tempos, ou seja, com a volta de Jesus. Essa ideia da volta de Jesus é muito presente em todos os fiéis das igrejas evangélicas entrevistados. Portanto, para eles todo o perigo deve ser afastado. O medo de se desviar e estar fora dos eleitos chamados parece articular o modo e a tomada de decisão também na política. Isso favorecendo o conservadorismo de direita e se afastando dos grupos de esquerda “mais livres” e progressistas, como afirmara a fiel da Assembleia de Deus Cristianismo sem Fronteira.

Ainda relacionado a taxaço dos super-ricos outra entrevistada respondeu: “Isso eu acho que não está dentro da lei. São coisas dos ministros para eles crescerem”. (Entrevistada Q4, 71 anos). Diante de compreender como a política do Estado poderia intervir na mudança social:

Não muda porque tem muitos coraçoes ruins. Se os coraçoes fossem tudo bom ou ruim ou igual tinha mudança. Porque quanto mais tem dinheiro, quanto mais rico, mais tem ganância. Tem uns que pensam em ajudar e melhorar, mas tem outros não. Muitas vezes mandam ir trabalhar. E muitas vezes tem que trabalhar mesmo e não pode só ficar esperando descer o maná do céu. Mas tem coisas que não pode, está doente. E eles só subindo pela cabeça dos outros. Por isso não quero saber de política

porque a verdade é essa. Não ajudam ninguém, não! Olha o Lula está rico, rico lá escondido. O Bolsonaro, todos são assim. Só querem enriquecer. (Entrevistada Q4, 71 anos).

Essas ideias estão muito ligadas ao desalento com a política e também a percepção de que a religião não deve indicar ou seus pastores se candidatarem aos cargos políticos. Desse modo afirma: “E outra coisa, seu pastor não pode entrar em política. Não pode pastor ser vereador e nem nada. [...] pastor não pode se envolver com política porque já tem a missão dele com Deus”. (Entrevistada Q4, 71 anos). Aqui podemos perceber a resistência da fiel diante do que vemos acontecer um deslocamento de segmentos religiosos da esfera privada para a esfera pública. Porém, não parece tanto uma reivindicação baseada no princípio da laicidade de separação ou nos limites da cada esfera seja a privada e a pública, mas um sentimento de descrença na política:

Eles falham, Lula não prometeu tanta coisa boa aí. E disse que ia botar picanha na mesa do povo. [...] Ele está fazendo o que prometeu? Não! Nem ele nem Bolsonaro nenhum é meu abençoado. O único é Deus. Mas eu não acredito em política. E não é de hoje é de muito tempo. E até hoje eu não vi eles fazerem coisas boas nenhuma. (Entrevistada Q4, 71 anos)

Ainda na busca da opinião sobre taxar os super-ricos como forma de arrecadar fundos pelo Estado para investir em políticas sociais eis a resposta: “Não vai vigorar, não vai para frente. Ele não vai fazer isso nunca. Eles não vão tirar deles para dar para a gente. Como eles vão fazer se eles brigam para poder ter, eles vão tirar deles para dar para os outros?” (Entrevistado U1, 68 anos).

Na linha de entender a interferência do Estado na taxação dos ricos.

O rico não gosta do pobre. O rico só quer tirar o cascão de nós. É mais fácil um camelo entrar no fundo de uma agulha do que o rico entrar no reino dos céus. O rico quando tem uma fazendinha, uma besteirinha começa tirar dos pobres, manda até matar. A gente vai na casa deles, limpar tudo e ainda sai como ruim. [...] trabalhei na cozinha dos outros e fui igual escrava, me escravizaram muito nas cozinhas delas. Eu vinha para minha casa dez horas da noite. Eu saía da Kalilândia, chovendo à noite e eles com carro na garagem, nem para me dar um carona para o Campo do Gado Velho (Entrevistada U2, 66 anos).

Amais, a condenação eterna, segundo a entrevistada, é o destino reservado para aqueles que exploram o pobre economicamente. Em certo sentido interpreta que a exploração e humilhação sofrida serão reparadas por Deus infligindo a exclusão dos céus os seus empregadores. Porém, com outros entrevistados a visão redistributiva da esquerda e até na política é vista de forma positiva. O elemento econômico, neste caso aqui, se mostra importante e tem seu peso nas decisões e posturas, mesmo para pessoas que congregam a mesma igreja, quando afirma: “Eu acho que deveria taxar mais para distribuir para quem precisa e diminuir a taxa dos mais pobres para a gente ter mais possibilidade de usar aquele dinheiro para as coisas pessoais da gente. Para ver se consegue ter alguma coisa na vida”. (Entrevistada Q1, 37 anos). É uma referência a desigualdade econômica muito presente em Feira de Santana.

4.3.4 Política pública: o bolsa-família

A referência à política pública que hoje voltou a se chamar Bolsa-família, e tem a finalidade transferir renda e combater a fome, bem como integrar direitos básicos como saúde, educação e assistência social.⁶⁵ E na busca de compreender a posição dos fiéis entrevistados constatamos que “são importantes. Mas não está efetivado como deveria para que essa redução da pobreza aconteça. Mas é necessária e importante” (Entrevistada A1, 45 anos). As entrevistadas da IADCF são favoráveis com a política Bolsa-família talvez por ser um programa de maior visibilidade e efetividade. O que induz ao apoio, mesmo com algumas críticas, principalmente de pessoas vulneráveis e ainda não alcançadas pelo programa.

Eu acho necessário, porém falta fiscalização. Porque tem casos de gente que não precisa e alguns não se enquadram na situação e que recebe o valor. É um programa social importante, porém ao meu ver precisa ser totalmente reformulado às pessoas que recebem. Porque tem gente que precisa e não recebe tem um, dois, três filhos e não recebe. E tem gente que não tem filho nenhum e recebe. Na época da pandemia existia o auxílio emergencial de difícil acesso. O projeto do bolsa família é bom, mas não gerido do jeito correto. (Entrevistada A2, 22 anos).

65 Fonte: < <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia> > Acesso em 02/10/2023.

Por mais que tenha apoio e reconhecimento por parte das entrevistadas isso não se traduz em apoio político. Ou seja, a inclinação de também se posicionar em escolhas de candidaturas que favoreçam a redistribuição perde peso em detrimento de outras candidaturas com menor interferência na economia e superação da pobreza por via do Estado.

Assim, na busca de entender os posicionamentos diante de políticas públicas do governo federal, ou seja, a indagação sobre a transferência de renda, mediante o Bolsa-família, eis a resposta: “Sim. Os seiscentos e mais o cento e cinquenta vai dar uma vida mais estável. [...] se os preços abaixarem as pessoas poderão comprar uma TV, um fogão, vão poder pagar a escola da criança” (Entrevistada Q1, 37 anos). O bolsa-família tem sido compreendido como uma política social importante por muitos entrevistados. Isso pode ser entendido pelo longo histórico, o que salta para além do discurso polarizador entre esquerda e direita populista e, também, pessoas ligadas ou elas mesmas já receberam recursos do programa.

Por outro lado, chama atenção que as políticas públicas são compreendidas ou provocam comodismo nas pessoas, ou seja, desvio de finalidade.

Eu acredito que esse benefício é mais para estou vendo aí um monte de jovem que não quer mais trabalhar, não quer mais ajudar nada. Esse dinheiro que o governo está dando é para os jovens ir para as drogas. Antigamente cem reais era um dinheirão, como é até hoje, mas para eles não é nada. Sabe por que? Porque esse dinheiro o governo está dando para os jovens irem para as drogas. E até as próprias mães que estão nessa vida. Agora se eles fossem mesmo trabalhar para viver, tenho certeza que eles iam ter uma vida diferente por saber que tem que trabalhar para ter aquilo e tudo mais. Ia ter que correr atrás. Mas, não. O governo está liberando para que os jovens e muitas mães desnaturadas e pais também ir para o mundo das drogas. Também não se pode achar que isso é um dinheirão, porque não é. Para uma mãe que está ali de verdade que trabalha, luta, não é. (Entrevistada Q2, 41 anos).

A alegação do comodismo também tem sido comum na maior parte dos fiéis entrevistados. Mesmo reconhecendo, em alguns casos a importância social e econômica do programa de transferência de renda, muitas vezes o foco está mais em problemas pontuais do que no reconhecimento de uma política pública importante e que reflete o compromisso de um partido de esquerda na superação da fome e da miséria.

Eu acho importante essa ajuda do governo, mas aí tinha que ter outras medidas para que as pessoas não se acomodassem com aquele dinheiro. Deveria ser algo provisório até a pessoa conseguir se restabelecer e ter seu dinheiro com seu próprio esforço. Também deveria vir com acompanhamento, com curso para preparar as pessoas para

ter sua própria renda. E não só dar sem promover um curso profissionalizante. (Entrevistada Q5, 48 anos)

Aqui a entrevistada que trabalha como técnica em enfermagem, percebe no bolsa família uma política importante, mas que deve vir acompanhada de outras possibilidades de superação da pobreza, entre elas cursos profissionalizantes. Levando em conta isso, uma das políticas atreladas ao Bolsa-família pelo PT é a permanência da criança na escola, ou seja, evitar a evasão escolar. Porém, na busca de compreender se a transferência de renda impacta na estrutura da família: “Eu tenho uma vizinha que tinha muitos filhos. E quando era indagada pela quantidade de filhos ela respondia ‘que cada filho que eu tenho, meloro minha renda, recebo um valor a mais’. Isso acabou atrapalhando. E muitas pessoas tem essa mesma visão” (Entrevistada Q5, 38 anos). Os exemplos, sempre pontuais, reverberam a ideia de que as políticas públicas provocam externalidades que interferem ou atrapalham a organização das famílias.

Essa ideia parece reverberar em outros entrevistados. O bolsa família como política pública de transferência de renda. “Não recebo. Foi bem e não foi. As mulheres hoje em dia só estão parindo por causa da bolsa família”. (Entrevistada U2, 66 anos). Além disso, explica: “o bolsa escola está servindo, mas tem muitos que não sabem usar. Usam em álcool, cachaça, cerveja. Muitas mães eu vejo, agora está errado Lula pegar e dar aos cachaceiros, tudo bebendo. E cada um ganha”. (Entrevistada U2 66 anos). No caso específico fazia referência ao “Auxílio Brasil” implementado no tempo da pandemia da Covid e, segundo ela foi feito sem critérios.

Outro entrevistado ao ser perguntado sobre a política pública do bolsa família pontua que: “É muito importante porque eu tenho muitos parentes de baixa renda que necessitam dessa bolsa família. Lá a minha mãe recebeu muito o bolsa família e ajudou muito a gente, fornecia alimentação em casa” (Entrevistado Q3, 34 anos). Ainda foi perguntado se vocês se acomodaram com o bolsa família?

Não lá ninguém se acomodou. Minha mãe tinha cinco filhos, cinco bocas para dar comida se não tiver uma ajuda do governo fica difícil. Lá nos plantávamos mandioca e batata para vender na feira. O pai sempre foi feirante. Naquele tempo era muito difícil, mas ele nunca deixou nada faltar dentro de casa. Não era do bom e do melhor. (Entrevistado Q3, 34 anos)

O entrevistado acima morava no interior de Brejões, município do Sertão baiano. Reconhece no bolsa família uma importante política pública que auxilia no complemento da

renda. Esse entrevistado ainda, declarou que votou em Lula na última eleição, mesmo que a pastora tivesse recomendado o voto em Bolsonaro. Os motivos alegados em votar em Lula foram: “Na minha infância, no mandato de Lula lá na minha família a gente não passou necessidade ... Lá no interior depende muito de carro pipa e nunca faltou água porque o governo fez cisterna. Aquele apoio do governo com médico” (Entrevistado Q3, 34 anos). A história própria de cada um que Bourdieu chamou de *habitus* mostra que diante das decisões os agentes sociais mobilizam os diversos elementos que se traduzem numa prática social. O campo religioso afeta o modo de agir em determinados aspectos, como veremos em relação ao dízimo que se traduz ou retorna em prosperidade. Porém, nos aspectos políticos há tendência de o campo afetar em maior ou menor medida a depender da trajetória no transcurso de cada agente.

A entrevistada U4 afirma que conhece e “bem que gostaria de participar, mas... é boa”. Porém, faz uma ressalva da ideia de que alguns se acomodam ou “não sabem usar”:

Tem muitos que se acomodam. Essa é a verdade, mas tem muitos que necessitam dessa bolsa família. Ajuda muita gente, porque eu conheço pessoas que precisam mesmo. E conheço pessoas que nem precisam tanto, mas estão recebendo e se acomodam com isso. Das vezes em que eu recebi nunca me acomodei, sempre trabalhei. E eu recebia porque precisava. Tinha minha filha que era menor e eu recebia. (Entrevistada U4, 58 anos)

Como houve o “Auxílio Brasil, em breve período do governo Bolsonaro desse modo a diluição e da percepção ou diferença entre as políticas redistributivas de esquerda para a menor atenção social em políticas conservadores e de direita. Contudo, a desigualdade de renda ou as diferenças sociais são perceptíveis e mudar isso também perpassa pela escolha de partidos e políticos com forte apelo a redistribuição, não parece muito claro ao menos para a entrevistada. A política de transferência de renda por via bolsa-família a totalidade dos entrevistados veem com bons olhos. “Eu acho uma coisa boa. Tem gente passando necessidade e vai lá e ajuda. Mas as vezes esse valor não é suficiente. Então é melhor ela trabalhar e não precisar”. (Entrevistado U3, 18 anos). Desse modo, mesmo reconhecendo que é uma política pública importante por alcançar pessoas com necessidades, ela não é vista atrelada a um modelo ou a uma concepção de Estado, ou seja, uma interferência social com a finalidade de superar as necessidades básicas de pessoas economicamente menos favorecidas.

Ainda em relação ao bolsa-família é visto como uma política que auxilia as pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Para muitos é um riqueza e para muitos é uma pobreza. Porque tem pessoas que não merecem um centavo do bolsa-família. E tem pessoas que merecem ter tudo. Tem gente que tem tanta condição e recebe o bolsa-família. E tem outros que não tem nada e recebem. Eu conheço muitas pessoas que tem condições e recebem o bolsa-família. (Entrevistado U1, 58 anos).

Mesmo reconhecendo a importância do Bolsa-família a política pública ainda é vista como falha por se estender a pessoas que não necessitam. Mas, o entrevistado também percebe que a transferência de renda atinge pessoas que vivem em condições vulneráveis.

4.3.5 Teologia da prosperidade⁶⁶

A entrevista buscou compreender se a prosperidade ou sua falta se atrelava a um pensamento ligado a Teologia do Domínio, ou seja, quando o Estado brasileiro se tornar e ser governado por um cristão e, nesse caso evangélico, a prosperidade e o desenvolvimento iria acontecer.⁶⁷ O que encontramos foram ideias de prosperidade entre os fiéis da IQLF, com foco mais geral:

Ela sempre fala que a prosperidade não é só questão de ter uma vida de estabilidade. Prosperidade é também na saúde, física, mental. E fala de prosperidade de você buscar bens. Tem uma palavra de Deus que diz que todos vivam bem e bem não é só dinheiro, mas é saúde. Ela não só fala de prosperidade em bens e dinheiro, mas prosperidade de modo geral. Você ter bens com seu trabalho e ter uma saúde estável, ter sua saúde

⁶⁶ “A Teologia da Prosperidade – também chamada “confissão positiva”, “palavra da fé”, “movimento da fé” e “evangelho de saúde e da prosperidade” – afirma que Deus é o Deus da prata e do ouro e que pode colocar, facilmente, esses tesouros nas mãos dos fiéis. Assim, a posse de bens materiais é vista como bênção de Deus na vida de seu povo e mesmo como marca de espiritualidade. Já a pobreza, é explicada como falta de fé ou mesmo operação do demônio. A grande ênfase é na possibilidade do crente interferir nessa ordem. É comum a ênfase na fé expressa por meio da oração e da oferta e prática de exigir de Deus uma resposta. A Teologia da Prosperidade é, nesse sentido, como afirma Passos (2005, p. 71), “[...] a formulação mais madura do processo de controle ritual da salvação, centrada, por um lado, na experiência de fé individual e, por outro, na habilidade dos pastores em provocar milagres”. (Dias, 2018, p.90).

⁶⁷ Folha < <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/teologia-do-dominio-entenda-o-que-e-o-papel-de-michelle-na-campanha/> > Acesso em 03/10/2023. “Ao longo do tempo, no planeta Terra, o cristão perdeu o domínio sobre Sete Montes. E precisa reconquistá-los para reconstruir o planeta com base nos valores cristãos, para prepará-lo para o retorno de Jesus Cristo. Esses Sete Montes são: “Família, Religião, Educação, Mídia, Lazer, Negócios e Governo”. Essa ideia anacrônica compreende o domínio cristão desde o início da história humana, esquece de levar em conta justamente a história ou a economia da salvação, ou seja, a revelação da Trindade.

mental estável, física e espiritual, estar bem com as pessoas. (Entrevistada Q1, 37 anos).

A teologia da prosperidade é muito mais forte entre a Igreja Universal do Reino de Deus. Sendo um exemplo de prosperidade o próprio Bispo Edir Macedo. A graça da prosperidade, porém, não se dará enquanto se é empregado. O trabalhador não deve pensar em se tornar próspero sendo empregado. Deve largar o emprego e abrir sua própria empresa, segundo pensamento difundido por Edir Macedo (Freston, 1993). A prosperidade na IQLF é mais voltada ao âmbito pessoal, mas também ao econômico. Tem uma característica de contribuir e receber: “Então a prosperidade para a religião evangélica é uma forma de que é dando que se recebe. Não é que Deus cobre da gente, Deus não quer nada da gente, Deus tem muito mais. Tudo é de Deus, mas Deus gosta de quando a gente é grato a Ele” (Entrevistada Q2, 41 anos). O que acaba justificando a entrada e permanência do fiel, bem como a contribuição monetária aos cofres da igreja, que em última instância alimenta e conserva o poder econômico de muitas igrejas e pastores.

Outra ideia ligada a prosperidade ao ser perguntado se na igreja falam sobre a prosperidade? “Falam sim. É a devolução do dízimo é a prosperidade a proteção divina. No casamento, no trabalho. A proteção de sair de casa, nos livramentos. (Entrevistado Q3, 34 anos). E, diante disso, a pergunta a seguir o que mais impede as pessoas a conquistarem a prosperidade?

A bíblia fala que antigamente as pessoas ofertavam alimento, como naquele tempo não tinha dinheiro. Como hoje é o dinheiro tem essa devolução do dízimo. É a devoção que temos sobre a prosperidade do dízimo e aí Deus abençoa e abre portas, com problemas Deus vai lá e abençoa. A oferta é importante também, você ajudar e fazer um ato voluntário na obra. Abrir mão e ajudar na igreja. E isso de forma correta. Se você tem se você não tem pode ajudar de forma voluntária. (Entrevistado Q3, 34 anos).

Podemos destacar a fala em que diz: “É a devoção que temos sobre a prosperidade do dízimo”, acima revela o sentido da *illusio*, ou seja, os elementos incontestáveis que dão sentido a prática social. O dízimo ao invés de ser um peso econômico se torna e toma um sentido de proteção divina. Ele não tem só o sentido de manter a estrutura da igreja funcionando, muito

além, se torna um sacrifício agradável a Deus que retribui com as bênçãos da graça e proteção divina. Portanto, a prosperidade tem uma ligação com o trabalho em vista de um futuro melhor:

Tenho que lutar para ter. Cada qual tem que ter seus esforços, ter trabalho. E é Deus quem vai abrir aquela porta. Todo mundo quer ser próspero, quer ser feliz. Quem é que não quer ter um trocado, um carro, ter seu emprego, ter uma coisa boa para si e sua família. E as vezes dividir com seu irmão. Porque nós não podemos só pensar em nós. (Entrevistada Q4, 71 anos).

Enfim, a justificativa que muitas vezes é colocada da necessidade de evangélicos entrarem na política e eleger candidatos cristãos para que o Brasil se desenvolva e as pessoas sejam prósperas, não foi perceptível entre os pesquisados da IQLF. Portanto, a fala de Bolsonaro ao afirmar que em seu governo uma vez livre da esquerda o “Brasil se tornaria uma grande nação” pode ser interpretado como um discurso mais localizado ou de alguns setores religiosos de outra regiões.

Além disso, a teologia da prosperidade visa testar até que ponto os fiéis atribuem o crescimento econômico como dádiva de Deus e menos ao desempenho de políticas econômicas. “Isso aí vai da fé de cada um. A própria bíblia fala que é dando que se recebe. Nós temos campanha de prosperidade. Faz a campanha e de acordo com sua fé, a gente chega lá”. (Entrevistada U4, 58 anos). Está mais como um ato de fé e de retribuição e crescimento da igreja do que propriamente um pensamento arraigado dos tempos judaicos onde o religioso abarcava todas as esferas sociais entre eles o desenvolvimento econômico ou a prosperidade. “Eles falam que se a gente der o dízimo que vai prosperar e vai abençoar, abrir as portas. O dízimo que é de Deus e não pode faltar de dar o dízimo, pode ser o tanto que for. A oferta ele pede muito também. Nós temos a obrigação de pegar o dízimo e dar”. (Entrevistada U2, 66 anos).

Outro fiel afirma que a prosperidade vem conforme o esforço de cada um. Assim, afirma:

Deus dá a prosperidade do jeito em que a pessoa segue a Ele. A gente pede a Ele ‘meu Deus fazei por nós’. Aquela prosperidade Deus prospera e dá. E a pessoa tem que seguir tem pessoas que querem isso e isso, mas eles não seguem não fazem, então por que vai ser prosperado? Ele não vai prosperar, porque não tem coragem de batalhar para prosperar. ‘Eu quero ter uma casa, mas só que fico sentado pedindo a Deus. Deus vai conseguir a casa? Ele tem que batalhar para conseguir a casinha dele.

Então quando ele faz Deus prosperou. Tem uma rocinha, vai lá faz sua rocinha, Deus. Está seco e Deus manda água e vai e prospera. De cem reais, tendo a mão boa, você faz mil, e prospera. (Entrevistado U1, 68 anos).

A prosperidade está ligada ao trabalho. A justificativa para aqueles que não prosperam é a falta de esforço. Mas, em última instância quem consegue é porque Deus fez a pessoa prosperar, ou seja, aos seguidores é dado a prosperidade. Além disso, a prosperidade está ligada a conquista e crescimento econômico. O tema da prosperidade é realizado em cultos semanalmente. Perguntado se em sua igreja fala muito da prosperidade?

Fala. Lá tem. Todas às cinco horas da tarde ele fala. Segunda é da prosperidade, terça é da saúde, quarta buscar o Espírito Santo para fortalecer a alma. Quinta-feira é pela família e a noite pela vida sentimental. Sexta-feira que é o dia da libertação, sábado as causas dos impossíveis e domingo do Espírito Santo também. (Entrevistado U3, 18 anos).

Os dias de segundas-feiras o tema é diretamente com a prosperidade. E ao ser indagado o que é falado sobre a prosperidade lá na igreja? “Ele fala assim, para o milagre acontecer a gente precisa ouvir e obedecer a palavra”. E ainda perguntado como seguia o princípio da prosperidade? Eis que responde: “Para algumas pessoas pode demorar. Tudo depende da questão, da obediência, da perseverança, da fé da pessoa”. (Entrevistado U3, 18 anos). Portanto, a prosperidade é uma garantia, mas depende da “fé da pessoa”.

4.5 ROTEIRO DE PESQUISA – A TEOLOGIA NAS PREGAÇÕES NOS CULTOS

Este item é um relato das visitas feitas nos templos das igrejas do Reino de Deus, Evangelho Quadrangular e Assembleia de Deus. Na primeira parte buscamos descrever e analisar o olhar dos fiéis ou seus reflexos e visões políticas e seus desdobramentos na sociedade. Nesta parte, compartilhamos um olhar etnográfico a partir de visitas feitas aos templos e participação nos cultos.

Os eleitos ligados ao segmento evangélico na “Câmara, vários celebraram sua própria reeleição, enfatizando manter compromissos com a defesa de bandeiras conservadoras, especialmente o combate à ideologia de gênero e ao aborto, bem como a defesa da família”. (Luna e Gomes, 2022, p.21). O sentido do conservadorismo está na pauta dos costumes entendido como esfera privada, ou seja, onde as igrejas e seus líderes reivindicam autonomia e

controle. Esse aspecto conservador de não querer que o âmbito até então privado como a família seja tema de toda sociedade e da democracia tem impulsionado uma defesa de se colocar contra a “ideologia de gênero”. Além disso, a leitura que se pode fazer é que o Estado não deve ser forte, porque isso implica no aumento do controle das famílias, ou seja, uma interferência na esfera que não deve pertencer ao Estado, segundo a concepção dos evangélicos pentecostais. Nesse sentido, a defesa do Estado mínimo perpassa pela concepção de que o neoliberalismo político tende a ser a melhor forma de governo. A disputa de narrativas na sociedade civil pelo segmento religioso chega com diferentes leituras e interpretações na política e escolha dos candidatos e planos de governo seja de esquerda quanto de direita.

4.4.1 Bispo e deputado: Visita ao culto na IURD no dia 20 de agosto de 2023

A igreja localizada na rua Intendente Abdon no bairro Queimadinha em Feira de Santana Ba. O culto iniciou às 7:00h. da manhã até às 9:00h. O pastor aparentava uns 40 anos de idade falava em um microfone atrás de um pequeno altar. Ele trabalha há 2 anos e quatro meses nessa igreja local. Nascido no estado do Tocantins. As falas se dirigiam aos 60 fiéis que participavam do culto sendo 80% mulheres. Como o culto era pela manhã se encontravam poucos jovens no culto. A pregação se voltava ao sentido da conversão e de alcançar o Reino de Deus. E o reino de Deus é vinculado a salvação, ou seja, reino e salvação são entendidos de forma similares. Portanto, conquistar o reino é conquistar a salvação.

Logo na entrada fica um homem vestido com blusa de manga branca que chamam de “obreiro”. São fiéis que trabalham gratuitamente pelo crescimento da igreja, como bem esclareceu o deputado estadual e bispo José de Arimatéia. E assim, a dinâmica do ritual estabelecido pelo pastor consistia em levantar as mãos, além de colocar a mão no coração.

Em determinado momento do culto entra o bispo da Igreja Universal e deputado estadual José de Arimatéia pelo Partido Republicanos. Ao entrar logo subiu ao altar e fez a pregação sobre ser ou não salvo. O pastor que pregava até então “cedeu” o microfone e ficava ao lado do bispo em posição de submissão e reverência. A fala ia no sentido de que a salvação como uma busca constante e ainda não garantida totalmente. Usava a expressão como espécie de indagação aprovativa dos fiéis; “sim ou não!” Instigando a resposta “sim” dos fiéis. Ao final desceu do altar e chamou os obreiros. Fez uma oração por eles e se referiu a lei aprovada do dia do obreiro e a homenagem feita na assembleia legislativa da Bahia. “Temos uma lei que marca o dia do obreiro no terceiro domingo de agosto. Vocês viam isso antes? Não viam. Hoje nós somos respeitados,” conclui Arimatéia. E ainda faz referência ao Marcio Marinho (Republicanos)

como deputado federal em Brasília. E ao sair antes de o culto acabar afirmou “que teria que visitar outras igrejas”.⁶⁸

Antes do bispo sair da igreja, uma das obreiras, enquanto o pastor dirigente retomava a pregação, levou até Arimatéia uma maquineta para transações de algum valor econômico em cartão de crédito. Suspeito que fazia uma transferência bancária para a conta da Igreja. Tudo isso feito na frente e a vista dos fiéis. De onde podemos entender que eleger políticos evangélicos é criar um ambiente favorável na defesa dos costumes evangélicos, mas também favorecer o crescimento econômico da Igreja via transferência de recursos adquiridos no exercício de deputado.

Enfim, após quase duas horas de culto entre um vídeo de depoimento de casais que resistiram a separação por causa da igreja e uma “súplica” em voz chorosa quando fiéis derramavam lágrimas sejam idosos e jovens. Apresentou a fotografia em projeção de Data Show do vereador Eli Ribeiro (Republicanos) para que todos os fiéis estendessem as mãos para abençoar o trabalho na câmara municipal de Feira de Santana, Ba.

Alguns aspectos podem ser colocados. O primeiro deles é a insistência na salvação e na prosperidade. A palavra prosperidade é recorrentemente proferida de tal modo que existem duas chamadas uma para a oferta e outra para o dízimo. Além dessas ao final é vendido o jornal da Universal no valor de R\$ 3,50 centavos. O dízimo deve ser de 10%. Um fiel da igreja afirmou enquanto voltávamos juntos a pé para casa: “se a pessoa tem 10 mil reais para receber deve dar um mil para a igreja”. E quando completou que os pastores vivem vida modesta, alguns chegam a ter um carrinho e só. Então “muitos acusam a igreja de explorar os fiéis, coisa que não acontece”, alega o fiel.

Nesse sentido, a Igreja Universal tem um sistema centralizado das finanças e a rotatividade dos pastores é uma forma de evitar desvios de recursos e mostrar aos fiéis uma vida despojada. O que alimenta o ciclo das doações dos fiéis sem provocar escândalos financeiros.

O segundo ponto, é a não separação entre a Igreja e o Estado. Os profissionais da política continuam sendo pastores ocupando os espaços nas igrejas em momentos de culto para divulgar e se consolidar como candidato defensor dos evangélicos. O fiel que diz amém ou sim ao bispo

68 “O deputado José de Arimateia (Republicanos) apresentou, na Assembleia Legislativa, uma moção de congratulações em homenagem ao Dia do Obreiro Universal, celebrado anualmente no terceiro domingo de agosto. Segundo Arimateia, a data tem um significado especial para a comunidade religiosa e ‘para aqueles que são tocados pelo trabalho voluntário e incansável dos obreiros da Igreja Universal’”. Fonte: < <https://www.al.ba.gov.br/midia-center/noticias/58859> > acesso em 21 de agosto de 2023.

Arimatéia e outros candidatos religiosos dificilmente vai deixar o seu líder espiritual longe do poder político. Isso porque a campanha é sistemática e permanente. Camuflar o interesse pelo poder é o deputado vestido de bispo é uma prática na Universal que tem surtido efeitos nas eleições.

Retomando o que foi abordado acima, é interessante que a fiel da IURD ao ser perguntada sobre a política:

Eu particularmente não gosto. Eu tenho um.... assim eu não gosto muito de política, a verdade é essa. Então quando começa a falar de política. Eu não demando com ninguém, mesmo na igreja um gosta de tal candidato outro de outro e tal. Mas eu fico na minha. Não gosto porque não quero misturar as coisas. (Marli, 58 anos, costureira).

Há resistência em relação a política. Podemos perceber que existem posições contrárias, mas isso não fica claro se é na igreja ou fora dela. Em todos os casos quando perguntada se algum candidato chegou a ocupar o altar para se apresentar como candidato na última eleição de 2022, ela responde afirmativamente. E que: “A deputado foi o pastor José de Arimatéia. E ele é bispo da Universal. E pastor bispo Marcio Marinho”. (Entrevistada U3, 58 anos). Por mais que a entrevistada afirme não gostar de política não vê contradição entre candidatos e pastor da igreja.

Em outra visita ao culto na igreja Universal situada na Getúlio Vargas, conhecida como catedral de Feira de Santana, no dia 27 de agosto de 2023. A igreja com espaço para três mil pessoas em domingo pela manhã das 7:00 às 9:00h. reuniu em torno de duas mil pessoas. A maioria formada por mulheres sendo o restante cerca de 20% homens entre idosos e jovens. O culto com o tema do novenário da cura. São nove domingos em que o pastor abençoa água e recomenda às pessoas beberem em casa durante a manhã e à tarde. Durante o culto pediu para as pessoas doentes beberem da água. Após chamou alguns a ficarem no pé do altar. E perguntou: “Você sentia o quê?” Um fiel responde: “Uma dor em todo o corpo e agora estou curado”. O ritual da cura é uma prática comum ministrado pelos pastores pentecostais e neopentecostais. A doença é entendida como uma entidade do mal que habita o corpo e a pessoa precisa ser libertada.

Mas o que chamou atenção nesse culto foi a presença de policiais fardados uns de alta patente e soldados, seja da polícia militar, bombeiros, polícia federal, e soldados do exército. A eles foi reservado um local próprio dentro da igreja e ao final do culto o pastor chamou todos

para subirem ao altar para receber a bênção dos fiéis e do bispo e deputado estadual José de Arimatéia (Republicanos). Reuniram a farda, a bíblia e o profissional da política. O ato final culminou com um café da manhã preparado para os agentes de segurança do Estado, o deputado e os pastores. A contradição está na presença dos policiais fardados o que fazem representantes ou ligados ao poder do Estado em igrejas? Talvez esteja nessas manifestações de culto aos militares que tem levado parcela da sociedade a reclamar a intervenção militar em possível golpe de Estado e ruptura do processo democrático instituído, como foi o caso em 08 de janeiro de 2023.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento nacional na política por segmentos evangélicos desde a redemocratização tem se mostrado uma escolha que se aprofunda de tempos em tempos nas mais diversas regiões brasileiras. Vimos que o deslocamento de posição seja de afastamento para a mobilização no política nacional inicialmente é mais reativa. A escolha de Tancredo Neves como presidente da república após a era militar reacendia uma suspeita historicamente construída, ou seja, o retorno da hegemonia da Igreja Católica que, em contrapartida, teria uma forte influência no poder político o que poderia dificultar a expansão evangélica no Brasil.

O segundo motivo que explica a irrupção e mobilização de grupos evangélicos na esfera pública é a tentativa de resistência a ameaça comunista no Brasil. A força ideológica do comunismo para a época era muito latente, sendo esse um dos discursos por parte dos militares para a destituição de João Goulart em 1964, e a instalação da ditadura militar. Porém, a postura de combate ao comunismo não se restringia aos grupos evangélicos. A Igreja católica foi forte opositora ao marxismo pela afirmação de que a religião era “ópio do povo”. O papa João Paulo II ao se colocar contrário ao comunismo e, junto a isso, o combate a Teologia da Libertação no Brasil, esta surgida na década de 1960.

Diante desse quadro, mostra que os evangélicos e os católicos se tocam, ao menos por parte de muitas lideranças religiosas, frente ao comunismo. Portanto, a irrupção de grupos evangélicos e mobilização política em torno de candidatos nas eleições tinha um lastro de defesa da fé ou contrário ao pensamento comunista, em grande medida fomentado pela cúpula da Santa Sé. Desse modo, podemos entender que os partidos de esquerda foram sendo caracterizados como comunistas e a compreensão por grupos eclesiais de que esses partidos adotariam uma antirreligião, ou fechariam as igrejas voltava sempre a tona, principalmente em tempos de campanha eleitoral.

Aos poucos, conforme a maior representatividade nas assembleias legislativas e crescimento do número de fiéis foi se consolidando um pensamento voltado à ocupação da esfera pública por segmentos evangélicos. A laicidade do Estado ao definir o modelo e coexistência das religiões em seu território num sentido de garantia legal sob o princípio de tolerância religiosa assume o princípio da garantia legal, sem distinção. No entanto, as esferas de poder do Estado passam a ser almeçados por grupos de igrejas como forma de influenciar a sociedade mediante aparatos da esfera pública. Quando se leva em conta que os diferentes campos disputam narrativas de poder, mas até que ponto à religião cabe o papel de influenciar e/ou direcionar o modelo de sociedade? Exemplos tem mostrado que o avanço da religião no poder temporal, nas instituições do Estado, pode provocar rupturas ao ponto de haver uma separação como o caso francês com maior ênfase no secularismo. E, nesses casos, a necessidade de repensar a religião, como asseverou Habermas (discutido por Camurça, 2020) ao entender que as religiões têm o importante papel na resolução de conflitos, mediante valores seja da solidariedade e do bem comum. Porém, essas alternativas propostas devem ser levadas aos poderes instituídos do Estado mantendo o devido distanciamento da coisa pública. A questão parece abrir um olhar significativo sobre as religiões. Por outro lado, é possível entender que o princípio de Estado democrático deve prevalecer sobre os interesses religiosos.

Junto a isso, a conquista de novos fiéis entre segmentos evangélicos perpassa pelo forte apelo emocional. As curas, pregações e cantos que visam tocar a parte das emoções têm sido campo fértil na conquista de fiéis. Em seu livro “Ruptura: a crise da democracia liberal” Castells afirma que “a política é fundamentalmente emocional” (Castells, 2018, p. 26). Esse aspecto, por mais que haja controvérsias, é um indicativo da força que a religião exerce no direcionamento político. Um dos pontos observados nas entrevistas foi o sentimento de perder-se ou se desviar do caminho da salvação mediante governos de esquerda. O medo de algo ameaçador, que supostamente pode atingir o fiel ou toda a comunidade e até a nação, tem sido inculcado e atribuído à esquerda por parte das lideranças evangélicas. Nesse sentido, o referido autor aponta que o “medo é a mais poderosa das emoções humanas” e completa: “Seus efeitos sobre a política são profundos, porque onde há medo surge a política do medo” (Castells, 2018, p. 29). Os medos de muitos pentecostais não se restringem às mazelas econômica, para além disso aos medos de “ideologia de gênero”, movimento feminista, grupos LGBTQ+ entre outros, vinculando isso ao caminho da perdição ou afastamento de Deus.

Nesse sentido, para os fiéis evangélicos pentecostais e neopentecostais a religião é absorvida através dos cultos. A prática de frequentar duas ou três vezes os cultos por semana, mostra a intensa participação dos líderes na vida do cristão evangélico. E quando esse segmento

evangélico utilizam os encontros de louvor para “fazer política” fomentam um discurso único muitas vezes ligados ao conservadorismo. A pluralidade de ideias e posições não são alimentadas, levando a criar um modelo fechado e único de olhar a política e seus partidos. Isto é, perpassa por segmentos religiosos a formação de uma cruzada contra grupos sociais que reivindicam mudanças sociais e de comportamento, ou seja, a intolerância e agressividade social cada vez mais latente, em muitos casos, é alimentado por posturas religiosas conservadoras.

Além disso, o governo de extrema-direita de Bolsonaro entre 2019-2022, mostrou que conquistas sociais são tênues diante do poder centralizador dos governos. A capacidade a desagregar grupos sociais, movimentos de lutas a exemplo do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), além de mudar a legislação previdenciária e, intervir fortemente na estrutura do Estado com privatizações, se mostrou de forma trágica no Brasil. A educação brasileira, o sistema de saúde e o fomento a divulgação da cultura foram negligenciados no referido período. Assim, mesmo que no pleito de 2022, tenha vencido um governo de esquerda, com proposta mais democráticas, por outro lado, cresceu e se consolidou parte significativa da população brasileira em defesa do autoritarismo e extremismo que não se pode deixar de perceber o que está em curso nos grupos e na luta pelo poder: “a extrema-direita ainda representa uma ameaça real à democracia”. (Löwy, 2015, p. 656).

Nesse sentido, a religião convocada por Habermas a contribuir com o desenvolvimento da sociedade e de modo especial com as instituições políticas no sentido de formar um Estado baseado na solidariedade e no bem comum, entra na esfera política não como guardião de uma ética social, mas como definidora da política, principalmente no que se refere aos direitos humanos. Encontramos na obra de Max Weber “Ciência e Política: duas vocações” em que alerta os leitores para um valor fundamental na política que chama de ética da responsabilidade. E essa se distingue da ética religiosa a qual se refere como a ética das convicções. E quando os políticos de extrema-direita assumem o espírito da ética da convicção são capazes de falar: “Não eu, mas o mundo é que é estúpido e vulgar; a responsabilidade pelas consequências não cabe a mim, porém àqueles a cujo serviço estou; não obstante, esperem um pouco e eu saberei destituir essa estupidez e essa vulgaridade” (Weber, 2020, p.154).

Desse modo, quando candidatos de extrema-direita assumem o discurso das convicções tendem a não assumir as responsabilidades frente as decisões tomadas, como foi o caso da negligência das vacinas da Covid no Brasil, por parte do então presidente Bolsonaro. E o que é pior, cooptou o Estado a serviço do neoliberalismo o que tem fomentado o aumento da pobreza em detrimento dos privilégios da elite. Em outras palavras, o Estado a serviço de transferir

renda e patrimônio nacional para uma “elite do atraso”, como a crítica proferida por Jessé Souza (2017).

Em Bourdieu encontramos a definição de *habitus* como construção que remonta o passado, o presente e a ação futura ou a prática numa ação conjugada própria da história de cada agente social e seu pertencimento ao campo. O olhar de segmentos evangélicos em oposição aos governos de esquerda e de modo mais incisivo ao PT é fruto da construção histórica que opera na memória viva atual. Os movimentos de grupos ligados aos direitos humanos, sejam as mulheres que buscam equiparação de gênero, os grupos LGBT não são fatos esquecidos no passado, eles são parâmetros de ações no tempo presente na escolha de candidatos conservadores de direita, ou seja, partidos que se opõem ao debate ou aceitação de movimentos reivindicatórios de autonomia da mulher, da igualdade de gênero, legalização da maconha, questões ligadas ao aborto entre outros. A leitura é antes feita a partir de uma posição religiosa e não em vista do bem comum. O que coloca em oposição e conflitos Instituições religiosas e o Estado democrático de direito.

As reflexões apresentadas nesse trabalho não visam apontar um caminho, são mais fruto de perguntas que surgem perante um olhar de estranhamento. Esse marcado por desdobramentos que se apresentam sempre novos diante da tessitura social ou marcados por novas disputas e aprofundamentos. Tudo indica que o momento é de crise, nas palavras de Antônio Gramsci, Cadernos do Cárcere afirma: “A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidas aparece” (in Przeworski, 2020, p. 25). Entendendo interregno como tempos nos quais se acumula a “evidência de que os modos velhos, familiares e testados de fazer as coisas já não funcionam; ao passo que seus substitutos mais eficientes ainda não são visíveis – ou são precoces, voláteis e rudimentares demais para serem percebidos ou levados a sério quando (e se) percebidos” (Bauman e Bordoni, 2016, p.122).

Contudo, buscamos entender as razões, argumentos e posturas dos fiéis evangélicos pertencentes aos segmentos pentecostal e neopentecostal em Feira de Santana, se restringindo a Igreja Quadrangular Labareda de Fogo, a Igreja Assembleia de Deus Cristianismo sem Fronteira e a Igreja Universal do Reino de Deus, na busca de compreender a defesa dos costumes morais que em última instância referendam políticas econômicas e sociais liberais ou neoliberais com base ou articulação em princípios religiosos.

Nesta perspectiva, algumas pistas podem ser vistas como bem aponta Almeida (2019) ao afirmar que no momento nos deparamos com diferentes desafios na sociedade em grande medida fomentado por segmentos religiosos. A primeira ideia perpassa pelo papel que deve ter

o Estado na economia. Constatamos que tem crescido o entendimento entre as pessoas comuns evangélicas pesquisadas a irrelevância do Estado no direcionamento de políticas públicas. Em outras palavras, muitos se dizem conservadores ou de direita pensando em partidos que não interferem na economia, ou seja, se ausentam de favorecer o bem estar social e deixam a economia sob os ditames do mercado. Por outro lado, as políticas de redistribuição de renda são criticadas como o bolsa família por tornar as pessoas acomodadas.

Acrescidos a isso, podemos destacar que a política, por mais que pessoas ligadas a Igreja Universal e Assembleia de Deus Cristianismo sem Fronteira tenham apresentado candidatos para as eleições em 2022 para as Câmaras legislativas, há manifestação de fiéis que não concebem a política como elemento importante na organização social e equilíbrio de forças na redistribuição econômica e direcionamento de políticas públicas com a finalidade de superar as desigualdades sociais e econômicas. Mesmo moradores no município de Feira de Santana onde a desigualdade e a massa de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza chega a 46%, em dados na Bahia no ano de 2023, segundo IBGE.⁶⁹

Vimos que Feira de Santana apresenta altos índices de desigualdade de renda e de violência. Além disso, a população vive em condições onde falta saneamento básico e as moradias são alagadas em períodos de chuvas intensas. O que mostra a vulnerabilidade da população. Mesmo nessas condições a escolha de candidatos que se perpetuam no poder é recorrente como é o caso do prefeito José Ronaldo (União Brasil) e de seus indicados, como Colbert Martins prefeito de Feira de Santana entre os anos de (2018-2024). Grupo que, segundo depoimentos dos entrevistados da Igreja Quadrangular Labareda de Fogo tem forte apoio da liderança dessa igreja, inclusive indicando candidatos a deputado, como foi a eleição de 2022.

Esses aspectos e a enfática defesa de candidato de extrema-direita nos púlpitos em momentos de culto colocam os segmentos religiosos pesquisados como empenhados a escolherem candidatos que defendem a menor participação do Estado na condução das políticas públicas e que possam favorecer mudanças sociais entre a população mais vulnerável. Desse modo, cresce o entendimento de que o crescimento econômico e mudança social passa pelo esforço e méritos individuais, e opondo-se “a políticas públicas e sociais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família dos governos Lula e Dilma. Tal política redistributiva, assim como outras, é percebida como clientelismo político e forma de acomodação dos pobres

⁶⁹ “Bahia tinha quase metade da população abaixo da linha da pobreza em 2023, aponta IBGE”. Disponível em < <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/12/04/bahia-populacao-abaixo-da-linha-da-pobreza.ghtml> > acesso em 26/12/2024.

para o trabalho”. (Almeida, 2017, p.13). Isso parece ter ficado bastante claro nos depoimentos do entrevistados.

Outro aspecto importante e, o mais destacado nessa pesquisa, é a relevância em torno da moralidade e aos costumes por parte do segmentos evangélicos (Araújo 2022 e Almeida, 2019). A crescente participação das mulheres em âmbitos acadêmicos e na vida sócia e no mercado de trabalho além de, mesmo em menor número, nas Câmaras de Deputados e no Senado, e na sociedade civil organizada tem feito significativo avanços de conquistas seja de direitos reprodutivos e sexuais no Brasil. Junto a essas demandas de lutas sociais a abertura por parte de governos Lula e Dilma tem, por outro lado, fomentado forte oposição de partidos e segmentos religiosos que se opõem ao debate, entendendo que questões de aborto, a luta de gênero e casamentos homoafetivos sejam prerrogativas da religião. Os temas ligados a esfera públicas, ou seja, da sociedade em geral são tencionados por segmentos religiosos seja de evangélicos quanto de católicos como tendo a última palavra. Assim cresce a ideia de que temas, como afirmara o bispo Edir Macedo de que igrejas evangélicas não devem conceber o Estado como regulador em questões estritamente religiosas. “O Estado não deve ser instado a tratar desses temas, mais especificamente: o ensino religioso, a homoafetividade, o aborto e as pesquisas com células-tronco embrionárias”. (Almeida, 2017, p.19).

Enfim, o que se mostra conflitante é a disputa na esfera pública na medida em que o movimento religioso em via de regras visa implantar uma conduta social com viés religioso, ou seja, a “esses evangélicos têm interessado a disputa pela moralidade pública (Casanova, 1994). Não somente a proteção da moralidade deles, mas a luta para ela ser inscrita na ordem legal do país”. (Almeida, 2017, p.18). Por isso, o forte empenho por parte de instituições religiosas elegerem deputados com prerrogativas legislativas, ou seja, propor e defender leis que tenham viés morais e de costumes religiosos. Por outro lado, a participação política do país fica alheia a um movimento de engajamento e expectativa de mudança por via da política. É perceptível através da referência a escolha eleitoral fica, como afirma Almeida, ao “nível da casa, da família, dos laços vicinais, religiosos e de trabalho, em suma, o plano das relações interpessoais cotidianas. Penso aqui no brasileiro mais ordinário, que participa pouco da vida política do país e pouco se informa sobre os atores e a dinâmica da política”. (Almeida, 2019, 189-190).

Nesse sentido, as eleições de 2022, foram marcadas pelo forte empenho, discussão e direcionamento seja da membresia quanto das lideranças. Sendo as escolhas na maior parte das vezes por candidatos de direita ou extrema direita. As eleições entram menos no rol da perceber o Estado com a função de direcionar políticas públicas e fomentar o bem comum, mas na

escolha de candidatos que defendam os costumes e princípios morais de cunho religioso e conservador.

Em suma, durante as visitas em templos de igrejas evangélicas durante os cultos, era perceptível que os rituais religiosos conduzidos por pastores e pastoras com habilidade de impostar a voz, ou seja, momentos em que o tom era mais incisivo ao falar da ação de Deus que agia na membresia ou para determinar que os demônios que atormentam ou provocam males na vida dos fiéis seja retirado ou expulso do corpo da pessoa. Esses aspectos que envolvem o emocional tem lugar na liturgia. Isto é, a fala assume o tom suplicante a Deus. O que nos leva a concordar que “segundo Simone Bohn (2004 apud Mariano; Hoff; Dantas, 2006), por serem os fiéis uma clientela eleitoral mais exposta à autoridade dos dirigentes eclesiásticos, transferindo-se a autoridade pastoral à autoridade política, e por sua assídua assistência à igreja” (Carranza, 2018, p.94). Assim, sendo as eleições de 2022, marcadas por um intenso empenho na indicação do voto em candidatos de direita e extrema direita por parte dos dirigentes das igrejas evangélicas tem mostrado que o voto nas eleições tem ganhado aderência numérica e junto a isso, atrelado a um modelo de sociedade marcada pela moralidade e costumes e a crítica do papel do Estado no bem estar social.

REFERÊNCIAS

ADUSB. 2020. Governo Rui Costa corta mais de R\$ 127 milhões do orçamento 2019 das Universidades Estaduais.

Disponível em: <https://adusb.org.br/web/page?slug=news&id=10347&pslug>. Acesso em 02/10/2023.

AGÊNCIA AL. 2015. Sessão homenageia os 63 anos da Igreja do Evangelho Quadrangular no Brasil

Disponível em: < https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/sessao-homenageia-os-63-anos-da-igreja-do-evangelho-quadrangular-no-brasil > Acesso em 02/10/2023.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estudos CEBRAP*. SAO PAULO, V38, n. 01, p. 185-213, JAN.–ABR. 2019.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. *Cadernos pagu* (50), 2017. Disponível em<

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/Cr9ShrVJbCWsDHMrxTDM3wb/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em 10/12/2024

ANDRADE, Péricles. Agência e Estrutura: o conhecimento praxiológico em Pierre Bourdieu. **Estudos de Sociologia**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. V. 12, N. 12, jul/dez. 2006. p. 97-118.

ANDRADE, Péricles; PESSOA, S. L.; SILVEIRA, E. J. S.. No caminho de uma teoria da religião em Bourdieu: as apropriações marxianas. **HORIZONTE: REVISTA DE ESTUDOS DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO (ONLINE)**, p. 775-800, 2019.

ARAÚJO, Victor. A Religião distrai os pobres? Pentecostalismo e o voto distributivo no Brasil. Tese de doutorado, **Universidade de São Paulo**. 2019.

ARAÚJO, Victor. **A religião distrai os pobres? O voto econômico de joelhos para a moral e os bons costumes**. São Paulo, Edições 70, 2022.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Pastor que 'reservou' inferno para LGBTQIA+ tem apoio de colegas no Brasil. **Folhapress 2023**. Disponível em:

<https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2023/02/24/noticia-diversidade,1461445/pastor-que-reservou-inferno-para-lgbtqia-tem-apoio-de-colegas-no-brasil.shtml>. Acesso em 17 de maio de 2023.

BERTOLUCCI, LUIZ. Volume 2 – Feira de Santana: dinâmica demográfica comparada aos municípios de Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista. In. FERREIRA, Ester W. (org.). Estudo Socioeconômico do Município de Feira de Santana e Municípios Selecionados no Estado da Bahia: Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista. Uberlândia-MG: Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicosociais (CEPES) /Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) / **Universidade Federal de Uberlândia (UFU)**, dezembro 2021. 87p.

BAUMAN, Zygmunt e BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Zahar, 2016.

Bíblia de Jerusalém. Ed. Paulus. 2002.

BLANCARTE, Roberto. **Democracia y laicidad**. Instituto Nacional Electoral, Ciudad de México, 2022.

BOBBIO, Norberto. Dicionário de política / Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et al.; Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1 la ed., 1998.

BOURDIEU, Pierre. (org.). **A Miséria do Mundo**. (Cap. Compreender - págs. 692-713). Ed. Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal** - tradução Lucy Magalhães. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas* Trad. Sergio Miceli. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues e STREK, Danilo R. (Org.) *Pesquisa Participante: a partilha do saber*. Ed. Ideias e Letras, São Paulo, 2006.

BRASIL. Brasil Sem Homofobia. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.adolescencia.org.br/upl/ckfinder/files/pdf/Brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em 31 de julho de 2023.

BRASIL. Programa Bolsa Família. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em 02/10/2023.

BURITY, Joanildo. A cena da religião pública: contingência, dispersão e dinâmica relacional. *Novos Estudos CEBRAP*, n.102, p. 89-105, JULHO 2015.

BRASIL. MEC – ProUni. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=205&Itemid=298&msg=1&l=aW5kZXgucGhwP29wdGlvbj1jb21fY29udGVudCZ2aWV3PWJ1c2NhZ2VyYWwmSXRlbWlkPTE2NCZwYXJhbXNbc2VhcmNoX3JlbGV2YW5jZV09cHJvdW5pJmQ9cyZwYXJhbXNbc2ZGVdPSZwYXJhbXNbc2YXRlXT0mcGFyYW1zW2NhdGlkXT0mcGFyYW1zW3NIYXJjaF9tZXRob2RdPWVsbCZwYXJhbXNbb3JkXT1wcg==. Acesso em 02/10/2023.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. Traduzido por Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos – São Paulo, Ed. Filosófica Politeia, 2019.

BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (orgs.). *Conservadorismo, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2018, p. 15-66.

CAMPOS, L. S. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro. *Revista da USP*, São Paulo, n. 67, p. 100-115, set-nov 2005. Disponível em < <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13458/15276> > Acesso em 16/12/2024.

CAMURÇA, Marcelo. A questão da laicidade no Brasil: mosaico de configurações e arena de controvérsias. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 15, n. 47, p. 855-886, jul./set. 2017

CAMURÇA, Marcelo. Um poder evangélico no Estado Brasileiro? Mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no Governo Bolsonaro. *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 12, n. 25, p. 82-104, jan./abr. 2020.

CARRANÇA, Thais. BBC NEWS BRASIL. **Da BBC News Brasil** em São Paulo 29 outubro 2021. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59099166> > Acesso em 28 de junho de 2023.

CARVALHO, Eric Luis. Lula vence com 72% dos votos na Bahia; Bolsonaro triunfa em apenas duas cidades do estado. 2022. **G1**
Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/eleicoes/2022/noticia/2022/10/30/lula-vence-com-72percent-dos-votos-da-bahia-bolsonaro-triunfa-em-apenas-duas-cidades-do-estado.ghtml> > Acesso em 29/11/2022.

CÁSSIO, Fernando (Org.) Educação contra a barbárie: por escola democráticas e pela liberdade de ensinar. Alexandro Mariano ...[et al]. São Paulo, Boitempo, 2019.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Tradução de Joana Angélica d'Avila Melo. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 2018

CATANI, Afrânio Mendes [et all. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. 1. ed. ~ Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). Atlas da violência 2024: retrato dos municípios brasileiros. Brasília: **Ipea**; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1403>.

COELHO, Renato. **Jornal UNESP**. 2023. São Paulo. Acontece. Posse de Lula sinaliza novos tempos para a democracia e a sociedade no Brasil [...] Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2023/01/02/posse-de-lula-sinaliza-novos-tempos-para-a-democracia-e-a-sociedade-no-brasil-mas-governo-devera-enfrentar-pessoas-e-desafios-politicos-vindos-inclusive-da-sua-base/>. Acesso em 30/10/2023.

CORRÊA, Vanessa P. Volume 1 – **Dinâmica da economia brasileira e considerações sobre os principais resultados da pesquisa quanto aos municípios de Salvador, Camaçari, Feira de Santana e Vitória da Conquista entre 2003 e 2021**. In. FERREIRA, Ester W. (org.). Universidade Federal de Uberlândia (UFU), dezembro 2021.

DAGNINO, Evelina, OLVERA, Alberto J. e PANFICHI, Aldo (Org.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. Editora: São Paulo / Campinas : Paz e Terra / UniCamp, 2006.

DEER, Cécile. *Doxa*. In. GRENFEL, Michael (org.). **Pierre Bourdieu, conceitos fundamentais**. Ed. Vozes, 2021. (p. 155-168)

DIAS, Gabriel. 'Deus, Pátria, Família': de onde veio o lema fascista usado por Bolsonaro? 2022. **Eleições. Do Uol**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/29/deus-patria-familia-lema-de-bolsonaro-tem-origem-fascista-entenda.htm> > Acesso em 29/11/2022.

DIAS, Júlio César Tavares. O MOVIMENTO PENTECOSTAL: ALGUMAS NOTAS APÓS OS SEUS CEM ANOS. *Pol. Hist. Soc.*, Vitória da Conquista, v. 18, n. 1, p. 77-94, maio 2018.

Estadão. Pastores com 50 milhões de seguidores apoiam Bolsonaro. **Estadão**. 2022. Eleições 2022. Disponível em: <https://www.acritica.net/editorias/politica/pastores-com-50-milhoes-de-seguidores-dao-palanque-a-bolsonaro/616398/> . Acesso em 17 de maio de 2023.

FIGUEIREDO, Camilla e MALVEZZI, Paulo. 2022. 'Ideologia de gênero': como o clã Bolsonaro usa internet para atacar LGBTI+ . **Carta Capital**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/ideologia-de-genero-como-o-cla-bolsonaro-usa-internet-para-atacar-lgbti/>. Acesso 17 de maio 2023.

FONTANA, Guilherme e VIDIGAL, Lucas. **G1 Eleições 2018**. Cabo Daciolo, do Patriota, fica em 6º na corrida presidencial.

Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/08/cabo-daciolo-do-patriota-fica-em-6o-na-corrida-presidencial.ghtml> > acesso em 10 de abril de 2023.

FRESTON, Paul. Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment. Tese de doutorado. **Unicamp**, São Paulo, 1993.

FRESTON, Paul. **Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: Os evangélicos e a participação política**. Ed. Ultimato, 2006.

FRESTON, Paul. **Protestantismo e democracia no Brasil 1999**, pp. 329-340. *Dezembro de Universidade Federal de São Carlos (Brasil)*. Disponível em < <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/freston.pdf> > acesso em 28 de dezembro de 2022.

GRENFEL, Michael (org.). **Pierre Bourdieu, conceitos fundamentais**. Ed. Vozes, 2021.

G1. Brasília, 2023. PF diz que 727 pessoas foram presas após ataques terroristas em Brasília. Disponível em: < <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/10/pf-diz-que-727-pessoas-foram-presas-apos-ataques-terroristas-em-brasilia.ghtml> > Acesso em 9 de maio de 2023.

G1. Bahia. 2022. Eleições em Feira de Santana (BA): Veja como foi a votação no 1º turno. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/10/03/eleicoes-em-feira-de-santana-ba-veja-como-foi-a-votacao-no-1o-turno.ghtml>. Acesso em 19 de julho de 2023.

G1. Eleições em Feira de Santana (BA): Veja como foi a votação no 2º turno Bahia. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/10/31/eleicoes-em-feira-de-santana-ba-veja-como-foi-a-votacao-no-2o-turno.ghtml>. Acesso em 19 de julho de 2023.

G1 - Quem é André Mendonça, 2º ministro de Bolsonaro no STF. Política. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/24/quem-e-andre-medonca.ghtml> > acesso em 29/11/2022.

G1. Apuração dos votos: 100% das urnas são totalizadas. **ELEIÇÕES**

Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/31/apuracao-dos-votos-100percent-das-urnas-sao-totalizadas.ghtml>. Acesso em 08/12/2022.

GHAOURI, Oussama El. Brasília. **Agência Brasil**. 2023. Governo libera R\$ 2,44 bilhões extras para universidades. 2023. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-04/governo-libera-r-244-bilhoes-extras-para-universidades>. Acesso em 12 de 09 de 2023.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Tradução de Rosina D'Angina. Ed. Martin Claret, 2014.

ISER. Religião e Poder. 2022 - Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/pesquisa-do-iser-levanta-identidade-religiosa-dos-deputados-e-deputadas-federais-diplomados/> Acesso em 05/06/2023.

JESUS FILHO, J. C.(2017). **Pobreza urbana em Feira de Santana – Uma análise Multidimensional**. Dissertação de Mestrado Profissional, Universidade Estadual de Feira de Santana o Programa de Pós Graduação e Planejamento Territorial.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015. Tradução de Deni Alfaro Rubbo e Marcelo Netto Rodrigues Disponível em < <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MFzdwxKBBcNqHyKkckfW6Qn/?lang=pt&format=pdf> > acesso em 17 de maio de 2023.

LOYOLA, Maria Andrea, BONAN, Claudia e MAKSUD Ivia. Trajetória de uma intelectual, das ciências sociais à saúde coletiva: entrevista com Maria Andrea Loyola. **SAÚDE DEBATE** | RIO DE JANEIRO, V. 45, N. ESPECIAL 1, p. 232-245, OUT 2021. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/7VQ59wMHdpg4m9jNDKNwKmp/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em 13/11/2023.

LUNA, Naara e GOMES, Edlaine de Campos. O Debate Legislativo sobre Aborto e Diversidade Sexual e as Eleições de 2018: Uma Mirada Antropológica sobre a Onda Conservadora. **DADOS**, UERJ. 2022. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/dados/a/DScs3BjB3zWtLYdgC9m4fjx/?format=pdf> > acesso em 09/10/2023.

MACEDO, Edir. Jesus fala sobre o aborto. **Universal**. 2010. Disponível em: <https://www.universal.org/bispo-macedo/post/jesus-fala-sobre-o-aborto/>. Acesso em 19/11/2023.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, cultura e política. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 32(2), 2012, p. 29-56.

MACHADO, Maria das Dores Campos e BURITY, Joanildo. A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 57, n o 3, 2014, pp. 601 a 631. Disponível EM < <https://www.scielo.br/j/dados/a/9RpfDdGjSSGgtPHjGW97rPQ/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em 13/10/2023.

Manual de normalização de trabalhos acadêmicos [recurso eletrônico]: citação e referência: **ABNT/ Célia Regina Inoue... et al.** São Paulo: UNESP, 2023.

MARIANO, Ricardo & PIERUCCI, Antônio Flávio. (1992), "O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor". *Novos Estudos Cebrap*, 34: 92-100.

MARIANO Ricardo; GERARDI, Dirceu André. América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. *Revista USP*, São Paulo, n. 120, p. 61-76, janeiro/fevereiro/março 2019.

MARIANO Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Apoio evangélico a Bolsonaro: antipetismo e sacralização da direita. (p.329-349). *In Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. (Org.) José Luis Pérez Guadalupe e Brenda Carranza. Rio de Janeiro, 2020.

MAZUI, Guilherme. **G1**. Brasília. 2019. Bolsonaro chama coronel Brillhante Ustra de 'herói nacional'. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/08/bolsonaro-chama-coronel-ustra-de-heroi-nacional.ghtml>. Acesso em 20/10/2023.

MENDES, Felipe. O que pensam os principais pré-candidatos à Presidência sobre a população e a pauta LGBTQIA+? São Paulo. 2022. **BRASIL DE FATO**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/28/o-que-pensam-os-principais-pre-candidatos-a-presidencia-sobre-a-populacao-e-a-pauta-lgbtqia>. Acesso em 19 de julho de 2023.

MENDES, Sandy, LAGO, Rudolfo e LIPPELD, Vanessa. Teologia do domínio: entenda o que é e o papel de Michelle na campanha. **Uol** 2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/teologia-do-dominio-entenda-o-que-e-e-o-papel-de-michelle-na-campanha/>. Acesso em 03/10/2023.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. Tradução de Cássio de Arantes Leite e Débora Landserg. Ed. Companhia da Letras, São Paulo, 2019.

NEIVA, Lucas e LIPPELD, Vanessa. **Folha uol** – “De Lula a Bolsonaro: o jogo pelo poder de Silas Malafaia”.2022 – Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/de-lula-a-bolsonaro-o-jogo-pelo-poder-de-silas-malafaia/>. Acesso em 27/09/2023.

NETO, Alberto Paulo e PERONDI, Ildo. Discursos religiosos e sociedade democrática. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 15, n. 47, p. 828-854, jul./set. 2017

OHANA, Victor. Benedita da Silva: ‘Hoje, nós temos muito mais evangélicos votando no PT’. Brasília. Carta Capital, 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/benedita-da-silva-hoje-nos-temos-muito-mais-evangelicos-votando-no-pt/> > Acesso em 16 de agosto de 2023.

Partido do Trabalhadores. PT 2023. Veja o pronunciamento de Lula ao povo, no Parlatório. Disponível em: <https://pt.org.br/discurso-do-presidente-do-brasil-luiz-inacio-lula-da-silva-no-parlatorio/>. Acesso em 15 de março de 2022.

OLIVEIRA, Wesley. Patriota: como é o partido no qual Bolsonaro quer se filiar para 2022. **Gazeta do Povo**. Brasília. 2021. Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/patriota-como-e-o-partido-no-qual-bolsonaro-quer-se-filiar/> > Acesso em 10 de abril de 2023.

O Globo. Brasília. 2022: 'Propina em Bíblia' e lobby de pastores: entenda o esquema investigado pela PF. Caderno Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/06/propina-em-biblia-e-lobby-de-pastores-entenda-o-esquema-investigado-pela-pf.ghtml>. acesso em 08/02/2024.

ORO, Ari Pedro. A laicidade no Brasil e no Ocidente: algumas considerações. *Civitas* Porto Alegre v. 11 n. 2 p. 221-237 maio-ago. 2011.

ORO, Ari Pedro. Sacrifício de Animais nas Religiões Afro-Brasileiras: uma polêmica recorrente no Rio Grande do Sul. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 37(2): 229-253, 2017.

PRZEWORSKI, Adam. **Crise da democracia**. Tradução Berilo Vargas, Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 2020.

PINTO, A.C. Raimundo. **Pequena história de Feira de Santana**. Ed. Fundação Senhor dos Passos – Feira de Santana, 2011.

KONCHINSKI, Vinicius. **BRASIL DE FATO**, 2022. Curitiba. Reforma trabalhista completa 5 anos com piora de empregos e promessa de revisão (novembro de 2022). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/11/11/reforma-trabalhista-completa-5-anos-com-piora-de-empregos-e-promessa-de-revisao> > Acesso em 06/02/2024.

RANQUETAT JR, César Alberto. A presença da Bíblia e do crucifixo em espaços públicos no Brasil: religião, cultura e nação. In: ORO, Ari Pedro et al. *A Religião no Espaço Público: atores e objetos*, São Paulo: **Terceiro Nome**, 2012. p. 61-79.

REPUBLICANOS10. Sobre o Republicanos. Disponível em: < <https://republicanos10.org.br/sobre-o-republicanos/> > acesso em 04/10/2023.

SEGAF. Fundação da Igreja. São Paulo. Disponível em: < <https://www.portalbr4.com.br/SP/materias/104> > Acesso em 02/10/2023.

SIQUEIRA, Gutierrez Fernandes. **Quem tem medo dos evangélicos? [recurso eletrônico]; religião e democracia no Brasil de hoje**. São Paulo, Mundo Cristão, 2022.

SILVA, Elizete da. **O CAMPO RELIGIOSO FEIRENSE: NOTÍCIAS E REFLEXÕES PRELIMINARES**. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 41, p.27-46, jul./dez. 2009.

SILVA, Alex Sandro da e GIL FILHO, Sylvio Fausto. Geografia da Religião a Partir das Formas Simbólicas em Ernst Cassirer: Um Estudo da Igreja Internacional da Graça de Deus no Brasil. *Revista estudo da religião*. **REVER**, PUC, 2009. Disponível em < https://www.pucsp.br/rever/rv2_2009/t_silva.htm > Acesso em 05/10/2023.

SILVEIRA, Antônio Maria da. Redistribuição de Renda. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, abr/jun de 1975.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato** - Rio de Janeiro: Leya, 2017.

Uol –Veja quais deputados e senadores fazem parte da bancada evangélica. Congresso em Foco, 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/veja-quais-deputados-e-senadores-fazem-parte-da-bancada-evangelica/> > Acesso em 06/12/2022.

WEBER, Max. **Ciência e política duas vocações**. Tradução Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota, São Paulo, ed. Cultrix, 2011.

ZWETSCH, Roberto E.. Artigo | Sobre o assim dito “voto evangélico”: isso existe? **Brasil de Fato**, 06 de setembro de 2022. Disponível em < <https://www.brasildefatores.com.br/2022/09/06/artigo-sobre-o-assim-dito-voto-evangelico-isso-existe> > Acesso em 10 de outubro de 2023.